



- Cola para quem tem fome -



**Um ensaio sobre as potencialidades
e limitações da Sociologia da Fome**

David Loiola Rêgo

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DAVID LOIOLA RÊGO

COLA PARA QUEM TEM FOME:

Um ensaio sobre as potencialidades e limitações da sociologia da fome

Dissertação apresentada como exigência ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do Professor Dr. Aldenor Gomes, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

NATAL, 2009



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**COLA PARA QUEM TEM FOME: UM ENSAIO SOBRE AS POTENCIALIDADES
E LIMITAÇÕES DA SOCIOLOGIA DA FOME**

DAVID LOIOLA RÊGO

BANCA EXAMINADORA

ALDENOR GOMES

AÉCIO CÂNDIDO DE SOUSA

ORIVALDO PIMENTEL LOPES JÚNIOR

EDMILSON LOPES JÚNIOR (SUPLENTE)

DEDICATÓRIA

Tratar-se-ia de uma redundância dizer que dedico este trabalho aos que passam fome. Dedico, portanto, esta obra à todos que algum dia magoei e ainda assim, sei que este esforço é pequeno ante tantas mágoas causadas.

SUMÁRIO

Resumo	6
Introdução e Metodologia do Trabalho	7
Capítulo I: Cola para quem tem fome: um estudo sobre as potencialidades e limitações da Sociologia da Fome	
1.1 – A herança que justifica a fome	18
1.2 – As potencialidades da Sociologia da Fome	24
1.3 – Josué de Castro e a denúncia da fome como fenômeno social	27
1.4 – A invisibilidade da fome como fenômeno social	29
1.5 – A crítica à “onda verde” na Sociologia da Fome	32
Capítulo II: Uma contribuição à Sociologia da Fome	
2.1 – A crítica dialética às limitações dos conceitos clássicos sobre a fome	42
2.2 – A fome como instituição social	44
2.3 – A fome institucionalizada: o estigma social	55
2.3 – Novos e velhos conceitos sobre a fome: a crítica à fome gorda e à indústria da fome	59
2.3.1 – A viscosidade da indústria da fome	59
2.3.2 – Fome gorda: conceito e alcance teórico	64
Capítulo III: O que comer quer dizer?	
3.1 – O direito à alimentação: o princípio da liberdade	69
3.2 – O que comer quer dizer?	72
3.3 – A comida como rito de instituição	75
Capítulo IV: A fome e sua lógica de reprodução	
4.1 – A necessidade da revisão dos modelos	86
4.2 – As consequências psicossociais da fome	89
4.3 – As implicações da fome no autocontrole e cálculo prospectivo	93
4.4 – A fome e o autoengano: como enxergar e não ver?	100
Capítulo 5: Ensaio sobre a gênese e institucionalização da fome	103
Referências	107

RESUMO

O trabalho tem como objetivo apresentar um estudo sistemático sobre a sociologia desenvolvida por Josué de Castro. Trata-se de um trabalho de cunho eminentemente teórico que tem como objetivo evidenciar as potencialidades e limitações dos modelos teóricos de análise da fome no âmbito da sociologia contemporânea. Utilizamos dos conceitos de Instituição Social (Berguer e Bourdieu), *Habitus-precário* e *Ralé* (Jessé Sousa) como ferramentas para melhor compreender o fenômeno da fome no âmbito da sociologia, gerando assim diálogos entre os escritos de Castro e a sociologia contemporânea. Demonstramos como a fome reproduz-se mais por padrões pré-reflexivos de comportamento que invisibilizam os padrões morais permitindo a manutenção do fenômeno de forma invisibilizada.

Palavras-Chave: Fome – Instituição Social – Habitus – Autoengano

ABSTRACT

This work aims to present a systematic study of sociology developed by Josué de Castro. It is a theoretical work that aims to evidence the potentialities and limitations of the hunger analysis theoretical models of contemporary sociology. It was used concepts of Social Institution (Berguer and Bourdieu), *Habitus-precário* and *Ralé* (Jessé Sousa) as weapons to comprehend better the hunger phenomenon on the sociology field, to consequently generate dialogs between Castros' writings and the contemporary sociology. It demonstrates how hunger reproduces more by pre reflexive behavior patterns in a way that the moral rules become invisible and allow the phenomenon to continue in an invisible way.

Keywords: Hunger – Social Institution – Habitus – Self-deception

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA DO TRABALHO

A fome atinge, segundo os dados, não mais que 5% da população brasileira. Por que insistir, então, em um tema que afeta tão poucos? A má alimentação decorrente do excesso de comida, por sua vez, gerou na nação um exército de dez milhões de obesos, 11% da população brasileira. Os obesos representam mais do que o dobro de famintos. Por que, então, insistir, ainda assim, na análise de tão poucos?

Acreditamos que a simples análise numérica dos dados da saúde pública não revela as relações de poder existentes entre os indivíduos, daí a necessidade de se compreender melhor a fome. A existência de um grupo de pessoas que come mal, mas que come, está mais ligada à questão de hábitos alimentares. Aquele trabalhador com reconhecimento suficiente para obter uma renda que garanta sua subsistência e de sua família não é um faminto. *O faminto é aquele que não consegue vender sua força de trabalho a um preço que garanta sua subsistência, é aquele que não possui nenhum tipo de relações sociais que possam garantir sua nutrição.*

Para fins metodológicos, definiremos a fome como uma situação na qual algum indivíduo ou grupo de indivíduos possui algum tipo de impedimento (seja ele natural, seja cultural, seja psicológico etc.) à alimentação¹ o qual *resulta no comprometimento do desenvolvimento pleno do aparato biológico e cultural. A fome é um componente cultural que gera uma reação biológica, que tem impactos diretos no social, sendo esses impactos na nossa nação puramente negativos.*

A fome, assim como tantos outros fenômenos humanos, é de ordem complexa. Definiremos o conceito “geral” de fome como o somatório da fome biológica, altruísta, econômica e social. Com exceção da fome altruísta, os outros 3 tipos ideais² de fome não são observados separados no mundo concreto, pelo menos não quando a fome estiver “institucionalizada”. Em toda situação de institucionalização social da fome, poderão ser observadas, agindo sempre em conjunto, a fome biológica, a fome econômica e a fome “instituída”. Trabalhamos com a ideia do tipo ideal, um exagero de perfeição que não é encontrado na vida prática, existente apenas como modelo de análise para melhor compreensão da realidade que se apresenta multifacetada:

¹ Nesse aspecto, devemos sempre compreender a alimentação não apenas como algo que alimenta o corpo. Antes do corpo, a alimentação é um reflexo da alma, como demonstraremos em capítulos posteriores.

² Ferramenta metodológica desenvolvida pelo sociólogo alemão Max Webber.

- **Fome biológica ou natural:** impedimento do desenvolvimento do aparelho biológico devido à não ingestão de alimentos. Independe da existência da condição social, material ou econômica. Ex.: períodos de grandes fomes, nos quais a falta de alimentos é generalizada.
- **Fome econômica:** impedimento da aquisição de alimentos para consumo causado pela incapacidade de venda da força de trabalho no mercado ou em outras relações sociais que garantam-lhe renda. Ex.: períodos de grandes crises econômicas
- **Fome altruísta:** impedimento ao acesso ao alimento devido a uma questão moral, fruto de uma escolha individual, racionalizada, com fins específicos e plena consciência por parte do agente social. Ex.: greves de fome.
- **Fome instituída ou endêmica:** impedimento do desenvolvimento cultural para incorporação do *habitus* adequado para reprodução material e econômica no meio social causado pela reprodução de modos pré-reflexivos de padrões sociais estigmatizados. Ex.: os famintos das capitais brasileiras que estão alheios aos desastres econômicos ou climáticos, mantendo-se em uma situação de fome constante.

A institucionalização social da fome pode ser percebida onde padrões sociais de conduta são reproduzidos de forma pré-reflexiva como se fossem os únicos possíveis, em detrimento de tantas outras organizações que poderiam existir. Observamos ainda que sempre que nos referirmos à fome dentro deste trabalho, estaremos nos atendo *especialmente à fome instituída*. Dentre os quatro tipos ideais de fome acima mencionados, daremos prioridade à análise do último, da fome instituída socialmente. A fome instituída é uma característica típica de nossa cultura, não sendo peculiar a todas as demais, como é o caso da fome biológica, por exemplo. Ao chamar atenção para o valor cultural do alimento, deixando de lado sua questão nutricional ou mesmo a questão do abastecimento alimentar, não negamos a necessidade deles, tentamos apenas evidenciar um aspecto que, como demonstraremos, é ainda pouco debatido.

O nosso trabalho é de cunho eminentemente teórico e ensaístico. Optamos por esse tipo de trabalho justamente devido à nossa observação do precário arcabouço teórico existente ainda hoje para tratar sobre a fome. Desde a publicação dos escritos de Castro, nada mais temos feito do que reproduzir suas ferramentas com novos dados, não acrescentando nada, ou muito pouco, na elaboração de novas teorias que possam

compreender melhor o fenômeno. E não apenas isto. Acreditamos que as formas “tradicionais” de trabalhos apresentados às instituições de ensino superior no Brasil oprimem a imaginação e desonram a criatividade. Chamamos aqui de criatividade todo processo de ter ideias originais que possuam algum tipo de valor, seja ele no campo da reflexão teórica, seja da prática. Em nosso trabalho, propomos algumas reflexões ainda um tanto incomuns no debate sobre a fome e com isso assumimos riscos. Pela imposição do pavor à ideia do medo de errar, muitas ideias originais acabam perdendo-se dentro de gavetas ou nunca chegam a ser escritas pela simples possibilidade do risco do erro. Esse é o ponto sobre o qual sustentamos a nossa ideia de uma ciência criativa: se não estivermos preparados para assumir riscos, nunca teremos uma ideia original. Viver às sombras das antigas árvores é proveitoso, porém, não será nossa intenção.

Como tentamos evidenciar no nosso título, a nossa pergunta de partida será: “Quais as potencialidades e limitações da Sociologia da Fome à luz dos conceitos de *institucionalização-social* e *ralé-estrutural*?”. Expliquemos melhor o que queremos dizer com isso. O trabalho dividir-se-á em quatro partes.

No primeiro capítulo, explicaremos o que queremos dizer com Sociologia da Fome. O capítulo trata-se de uma análise a fim de resgatar a sociologia de Castro em três obras capitais, apresentando as potencialidades presentes em sua obra para a melhor compreensão da fome pelo viés sociológico. Comumente, utilizaremos as expressões “Sociologia de Castro” e “Sociologia da Fome”. Tratam-se da mesma coisa. Esse é um recurso puramente metodológico que visa facilitar a leitura, evitando repetições excessivas de um mesmo termo. Porém, o que queremos dizer com “Sociologia da Fome” ou “Sociologia de Castro”? Para compreender o significado desses termos, recorreremos às três obras:

- ***Geografia da fome***: a obra mais conhecida e mais importante do autor. É ali que Castro lança, pela primeira vez, de forma sistemática e concisa, as causas sociais da fome e a influência da cultura na reprodução de um fenômeno que, até então, era mais notabilizado como fruto de condições geográficas e climáticas adversas. A escrita agradável e a maneira fácil como debate o assunto demonstra o amadurecimento do autor, que consegue em um único livro explicar décadas de estudos. Graças a isto, o brasileiro e pernambucano (eles outra vez) logrou de prestígio no cenário intelectual em nível mundial, denunciando as causas sociais da fome no Brasil e posteriormente no mundo. Estudo pioneiro que sistematizou de forma clara e acessível às mais distintas áreas as diversas causas da fome no

Brasil, *Geografia da Fome* é o livro base para todos os estudos posteriores de Josué, todos os demais escritos do autor possuem por base os apontamentos feitos nessa obra clássica.

- ***Homens e caranguejos***: romance do autor que consegue transformar a teoria em literatura sem perdas substanciais de conteúdo, pelo contrário, obra que tem o poder de transferir ao cientista o clima, as condições e os odores dos trabalhadores do mangue e sua rotina de fome institucionalizada. Trata-se, em muitos momentos, como o próprio autor ressalta, de um livro de memórias, de recordações de sua infância, quando iniciou a observação dos efeitos da fome no homem.
- ***Fome: um tema proibido***: coletânea feita pela filha de Castro, Ana Maria Castro. Temos nessa coletânea os principais textos publicados pelo médico pernambucano nos últimos 15 anos de vida, o que representa um resumo do pensamento do autor nas suas últimas décadas, que foram tão lúcidas quanto produtivas.

Ao analisarmos essas três obras, destacaremos aquilo que denominamos por Sociologia da Fome, que é a descoberta da fome enquanto fenômeno social e não natural, ou seja, a compreensão da fome enquanto uma instituição social.

No segundo capítulo, daremos início a uma análise das limitações dos modelos de compreensão da fome (muitos deles “derivados” das teorias de Castro), fazendo assim uma crítica dialética com a obra do autor. Apoiaremos-nos em Berguer e Luckman e Bourdieu para evidenciar as potencialidades do conceito de instituição social como ferramenta de análise da fome.

No terceiro capítulo, nos dedicaremos a uma breve análise histórica do valor simbólico dos alimentos, bem como aos ritos de instituição presente neles e suas consequências práticas na vida cotidiana. Bem sabemos a importância da alimentação na nutrição do corpo, porém, é escasso ainda o conhecimento sobre o que representa o alimento para a “alma”. Ao evidenciar tudo aquilo que o alimento representa, estaremos fazendo o caminho contrário para chegar ao mesmo ponto. A fome é a ausência do direito à alimentação. Ao se entender o que a alimentação representa, compreenderemos também tudo aquilo que o faminto “não é” devido à interdição alimentar. O terceiro capítulo lança as bases para o quarto capítulo.

Utilizaremos, no quarto capítulo, o conceito de *ralé*, desenvolvido pelo sociólogo brasileiro Jessé Souza, que se apóia nas teorias do *habitus* de Bourdieu e do

reconhecimento social em Honneth para criar o conceito de *habitus-precário* [sendo este especificamente de sociedades tipicamente subdesenvolvidas devido ao trajeto histórico tipicamente brasileiro, bem demonstrado no livro *A construção social da subcidadania* (SOUZA, 2006b)], ferramenta metodológica que permite compreender, como deixa claro o autor em seu livro *A invisibilidade da desigualdade brasileira*, “por que as pessoas, e muito especificamente uma determinada classe de pessoas, sentem humilhação e mal-estar social como sua experiência cotidiana” (SOUZA, 2006, p. 11). Através dessa ferramenta metodológica da sociologia contemporânea, demonstraremos ser possível dar acréscimos à Sociologia da Fome, explicando de forma mais sistematizada aquilo que Castro desenvolveu em seus ensaios³.

O objetivo específico do nosso trabalho será o de evidenciar como a má alimentação contribui para a reprodução do *habitus-precário*⁴, auxiliando na lógica de reprodução da *ralé-estrutural* brasileira. O fato se justifica pelas várias evidências que sugerem que a fome age não somente no organismo, como também nas mentes dos indivíduos e, conseqüentemente, no corpo social. Constantemente, Castro nos alertava sobre a potencialidade revoltosa presente nas massas de famintos ao redor de todo o mundo (sobretudo no Brasil). Para o ex-diplomata, as massas de famintos eram sempre potencialmente revoltosas e as formas de revolta ocorriam das mais diversas maneiras, como demonstra o trecho a seguir:

A ação da fome, no homem, não se manifesta como uma sensação contínua, mas como um fenômeno intermitente, com acessos e melhoras periódicas [...] a fome provoca uma excitação nervosa anormal, uma extrema irritabilidade e, principalmente, uma exaltação dos sentidos que se animam num elo de sensibilidade ao serviço quase exclusivo das atividades que permitem obter alimentos [...] Nesses limites, já muito perigosos para a segurança do espírito, a personalidade se desagrega, e as reações normais a todas as outras solicitações do meio exterior sem relação com o fenômeno da fome se extinguem pouco a pouco. *Nessa desintegração do eu desaparecem as atividades de autoproteção e controle mental, e, finalmente, o indivíduo perde totalmente todos os escrúpulos e inibições de ordem moral* [...] permitindo assim o aparecimento de bandidos e de santos. É desta forma que as secas e fomes periódicas contribuem para provocar a cristalização de dois tipos característicos da vida social

³ A sociologia da fome de Castro, que demonstra como o meio (campo) influencia no condicionamento (*habitus*), gerando indivíduos com tendências a determinados comportamentos, foi desenvolvida já no final dos anos 1930, como se pode observar em *Fisiologia dos Tabus*. Todos os seus escritos, portanto, antecedem as teorias do *habitus* em Bourdieu ou do Reconhecimento Social em Honneth.

⁴ Assim como evidenciou Castro: “*Ter ou não ter o que comer diferencia mais do que raça, do que a cor* (CASTRO, 2003, p. 130)”.

desta região do Brasil: Os cangaceiros e os místicos fanáticos (CASTRO, 2003, p. 80-81, grifo nosso).

Esses santos e cangaceiros ressurgem diariamente não apenas no interior do Nordeste brasileiro, mas também em suas capitais e, assim como Bento da Cruz⁵, costumam fazer justiça à sua forma, reivindicando o direito mais básico de toda espécie que algum dia já subsistiu no planeta água: o direito à alimentação. Estas são as justificativas que dão impulso à nossa pesquisa: compreender por quais razões o direito à alimentação não se efetiva em determinados segmentos sociais, especificamente, entre a *ralé* brasileira. Assim como já assinalava um dos amigos de Castro, “há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto, é não ter o que comer na terra de Canaã” (ALMEIDA *apud* CASTRO, 2006, p. 211). Acreditamos haver algo de mais “estrutural” na fome além da questão material e espacial. Existe algo que está bem mais presente em sua manutenção do que o fator puramente econômico, geográfico ou climático. Podem existir casos de fome em todos os extratos sociais, a julgar a bulimia e a anorexia, nas quais as suas vítimas literalmente morrem desnutridas, morrem de fome. É necessário que se tenha outro olhar sobre o fenômeno para tentar enxergá-lo em sua totalidade, não criando modelos preconceituosos como, por exemplo, “a fome é um mal econômico” ou “um problema de abastecimento”:

É evidente que não bastaria dispor de alimentos em quantidade suficiente e suficientemente diversificados para cobrir as necessidades alimentares da população mundial. *O problema da fome não é apenas um problema de produção insuficiente de alimentos.* É preciso, também, que a massa desta população disponha de poder de compra para adquirir estes alimentos. É preciso, pois, que as suas necessidades biológicas venham a ser todas atendidas (CASTRO, 2003, p. 55, grifo nosso).

As dificuldades a vencer, ao contrário do que afirma a tese malthusiana, não são de ordem técnica, *são dificuldades de natureza política*, de uma complexidade bem maior (CASTRO, 2003, p. 59, grifo nosso).

Para se compreender a construção social da fome, devemos ter em mente que, bem mais estrutural que a questão material, a fome trata-se também de não reconhecimento social (ou seja, uma questão moral) que tem reflexos na questão econômica. O corpo do faminto é a marca do não reconhecimento, um estigma. A ideia

⁵ Fanático religioso que comete parricídio e sai com uma “cruz na mão e um punhal na outra” fazendo justiça ao seu modo na cidade de Juazeiro.

de Castro de que a fome trata-se de “uma expressão biológica de um fenômeno social” encaixa-se perfeitamente em nossos estudos.

Os autores que tomamos conhecimento que trataram a questão da fome, com a exceção de Castro (e seus seguidores), tomam o termo por si mesmo e não o problematizam. A palavra “fome” aparece como uma categoria de análise cristalizada e nunca problematizada. Acreditamos nascer daí alguns dos problemas na análise do fenômeno, uma vez que os próprios modelos criados por Castro já mostram necessitar de atualizações. Não que o fenômeno tenha mudado em sua essência, acreditamos que continua o mesmo, mas o conhecimento das ciências humanas deu grandes avanços desde a publicação dos escritos do diplomata brasileiro sobre a fome. Resta saber então se realmente sabemos o que significa fome. O problema está encerrado para que possamos trabalhar com o termo sem problematizá-lo?

Ao lidar com a expressão “fome”, são várias as interpretações que o fenômeno pode suscitar, sendo a expressão utilizada, mesmo no meio científico, de forma ampla e vaga. A exemplo disto, temos a expressão “fome gorda” ou mesmo “indústria da fome”. Notadamente, algumas contradições surgem na análise minuciosa dos temas. A partir do modelo que apresentaremos, demonstraremos algumas limitações desses esquemas tão utilizados. Nossa generalização principal é a de que a fome perdura devido a padrões culturais e não devido a macropolíticas econômicas, teorias da conspiração ou qualquer outro tipo de delírio do racionalismo moderno que pretende explicar tudo a partir unicamente de ações pensadas, planejadas e racionalizadas. Quando pensamos na “industrialização” (a exemplo da “indústria da fome”), temos de ter em mente um processo proposital de criação/manutenção de determinado “produto”. Não defendemos que a fome seja algo planejado e planificado de acordo com o modo de produção racional da indústria moderna, sendo, portanto, nosso problema algo de caráter convencional/automático/habitual (ou seja, instituído, naturalizado) e não proposital, pensado e racionalizado.

Por sua vez, a fome (da forma como a tratamos) encontra-se em um quadro bem mais complexo de relações. Ela não é algo isolado que surge e aparece pronta, de forma acabada, nem mesmo algo racionalizado, criado propositalmente por mentes malignas. Devemos abandonar esse tipo de conto de fadas para adultos. Ela (a fome) possui uma gênese, uma condição histórica em cada situação singular, porém, assim como todo produto da cultura, trata-se também de algo pré-reflexivo, assim como afirmou Darcy Ribeiro (1998, p. 18): “*a cultura, aparentemente, só tem eficácia quando rege os atos*”

humanos sem a consciência de que está agindo". Portanto, a fome não pode ser encarada única e exclusivamente como "falta de alimento", mais ainda como "falta de alimento por baixo poder aquisitivo". O problema da fome não é só uma questão de alimento e de renda, vai muito além disso. A fome trata-se, em toda sua complexidade, da expressão máxima do não reconhecimento social. Acreditamos que o conceito de não reconhecimento social cabe melhor em nossa categoria de análise do que a categoria "excluídos", uma vez que o fenômeno da fome não atinge unicamente aqueles que estão "à margem".

Ainda no que se diz respeito à grande confusão a respeito do tema, Lévi-Strauss (1989, p. 25) ao citar Simpson nos coloca que:

Os cientistas suportam a dúvida e o fracasso, porque não podem fazer de outra maneira. Mas a desordem é a única coisa que não podem nem devem tolerar. Todo objeto da ciência pura é conduzir a seu ponto mais alto e mais consciente a redução do modo caótico de percepção, que começou num plano inferior e provavelmente inconsciente [...] Em sua parte teórica, a ciência se limita a uma ordenação, e [...] se é verdade que a sistemática consiste em tal ordenação, os termos "sistemática" e "ciência teórica" poderão ser considerados sinônimos.

Seguindo a ideia da necessidade de uma melhor compreensão do que se trata o tema, acreditamos que a primeira diferenciação a ser feita no estudo da fome para diminuir a desordem em torno do termo está em diferenciá-la do apetite, confusão bastante comum. Ter apetite é diferente de ter fome. A fome é "também" o resultado da não satisfação do apetite por longos períodos. Temos apetite quando nosso aparato biológico avisa da necessidade de ingestão de alimentos. O apetite é um alerta. Ele aumenta à medida que a vontade não é saciada, chegando a tornar-se incômodo se prolongado durante grande período, podendo também vir a desaparecer em determinadas circunstâncias. Nesses momentos, o conhecimento cultural é usado para interferir na natureza, como demonstra Espinosa, ao observar algumas populações subnutridas do México, "*as quais, para comer alguma coisa, têm que vencer sua inapetência, cauterizando a boca e o estômago com pimenta para produzir uma secreção reflexa de saliva, que possa simular a provocada pelo bom apetite*" (ESPINOSA *apud* CASTRO, 2006, p. 53).

Com essa passagem descrita por Castro, tentamos demonstrar como apetite e fome são dois conceitos distintos, embora relacionados. O primeiro caso é uma condição natural de todo ser vivo, a "pulsão por alimentar-se". Já o segundo é um

fenômeno que, como demonstraremos, apenas nas mais raras das vezes está ligado à natureza. Como já afirmado, não analisaremos a fome como um todo. Trata-se de um fenômeno com uma complexidade muito grande de fatores, é sempre preciso evidenciar isso. Aquela fome decorrente de uma influência negativa das condições naturais, como na Amazônia ou sertão nordestino (regiões que apresentam alguns dos índices dos mais pobres entre os pobres), não será contemplada no nosso trabalho, uma vez que esse modelo de fome enquadra-se como uma fome ainda não institucionalizada⁶, *o foco do nosso estudo estará unicamente naquilo que foi descrito por Castro como fome endêmica*, ou seja, aquela fome que tem como principal característica atingir um determinado local e um número “x” de pessoas, que pode variar de acordo com as condições naturais, mas que se apresenta constante na maioria do tempo, fato este que nos possibilita, entre outras coisas, fazer previsões a respeito do número de famintos e seu possível crescimento ou retração a partir das estatísticas de anos anteriores. Em outras palavras, dedicaremos nosso estudo àquela fome que é “normal”⁷. A Sociologia da Fome visa compreender como se estrutura a lógica de reprodução da fome no meio social, que faz com que ela mantenha-se como um fenômeno constante, independentemente das intempéries da natureza (fator que a gerava à priori). Nitidamente, devido a esse fato, não nos preocuparemos com a fome das classes mais abastardas, uma vez que ela não é “normal” e apresenta características distintas em relação à fome da *ralé*⁸. Nossa intenção será demonstrar como a fome afeta as classes mais baixas como um reflexo do seu desprestígio social. Principalmente com a ascensão da modernidade e a racionalização dos meios de produção e logística dos alimentos, situações tais onde “faltam” alimentos não se enquadram enquanto nosso foco de pesquisa. Nosso trabalho visa compreender que mecanismos são capazes de gerar um faminto, mesmo com a abundância ao seu redor.

Em nossos apontamentos, evidenciamos a fome enquanto uma instituição social, contribuindo de forma construtiva com a ideia, já descrita acima e não aprofundada

⁶ Nesse momento, nos utilizaremos dos conceitos de Castro a respeito da fome “endêmica” e da fome “epidêmica”. A primeira caracteriza-se justamente pela instituição da fome, já a segunda aparece como algo esporádico e não previsível, o que demonstra sua não institucionalização. Trata-se, portanto, de uma “epidemia de fome”, algo que ocorre devido a fatores mais naturais do que culturais.

⁷ O conceito de “normalidade” aqui advém diretamente de Durkheim, quando este nos coloca que um fenômeno é “normal” quando ocorre em uma sociedade de forma constante. O autor exemplifica esse fato a partir do crime. O crime é normal porque sempre acontece, o fato de ser detestável ou não se enquadra em outra categoria de análise que não cabe no presente momento abordar.

⁸ Fenômenos como a bulimia e anorexia ou mesmo estados psicológicos que levem a greves de fome nos parece uma área do conhecimento mais inclinada a ser explicada pela psicologia do que pela sociologia.

pelos estudos sociológicos, do diplomata brasileiro Josué de Castro de que “a fome nada mais é do que a expressão biológica de um fenômeno social”.

A tentativa de elaborar um trabalho de cunho teórico sobre um tema tão debatido por tantos autores é uma empreitada arriscada e escorregadia que apenas se justifica por uma razão: a séria “intuição” que temos de que o tema, sob a perspectiva com a qual trabalhamos, foi precariamente desenvolvido⁹. Na esmagadora maioria dos estudos que tomamos conhecimento a respeito da fome, as explicações sempre optam pelo viés econômico ou mesmo natural, as razões culturais da fome nos são negadas ou muito pouco debatidas, apesar dos esforços de Castro.

Acreditamos que nos estudos sobre a fome ainda existem lacunas não devidamente preenchidas. Até os presentes estudos que tomamos conhecimento, não conseguimos observar nem sequer um esboço de uma teoria geral da fome brasileira¹⁰. A ausência dela implica, entre tantas outras coisas, explicações individualizantes do fenômeno, tentando sempre evidenciá-lo através de questões econômicas específicas de determinados locais, devido a intempéries naturais ou mesmo a questões de ordem individual. A nossa intenção será a de demonstrar o que existe de geral na fome a partir da Sociologia da Fome e do conceito de *ralé*. Que características podemos observar como gerais onde a fome desenvolve-se? Tentaremos apreender o que há de universal no fenômeno, independentemente de suas especificidades em cada situação. O foco da nossa pesquisa ao estudar a fome estará centrado nas práticas cristalizadas/naturalizadas das relações sociais, as quais possuem o corpo como reflexo de suas ações:

O *habitus*, ao contrário da tradição racionalista e intelectualizante, permite enfatizar todo o conjunto de disposições culturais e institucionais que se inscrevem no corpo e que se expressam na linguagem corporal de cada um de nós transformando, por assim dizer, escolhas valorativas culturais e institucionais em carne e osso. [...] Para Bourdieu será o conjunto de disposições ligadas a um estilo de vida peculiar que conformam o *habitus* estratificado por classes sociais e que legitimam, de forma invisível e subliminar, o acesso diferencial aos recursos materiais e ideais escassos, a ideologia espontânea do capitalismo tardio (SOUZA, 2006, p. 34-35).

⁹ Daí a viabilidade do estudo, uma vez que, a partir da bibliografia que entramos em contato, muito pouco se falou a respeito pelo viés sociológico. A maioria esmagadora dos estudos a respeito do fenômeno estão presentes nas áreas da geografia, direito, economia, nutrição e medicina.

¹⁰ A respeito das necessidades dos quadros gerais, Ribeiro nos coloca que “na realidade, enquanto faltar esse quadro geral, os cientistas sociais não poderão sequer propor-se problemas que permitam entender as relações entre o nível de objetividade dos estudos históricos, etnográficos e arqueológicos e as categorias abstratas das explicações antropológicas ou sociológicas” (RIBEIRO, 2005, p. 41-42).

O controle social não determina apenas o modo de pensar de cada grupo, define também toda uma maneira de portar-se no mundo e modela o corpo dos indivíduos de forma a criar distinções sociais a partir dessa forma de portar-se. Desconfiamos que não é a falta do alimento a causa primeira da fome. Ainda nos dias de hoje, o conceito ao redor do tema continua obscuro e pouco delimitado, sendo os conceitos que abordam o tema até certo ponto limitados por levar em consideração apenas o viés biologizante do tema. Mesmo Carneiro (2003), autor que opta pelo viés da alimentação enquanto um dado da cultura, ao analisar a fome, nos coloca que a “[...] *definição mais geral e menos quantitativista é a de fome como uma inadequação no consumo individual em relação ao tipo e à quantidade de alimento requerido para o crescimento, para a atividade e para a manutenção de uma boa saúde*” (CARNEIRO, 2003, p. 26). Esse não é o único problema ao se tratar da fome. Constantemente, podemos observar a associação entre fome e morte, como se os famintos fossem sujeitos pré-destinados a morrer em um curtíssimo espaço de tempo, fato este que não corresponde com a realidade dos fatos nos nossos dias. A fome, “*não é supérfluo lembrar, ainda que pareça óbvio –, não traz obrigatoriamente a morte; ela ocorre apenas em casos extremos e prolongados de inédia, como raramente se verifica. Muito mais normal é conviver com a fome, suportá-la [...]*” (MONTENARI, 2003, p. 16). Como já afirmado, nossa intenção será a de alargar o poder do alcance teórico do conceito de fome, diminuindo ao máximo as suas ambiguidades e tentando clarear um conceito que ainda é um tanto confuso, fazendo com que sua definição consiga abordar não somente os fatores biológicos, como também os fatores sociais de suas causas e suas consequências sociais que afligem uma grande massa de pessoas.

CAPÍTULO I: COLA PARA QUEM TEM FOME: UM ESTUDO SOBRE AS POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DA SOCIOLOGIA DA FOME

1.1 A herança que justifica a fome

O fenômeno é tão marcante e se apresenta com tal regularidade que, longe de traduzir obra do acaso, parece condicionado às mesmas leis gerais que regula as outras manifestações sociais de nossa cultura. Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura (CASTRO, 2006, p. 12).

São estranhos os valores nos quais nos sustentamos. A herança iluminista que nos deu condições para adquirir direitos básicos de igualdade e liberdade não se preocupou devidamente com um direito básico da existência, a alimentação. São vários os dispositivos estatais que podemos recorrer quando vemos nossas liberdades violadas. São previstas em lei uma série de punições, no caso da violação da liberdade de expressão, para o trabalho escravo, para o assédio sexual, moral etc. Chegamos a uma situação tal de garantia de direitos que temos uma polícia específica até para nossos animais domésticos. No Estado Moderno Democrático, uma série de direitos são garantidos de tal forma que com um simples telefonema podemos encontrar a solução para uma série de problemas. Sendo roubados, sabemos que podemos contar com polícia. Nos dirigiremos a uma delegacia e teremos funcionários específicos do Estado para gerar um protocolo de boletim de ocorrências etc. No caso de injúrias, ocorre o mesmo, o judiciário pode facilmente ser acionado para a (lenta) resolução do problema. Mas se temos fome, a quem recorremos? Qual o funcionário específico do Estado responsável pela garantia desse direito (dito) previsto em lei. Está na nossa constituição que é garantido ao cidadão o direito à ampla defesa e no caso de não poder pagar um advogado o Estado o fará. Também está na constituição o direito à alimentação, mas, nesse caso, quem paga a conta?

Não negligenciamos as várias iniciativas, principalmente após o início do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2002-2006, 2006-2010), que tiveram como objetivo pôr um fim à fome, porém, os direitos que se referem à alimentação são ainda pouco difundidos se comparados aos demais direitos já consolidados que, na nossa

concepção, tratam-se de direitos secundários se levarmos em consideração o direito à alimentação. Mesmo na nossa constituição, por tantos tão elogiada, são poucas e breves as passagens que se referem aos direitos alimentares¹¹. A alimentação não figura entre os princípios fundamentais, nem entre os direitos e garantias fundamentais ou mesmo entre os direitos sociais. Sua participação em nossa carta magna está sempre associada a algum outro direito. Não que nossos legisladores sejam pessoas más e não se importem com a questão, não acreditamos que seja bem essa a questão.

A comida aparece quase sempre como um bem “natural”, sendo sua influência camuflada pelo cotidiano. A alimentação é naturalizada e passa, até certo ponto, despercebida, sem que observemos seus vários significados. O fato não se dá à toa. Bem sabemos que nossos valores foram legados por gerações passadas e compreender a luta por direitos é fundamental para compreender quais razões levaram a alimentação a não ocupar o espaço que lhe cabe entre os direitos fundamentais.

Inegavelmente, somos profundamente influenciados pela cultura iluminista. A atual ideia de progresso (por mais que muito criticada) tem suas bases nos escritos dos Iluminados franceses do século XVIII. A então classe revolucionária, a burguesia, necessitou, para sua reprodução material, não apenas de mão de obra, mas também de mão de obra adestrada, domesticada, civilizada, assim como demonstra Souza (2006):

A burguesia, como a primeira classe dirigente na história que trabalha, logrou romper com a dupla moral típica das sociedades tradicionais baseadas no código da honra e construir, pelo menos em uma medida apreciável e significativa, uma homogeneização de tipo humano a partir da generalização de sua própria economia emocional – domínio da razão sobre as emoções, cálculo prospectivo, auto-responsabilidade, etc. – às classes dominadas.

¹¹ “Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”; “Art. 200 - VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano”; “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”; “Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Com exceção dos quatro artigos citados acima, nenhuma outra referência à alimentação é feita na nossa constituição, salvo duas ou três referências à pensão alimentícia e ao abastecimento alimentar.

Muitos dos valores éticos e morais que reproduzimos ainda hoje são heranças dessa mudança no modo de produção e no modo de pensamento de toda uma época. Valores como a sobriedade, pontualidade, autocontrole etc. são todos indispensáveis para a nova forma de reprodução material da nova sociedade, o modo fabril:

Desse modo, abre-se espaço para uma nova e revolucionária noção de hierarquia social [...] uma concepção contingente e historicamente específica de ser humano, presidido pela noção de calculabilidade, raciocínio prospectivo, autocontrole e trabalho produtivo como os fundamentos implícitos, tanto da sua auto-estima quanto do seu reconhecimento social (SOUZA, 2006b, p. 31).

Não que esses valores tenham surgido com a era industrial, contudo, sua importância sofreu destaque a partir de então por motivos já demonstrados pelos mais diversos autores (Karl Marx, Norbert Elias, Michel Foucault etc.). Adotando uma perspectiva marxiana, defendemos que os direitos sociais são, na realidade, formas de garantir a reprodução material de uma sociedade. O Estado ao estabelecer direitos tem como objetivo garantir a integridade do cidadão capaz de produzir e reproduzir a condição material de uma dada sociedade. Em um dado momento histórico, a burguesia europeia já gozava de poder econômico, mas o impedimento político do antigo regime freava a máquina do progresso. Faltava-lhes a mão de obra adequada para a nova forma de trabalho que se estabelecia. Era agora necessária a força política para adestrar os corpos do povo para o novo modo de produção. Eram imprescindíveis novas normas e horários, novos hábitos e novas leis, fato este que fez Marx observar e chamar atenção para o fato de o modo de produção de uma época influenciar na sua organização social, como podemos observar no exemplo prático da teoria marxiana nas *poor laws* inglesas, que chegaram a “obrigar” qualquer transeunte desconhecido e suspeito de “vagabundagem” a trabalhar horas a fio, obedecer toques de recolher, entre tantas outras formas de disciplina do corpo e, conseqüentemente, da mente¹², ou mesmo, como afirmou Souza (2006, p. 45), “*as poor laws inglesas podem também ser compreendidas como uma forma autoritária de forçar os inadaptados da Revolução Industrial à adoção dos requisitos psicossociais da nova sociedade que se criava [...]*”.

¹² Nesse aspecto em especial, as teorias de Bourdieu e Foucault convergem para um mesmo ponto: para Bourdieu, o aprendizado é pragmático, as regras são interiorizadas a partir da prática. Com Foucault, observamos as várias instituições modernas que educam o corpo através da imposição de padrões de comportamento. Observamos assim um complemento das teorias em que Bourdieu demonstra a forma como as regras sociais são criadas e obedecidas. Foucault por sua vez demonstra como essas práticas tornaram-se instituições que passaram a agir sobre toda sociedade.

Essa mesma época nos proporcionou épicos como a Revolução Francesa, época em que a luta moderna por várias “liberdades” tomou grande força, notadamente entre elas a liberdade de expressão e a liberdade de ir e vir entre os feudos sem a necessidade de taxas, condições estas fundamentais para a disseminação em massa dos ideais burgueses. Com a nova mudança no modo de produção, o Estado, outrora todo poderoso, passa a abrir concessões aos indivíduos, garantindo-lhes direitos em troca de padrões de comportamento. Só se pode garantir algo se existir previsibilidade. O cidadão de direitos é o cidadão adestrado, domesticado, previsível ou, em outras palavras, civilizado. A princípio, tais observações são pertinentes para elucidar o fato da invisibilidade dos direitos alimentares. Se isso ocorre, há de existir uma explicação histórica para esse fenômeno.

A mesa da burguesia iluminista era farta, não lhes faltava alimentação como lhes faltava liberdade e direitos que garantissem a igualdade política. Suas inquietações eram outras que não as alimentares. A exemplo disto, temos a respeito da realidade burguesa do século XVIII que:

As Formas gastronômicas [...] Formas ambientais[...] Formas de comportamento: as “boas maneiras”, o uso correto dos talheres, as regras para mastigar [...] Tudo isso no intuito de definir um espaço de convívio separado e por assim dizer “protegido”: diferente, distinto, isolado. O espaço do privilégio social e do poder político, declaradamente oposto [...] ao mundo da fome e do medo [...] Mas somente é permitido pensar nisso aquele que come muito (ou, pelo menos, pode comer muito). Só uma longa experiência de barriga cheia pode justificar o tremor de um apetite refreado. Os esfomeados, aqueles verdadeiros, sempre desejaram empanturrar-se a não poder mais: fazendo-o, algumas vezes, sonhando-o, com frequência (MONTENARI, 2003, p. 121-125).

Na mesma perspectiva, temos ainda Poulain (2004, p. 35) ao afirmar que

A gastronomia aristocrática do antigo regime caracteriza-se pelo distanciamento em relação à necessidade, a nobreza afirma sua posição social através do consumo de produtos caros e distantes e assim procedendo opõe-se às práticas alimentares populares mais submetidas à pressão do nicho ecológico.

Os interesses, devemos lembrar, são interesses de classe. Se a falta do alimento não é sentida/percebida, é pouco provável que essa questão converta-se em um “problema”. Giannetti (2004, p. 73) trata o tema com o seguinte exemplo (1):

A humanidade, de fato, conviveu durante centenas de milhares de anos com a experiência subjetiva da visão – a sensação de se estar vendo o que se vê –, sem que ninguém se desse conta de que nada sabia a respeito. Foi só a partir do momento em que alguns homens perderam a familiaridade com a visão e passaram a encará-la como problema – como algo estranho e alheio demandando algum tipo de explicação – que o conhecimento do fenômeno começou a sair do chão.

Apesar da ampla possibilidade de análise das modificações e padronizações da vida social a partir da alimentação, seu estudo continua a pairar no meio acadêmico como o “primo-pobre”, como uma pequena-ciência. Ainda assim, adotamos uma análise próxima ao viés proposto por Carneiro¹³ (2003) ou ainda outros estudos de grandes personagens da antropologia, como demonstra Poulain:

Radcliffe-Brown notará que “a atividade social mais importante é de longe a busca de alimentos” (1922, 227) [...] De maneira particularmente inovadora, Richards não hesita em afirmar que “a nutrição enquanto processo biológico é mais fundamental que a sexualidade. Um homem pode viver sem satisfações sexuais, mas sem alimento ele morre inevitavelmente”. [...] seus trabalhos contribuem para provar “que a fome é o principal fator determinante nas relações humanas” [...] Aqui se dá uma verdadeira inversão de perspectiva, a alimentação é colocada como uma atividade estruturante e organizadora do social (POULAIN, 2004, p. 157).

O fato da relegação ao segundo plano em termos de importância dos estudos da alimentação é compreensível a partir da análise da herança presente nas ciências humanas como um todo. Ao retomarmos à Grécia clássica, vemos, por exemplo, que para Platão o ventre era a metáfora utilizada para referir-se à camada mais baixa do povo devido à ausência de um “cuidado de si”, uma vez que estes preocupar-se-iam apenas com a satisfação física. A cabeça, por sua vez, era o símbolo do filósofo e da mente superior. O fato teve continuidade nas mais diversas filosofias, inclusive na Kantiana, ao colocar que o olfato e o paladar tratar-se-iam de “sentidos inferiores” (em contraponto à audição, à visão e ao tato, que seriam objetivos e não subjetivos como os demais) (2). Estas podem ser *duas das razões* (1 e 2) que levaram a sociologia e as ciências humanas como um todo a não darem a devida atenção à fome e aos estudos alimentares.

¹³ “Além das questões políticas ou macroeconômicas, a alimentação revela a estrutura da vida cotidiana, do seu núcleo mais íntimo e mais compartilhado (o sexo é ainda mais íntimo, mas de uma partilha social bem mais restrita). A convivialidade manifesta-se sempre na comida compartilhada”. (CARNEIRO, 2003, p. 5).

Trocaram a parte pelo todo e conferiram (erroneamente) um caráter de superioridade a sentidos que, assim como os demais, sofrem influência determinantemente cultural. Tanto a visão como a audição são também condicionados pela cultura. De fato, enxergamos e ouvimos muitas coisas, porém, apenas vemos e escutamos aquilo que nos foi ensinado de forma pré-reflexiva culturalmente. Os estudos sobre o fenômeno *Kaspar Hauser* apresentam-se como uma nítida evidência do fato, prova disto é que os mais diversos estudos antropológicos nos mostram a diferença cultural atribuída aos gostos, aos odores e à maneira de “enxergar o ambiente”¹⁴.

Ao mesmo tempo, pode-se fazer a relação contrária, demonstrando como a fome sempre figurou entre uma das principais inquietações dos movimentos populares (aqueles mesmos, nunca ouvidos, a menos que abalem o (des)equilíbrio estabelecido) ao redor do globo, alertando para necessidade de nunca esquecer esta anomia social. A exemplo disto, a canção mais cantada no século XX, “A internacional”, de Eugene Pottier, demonstra já em seus primeiros versos os anseios das classes marginalizadas, não apenas de sua época: “De pé ó vítimas da fome/ De pé famélicos da terra /Da idéia a chama já consome/ A crosta bruta que a soterra/ Cortai o mal bem pelo fundo/ De pé, de pé, não mais senhores/ Se nada somos em tal mundo/ Sejamos tudo ó produtores”.

O medo da fome e o terror da morte por inanição movimentaram as massas humanas em gigantescos processos migratórios por todo o globo. No Brasil, especificamente, esse fenômeno ficou conhecido como êxodo rural. A migração de centenas de milhares de brasileiros que, na esperança de uma melhor condição de vida, percorreram nosso país de norte a sul teve como grande força motora a fome (ou o medo dela) e o sonho da terra da abundância.

Há tempos, histórias sobre o terror da fome povoam o imaginário popular. Ouvimos falar do gado que em épocas de escassez come cactos, dos felinos que, na eminência da morte por fome, fazem assim como fez Cronos e devoram a própria prole. Porém, o nosso maior estranhamento não está na fome causada pela escassez, pelo contrário, o que nos angustia é o fato de encontrar seres de uma determinada espécie submetidos a um regime de fome total na era da abundância. Mesmo no mais selvagem

¹⁴ A nossa visão é, em grande parte, condicionada pelo meio cultural. Fato este analisado exaustivamente por Strauss ao demonstrar em diversas passagens que um nativo de uma cultura indígena em um único golpe de vista é capaz de diferenciar diversos tipos de plantas e suas utilizações; por sua vez, um ocidental ao ser inserido no mesmo ambiente físico não verá nada a mais no local além “do verde do mato”, sendo dessa forma a própria visão ensinada de forma pré-reflexiva através dos padrões de cultura. O mundo, ao que nos parece, é multifacetado, cabendo a cada cultura enxergá-lo (poderíamos substituir a palavra “enxergar” por “interpretar” sem a menor diferença de sentido) de acordo com suas próprias lentes.

agrupamento de animais, em épocas de abundância, vacas não são obrigadas a comer cactos e mesmo um tigre não se serviria de seus próprios filhos se o ambiente que lhe circundasse estivesse repleto de possíveis presas. O fenômeno da fome humana é puramente artificial se considerarmos a abundância de alimentos produzidos atualmente. Desnaturalizar a fome e passar a tratá-la como um problema (no sentido ambíguo do termo), demonstrar que esta trata-se de um fenômeno social e não natural, foi, na nossa concepção, a grande contribuição da sociologia de Castro. Chamamos atenção novamente para o fato de não nos preocuparmos com a *fome natural*¹⁵, também abordada por Castro, mas com a cultural. Como evidenciou o médico brasileiro, não é “natural” que indivíduos passem fome em locais onde exista alimento em abundância. Não se observa esse tipo de acontecimento no mundo natural. Se isso ocorre, se dá com a intervenção da cultura.

1.2 As potencialidades da Sociologia da Fome

Procurando investigar as causas fundantes dessa alimentação em regra tão defeituosa e que tem pesado tão duramente na evolução econômico-social do povo, chega-se à conclusão de que elas são mais produto de fatores socioculturais do que de fatores de natureza geográfica (CASTRO, 2006, p. 34).

Como já afirmado em páginas anteriores, nas sociedades modernas que apóiam-se nos ideais iluministas e meritocráticos, são vários os dispositivos garantidos através de estatutos legais e institucionais que possuem como finalidade garantir o livre desenvolvimento humano. O que salta aos nossos olhos é a incongruência de alguns dos pré-requisitos básicos para a garantia da vida, da liberdade e da dignidade humana. São vários os dispositivos que garantem a liberdade de expressão, o direito de ir e vir, a democracia, entre tantos outros pressupostos ditos indispensáveis para o livre desenvolvimento do aparato biológico e cultural. Mas, a alimentação, condição básica para o pleno desenvolvimento humano, sempre foi um ponto obscuro, seu debate sempre foi um tabu, assim como evidenciou Castro no decorrer de toda sua vida. A condição básica para todo desenvolvimento pleno da condição humana é a alimentação. No entanto, o direito à alimentação não está devidamente garantido ou mesmo solidificado como a democracia, a liberdade de expressão, entre tantas outras garantias

¹⁵ Aquela gerada por fatores climáticos ou naturais.

modernas. A título de exemplo, não observamos uma subtração considerável de nossas rendas para garantir a democracia, a liberdade ou mesmo a igualdade, porém, a alimentação, pressuposto básico para a garantia de todos esses direitos, toma boa parte da renda de grande parte da população brasileira de baixa renda.

Com a humanidade, a alimentação aparece de uma forma diferenciada em relação às demais espécies, uma vez que é perpassada pela cultura. Um cavalo terá a mesma dieta e comerá da mesma forma nascendo em qualquer parte do globo. Os seres humanos não se alimentam da mesma forma, justamente devido às diferenças culturais. E não só a forma de alimentação é diferenciada nas culturas, o acesso à alimentação também o é. De cultura para cultura, poderemos ver a distribuição alimentar variar ou não de acordo com o status social. Assim como demonstrou o antropólogo inglês Evans-Pritchard (1902-1973, um dos responsáveis pelo desenvolvimento da antropologia social inglesa), entre os *Nuer* (1993), o fato de ser “um simples agricultor” não impedirá, em épocas de escassez, que ele alimente-se tal como o mais alto chefe religioso. Entre alguns costumes indianos, o jejum por grandes períodos e a fome opcional é uma forma de agregar capital simbólico e adquirir status e distinção social. Em cada cultura, a forma de acesso ao alimento e a sua ingestão ou não possuem significados específicos. Castro tentava compreender o que significava o não acesso ao alimento na nossa cultura.

A princípio, é preciso deixar claro o que chamamos aqui de “Sociologia da Fome”, na obra de Castro, para não deixar dúvidas quanto ao que tratamos. O estudo da obra do ex-diplomata brasileiro é, ainda hoje, imprescindível tanto para uma introdução à compreensão da fome, como para um aprofundamento, basta apenas escolher os devidos documentos. Castro navegou por vários campos do conhecimento para elucidar o fato de o fenômeno ocorrer por diversos fatores (climáticos, biológicos, geográficos, sociais, econômicos e mesmo psicológicos). Castro consegue destacar, de forma pioneira, os fatores de ordem puramente social que geram a fome, aqueles fruto da pura convenção arbitrária da cultura, fruto da pura institucionalização do social. A “Sociologia da Fome” em Castro trata-se, portanto, *do estudo das instituições sociais que permitem a reprodução da fome*. A Sociologia da Fome preocupa-se com as instituições sociais que sustentam tal fenômeno, tendo em vista que, se o fenômeno social ocorre de forma mais ou menos regular e com as mesmas características, independente de fenômenos climáticos ou econômicos, isso só pode ocorrer devido à sua institucionalização. Castro foi também um dos poucos autores brasileiros que

conseguiram proezas dignas de um grande clássico. Assim como as obras de Karl Marx ou Adam Smith, os escritos de Castro transformaram-se em práticas culturais, gerando um grande impacto não somente na “visão de mundo”, como também na forma de “intervenção no mundo (social)”. A teoria influenciando na vida prática e cotidiana foi o que o diplomata pernambucano chamou de “sociologia comprometida” (2003), ou seja, aquela sociologia que não tem medo de interferir na vida prática através de seus achados, uma sociologia que não pretende descrever, mas denunciar, que se preocupa em não encobrir mecanismos da vida cotidiana que, de alguma forma, auxiliem a naturalizar e a reproduzir processos de dominação na cultura. *“Uma sociologia que não teme interferir no processo de mudança social com os seus achados e, por isto mesmo, não tem o menor interesse em encobrir os traços de uma realidade social, cuja revelação possa acarretar prejuízos a determinados grupos ou classes dominantes”* (CASTRO, 2003, p. 151). Ainda de acordo com Castro:

[...] a meu ver, a sociologia comprometida com o processo social não deixa de ser científica, por seu engajamento. Ao contrário, ela é bem mais científica do que a antiga sociologia, que se presumia científica, mas não passava, em seu falso cientificismo, de um instrumento de inconsciente mistificação da realidade social, cujo contato direto ela sempre evitava, preocupada pela fragilidade dos sistemas em vigor e pelo receio de que ao menor contato tudo pudesse vir abaixo. No fundo, a antiga sociologia era mais utópica do que científica, e a sua utopia consistia exatamente no seu inconsciente desejo de que o processo social se imobilizasse, para ser melhor fotografado (CASTRO, 2003, p. 152).

Foi devido a essa sociologia comprometida que suas ações geraram ondas de intervenções sociais e encontros entre os mais diversos intelectuais em todas as partes do mundo, tornando a fome um escândalo sem precedentes em plena época de abundância. Ele foi o exemplo prático da capacidade individual de sujeitos sociais, em posições estratégicas, interferirem nos fatos sociais, dando-lhes novos contornos. Como tentou evidenciar o médico brasileiro, a garantia da alimentação, a garantia da segurança alimentar, auxilia no desenvolvimento da *segurança ontológica* (GIDDENS, 2002), de um ponto firme onde segurar-se, de saber que poderá contar com a certeza do alimento (algo que para as classes média e alta é naturalizado, a ideia de não se ter perspectiva de quando se comerá novamente é uma sensação não experimentada por grande parte de nós) no futuro próximo. A certeza de comer é um ponto firme onde ancorar-se.

1.3 Josué de Castro e a denúncia da fome como fenômeno social

E este homem parece satisfeito da sorte, conseguindo com um pouco de farinha e de café e com um gole de cachaça matar a gosto a sua fome (CASTRO, 2003, p. 52).

Até os dias de hoje, observamos o mesmo problema em relação à conceituação científica da fome. A expressão é utilizada das mais diversas formas, com significados imprecisos que dificultam sua melhor compreensão. Assim como já observava Castro,

A noção que se tem, corretamente, do que seja a fome é, assim, uma noção bem incompleta. E este desconhecimento [...] da realidade social da fome no mundo e dos perigos que este fenômeno representa para a sua estabilidade social, constitui uma grave lacuna [...] para a análise dos acontecimentos políticos da atualidade (CASTRO, 2003, p. 76).

Assim como assinalou o médico pernambucano, o seu objetivo era o de “*analisar o fenômeno da fome coletiva – da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas*” (CASTRO, 2006, p. 18), o qual tinha por meta estudar a fome no seu aspecto geral. Não nos daremos o mesmo trabalho. Por questões de competência e tempo, daremos atenção, dentro da obra de Castro, apenas à fome gerada pela cultura, deixando de lado a fome epidêmica (ou seja, aquela que aparece como forma de epidemia em espaços de tempo variados devido às intempéries naturais¹⁶). Retratamos unicamente o que o ex-diplomata brasileiro denominou por fome endêmica, que se encaixa perfeitamente naquilo que temos chamado de institucionalização social da fome:

No Nordeste úmido [...] chovia de modo regular, as terras eram consideradas de boa qualidade, mas as populações pobres eram anêmicas e as causas dessa penúria não eram estudadas, nem consideradas. A subalimentação era tida como algo natural. Por isso Josué de Castro a adjetiva endêmica. O uso monopolista da terra pela cana-de-açúcar constituía um impedimento a outras utilizações; portanto, a situação resultante para a população pobre era permanente (CASTRO, 2006, p. 29-30).

¹⁶ É fato que o conhecimento técnico racional com o devido esforço consegue diminuir a quantidade de fome gerada pelas catástrofes naturais, porém, não consegue ainda impedi-las.

De forma muito semelhante ao observado no Brasil, Montenari (2003) nos coloca a respeito da Europa do século XVIII, onde pode-se observar também regiões que possuem uma fome permanente, apesar da riqueza, e outras não tão ricas, mas que não apresentam a fome como um fenômeno constante:

As áreas de planície e de colinas da região, mais “desenvolvidas” e intensamente cultivadas com cereais e vinhas, a alimentação camponesa acaba sendo escassa e monótona, carente de vitaminas e de proteína animal; nas zonas de montanha, as práticas pastoris e a colheita das castanhas contribuíram para tornar mais equilibrado e mais abundante o regime alimentar (MONTENARI, 2003, p. 185).

Ao mesmo tempo em que Carneiro demonstra que a fome permanente não é algo “comum a toda sociedade”:

No período medieval, exceto quando de catástrofes climáticas muito graves, vivia-se de uma dieta mais diversificada, abastecida por produtos de bosques e hortas que o mundo moderno verá desaparecer com o cercamento das terras, a expulsão dos camponeses, o inchamento urbano e a constituição do proletariado moderno (CARNEIRO, 2003, p. 38).

É à fome permanente, que está alheia ao clima e às condições naturais, que dedicaremos nossos esforços, uma fome mais cruel do que aquela imposta pela própria natureza. Diferentemente do que se acredita, a fome não é de fácil observação, “*vista à distância e esquematizada até certo ponto, em uma série de simples imagens visuais, a tragédia da fome exprime apenas uma pequena parcela de sua terrível significação social e de suas repercussões econômicas e políticas*” (CASTRO, 2003, p. 76). A dificuldade de observação da ação da fome no meio social surge justamente devido ao seu duplo caráter de invisibilidade: no campo do social, por meio da cristalização do fenômeno, e no campo biológico, por meio da retenção de líquidos. Muitas vezes, os famintos possuem aparência saudável devido àquilo que se entende por *fome oculta*¹⁷, fato que colabora para a reprodução do fenômeno de marginalização dos famintos, gerando na nossa cultura argumentos cotidianos conhecidos como “tá ai, bem alimentado e pedindo, por que não vai trabalhar?”, entre tantas outras formas de pré-julgamentos morais acerca dos famintos que desconsideram que sua miséria emocional é fruto de um duplo jogo de marginalização: a exclusão emocional e a biológica.

¹⁷ O tema é devidamente tratado no Capítulo 2.

1. 4 A invisibilidade da fome como fenômeno social

[...] voluntários foram submetidos experimentalmente a um regime de semi-inanição durante um período de seis meses. [...] Neste tipo de experiência os observadores obtêm resultados relativos no que se refere aos efeitos psicológicos da fome, porque os indivíduos com os quais as experiências foram feitas não estavam submetidos à angústia e à pressão inerentes à verdadeira miséria e à impossibilidade material de obter alimentos para satisfazer sua fome [...] Apesar de tudo, numerosos resultados observados nos laboratórios da Universidade de Minnesota coincidem com as observações feitas na Europa e com as que pudemos recolher em certas zonas de fome na América Latina [...] (CASTRO, 2003, p. 78).

A fome não é premeditada. Ainda assim, possui a convivência de todos. Dizemos isso no sentido de que tanto a sua reprodução (através de formas de condutas pré-reflexivas) como as suas conseqüências sociais “indiretas” não tratam-se de fenômenos racionalizados. A excitação nervosa, por exemplo, causando “inclinação” à violação de regras, ao se perder a noção do pensamento prospectivo e dos cálculos de ganho e perda é um exemplo do que tratamos aqui. Além disso, como já afirmado, o pouco combustível disponível coloca sempre o faminto em uma situação aquém ao desejado. Castro, de forma pioneira, consegue demonstrar no decorrer de sua obra que a fome trata-se não de um problema local, mas de um resultado inesperado de várias relações sociais que se entrelaçam. Embora aparentemente contraditórias em alguns momentos (CASTRO, 2003)¹⁸, suas colocações não se anulam, pelo contrário, complementam-se. Conhecedor da obra de Freud e das paixões humanas, Castro não retira o fator contraditório das ações humanas¹⁹ e incorpora essa observação na sua sociologia. Como demonstra no decorrer de sua obra, os homens não possuem conhecimento total sobre suas ações e enxergam apenas parcialmente suas conseqüências. A exemplo disto, como bem observou Castro (2003), Jonh Kennedy, Robert Kennedy, Nixon, entre tantas outras figuras políticas importantes que discursaram contra a fome não a desejam e muito menos a cultivam intencionalmente. E, mesmo apesar dos discursos e da

¹⁸ No decorrer de sua obra, Castro oscila entre dois modelos básicos para entender a fome: a fome intencional (causada propositalmente por atores sociais que possuem plena consciência de suas ações) e a não intencional (uma conseqüência não intencional resultante de modelos econômicos/sociais “defeituosos”).

¹⁹ “É apenas na lógica, e não na vida, que as contradições não podem existir”. (GIANNETTI, 2004, p. 48).

convicção ao combate à fome, muitas autoridades importantes que discursaram contra ela foram também senhores-da-guerra, a qual obrigatoriamente gera uma série não apenas de fome, como também de sofrimentos desnecessários (CASTRO, 2003, p. 138) e condições que obrigatoriamente geram uma legião de famintos. Um dos problemas ao se combater a fome sempre foi a falta de acusados. Afinal de contas, de quem era a culpa?

A fome na Índia, no Pero, em São Domingos, no Nordeste do Brasil, embora apareça como manifestação local de zonas subdesenvolvidas, exprime na verdade formas paradoxais de doenças da civilização, na medida em que são o produto indireto do crescimento econômico desequilibrado, da mesma forma que são também indiretamente produzidas por ele as doenças cardiovasculares e degenerativas. (CASTRO, 2003, p. 140).

A resposta que o ex-diplomata brasileiro formula foi algo parecido com o que descreve Giannetti (2004, p. 106)²⁰: “*O fulcro do auto-engano não está no esforço de cada um em parecer o que não é. Ele reside na capacidade que temos de sentir e de acreditar de boa-fé que somos o que não somos*”. Foi ao perceber isto que Castro chamou atenção para o fato de a fome ser um problema de todos. Antes mesmo do desenvolvimento de estudos sistemáticos sobre as ações pré-reflexivas e nossa forma cristalizada de conduta, Castro já chamava atenção para os padrões naturalizados que permitem a invisibilização da fome enquanto fenômeno social e a sua naturalização como fenômeno biológico. São as nossas ações naturalizadas e os padrões culturais que reproduzimos diariamente que contribuem para a reprodução contínua da fome. Castro denuncia a fome causada pela ingerência e a irresponsabilidade individual, porém, o que se observa em sua obra é a repetição contínua da fome enquanto fenômeno invisível, reproduzido de forma não intencional, como fruto de um “sistema defeituoso”.

“*A verdade é que existe um desenvolvimento progressivo e um desenvolvimento regressivo, ou melhor, no complexo do desenvolvimento estão sempre incluídos aspectos positivos e aspectos negativos*” (CASTRO, 2003, p. 105). Constantemente, Castro nos demonstra que a fome trata-se de algo que não está no script, uma consequência não intencional de nossas ações. Defeitos são sempre acontecimentos imprevistos, não intencionais. A realidade cristalizada aparece aos indivíduos como

²⁰ Ainda de acordo com o autor, “*repare: se os espectadores ficam sinceramente indignados ao verem sua própria maldade representada no palco, então é porque eles não se vêem assim. O que ofende e agride nos outros, visto de fora, torna-se inodoro e razoável quando é visto e vivido de dentro. A fumaça do automóvel ou do ônibus em que estamos não nos irrita*”. (GIANNETTI, 2004, p. 50).

natural, perdendo seu caráter puramente convencional. Para a maioria, a fome trata-se nitidamente de algo “normal”. Normal no sentido de que, se sempre acontece, é porque é “natural” que aconteça. Esse tipo de cristalização da realidade social vivida é o que, segundo Castro, permite a invisibilidade da fome.

Sem dúvida alguma, os últimos séculos foram dolorosos para o ego humano graças à ingrata ciência. A criamos para facilitar nossas vidas e o que recebemos de volta é a total destruição de nossas vaidades. As chamadas feridas narcísicas não foram apenas aquelas demonstradas por Copérnico (o sol e não a terra – a humanidade – é o centro do universo), Darwin (a evolução das espécies e o fato de “descendermos de macacos” e não do próprio Deus) ou Freud (o fato de o homem não ser o senhor nem de sua própria casa). Para além dessas três feridas narcísicas, parece existir ainda uma outra:

A própria ciência e a técnica ocidentais, envaidecidas por suas brilhantes conquistas materiais, no domínio das forças da natureza, se sentiriam humilhadas, confessando abertamente o seu quase absoluto fracasso em melhorar as condições de vida humana no nosso planeta e, com seu reticente silêncio sobre o assunto, faziam-se, consciente ou inconscientemente, cúmplices dos interesses políticos que procuravam ocultar a verdadeira situação de enormes massas humanas envolvidas permanentemente no círculo de ferro da fome [...] traduz sempre um sentimento de culpa, uma prova evidente da incapacidade das organizações culturais vigentes, em satisfazer a mais fundamental das necessidades humana – a necessidade de alimentos (CASTRO, 2006, p. 14-15).

Para Castro, uma das razões da invisibilidade da fome se dá justamente por um mecanismo de defesa. A descoberta da fome seria mais uma ferida narcísica para a humanidade suportar ao ver que de nada ou muito pouco adiantou todo o progresso econômico e técnico até agora alcançado e, mesmo diante da era da abundância, algo tão seminal para uma espécie, como nutrir-se, permanece ainda nos nossos dias como um desafio, como uma doença da cultura que afeta um bilhão de pessoas em todo o mundo e aproximadamente 5% da população brasileira.

1. 5 A crítica à “onda verde” na Sociologia da Fome

É doce manter nossa mente fora do alcance daquilo
que a fere. (Édipo Rei).

Ainda apesar do programa Fome Zero e de todos os programas do governo Lula, a pauta da sociedade civil ainda é o aquecimento global. Sobre esse aspecto, Castro já tinha nos falado a respeito no seu artigo “Pobreza, causa primeira da poluição” (CASTRO, 2003). Se os desequilíbrios naturais são causados por questões antrópicas, como muito se difunde na imprensa, a solução para isto não é colocar uma malha do tamanho de dez campos de futebol nos pólos para evitar o descongelamento das geleiras (como realmente o fazem atualmente alguns cientistas). Como já afirmava Castro, ao se solucionar o problema humano, a questão da harmonia com o meio torna-se também contemplada.

Castro afirmava que a manutenção da fome trata-se de um problema moral²¹. Desde meados dos anos 1950, o fenômeno da “poluição humana” já era debatido pelo ex-diplomata brasileiro. É a nossa convivência e tolerância, culturalmente construídas, que permitem a reprodução do fenômeno. Constantemente, o ex-diplomata brasileiro referia-se à questão das prioridades de ação em termos éticos, da necessidade de movimentos massivos para o combate à fome, uma vez que esta, apesar de ser um fruto da cultura, aparece como uma consequência não intencional, um “*bug*” no sistema, um resultado não planejado, que tem sua origem nos valores morais hierarquizantes que estão culturalmente disseminados de forma pré-reflexiva.

Em referência direta ao movimento que começava a ganhar espaço em sua época e que nos dias atuais tornou-se uma verdadeira pandemia, uma onda verde e conservadora vem ganhando terreno nas últimas décadas dentro dos discursos científicos, alertando constantemente para a ameaça global causada, sobretudo, pelo avanço indiscriminado do setor produtivo. Troca-se assim o efeito pela causa e se persiste em um erro há muito já denunciado por Castro:

Atualmente está na moda falar dos defeitos nocivos que o crescimento econômico produz sobre o meio, sobre os componentes do contorno natural; entretanto, costuma-se referir apenas e precisamente aos efeitos que não são os mais ameaçadores para o futuro da humanidade.

²¹ E toda moralidade é social mente instituída.

Ouvem-se gritos de alarme condenando o crescimento da população, a poluição do ar, dos rios e dos mares e a degradação do patrimônio animal e vegetal das regiões mais desenvolvidas do mundo; mas tudo isso revela uma visão limitada do problema, já que o clamor se refere apenas aos efeitos diretos da expansão econômica, enquanto deixa na sombra e reduz ao silêncio a insidiosa ação indireta do desenvolvimento sobre a totalidade dos grupos humanos. E é evidente que esta ação indireta é mais determinante que a ação direta. [...] Os primeiros e mais graves efeitos do desenvolvimento manifestam-se precisamente naquelas regiões que estão hoje economicamente subdesenvolvidas e que ontem eram politicamente colônias. [...] O subdesenvolvimento representa um tipo de poluição humana localizado em alguns setores abusivamente explorados [...] subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial e neocolonial, que continua se exercendo sobre diversas regiões do planeta (CASTRO, 2003, p. 136-137).

Ao se observar muitas das atividades econômicas responsáveis, pelo que dizem os especialistas, pelo aquecimento global, vemos que muitas delas se tratam de atividades com pouco prestígio social, relegadas aos membros da *ralé* brasileira, o que apenas confirma que esse tipo específico de “poluição humana” desenvolve-se bem mais nos locais com grandes disparidades de valores hierarquizantes.

Essa nova ciência que tenta consolidar-se chama atenção excessivamente para a questão natural, relegando a segundo plano as relações humanas estabelecidas nos locais, tomando contornos cada vez mais conservadores, reproduzindo de forma cristalizada a realidade social e relegando (novamente) à natureza os grandes problemas da humanidade. A onda verde vem para se juntar à nova onda de misticismos denunciada por Dawkins (2007). Parte-se do pressuposto romantizado de uma natureza harmônica. Uma harmonia que bem lembra as “justiças divinas” do antigo testamento. Das cinco grandes extinções em massa, nas quais mais de 95% da vida na terra desapareceu, pelo menos duas foram causadas por fenômenos internos, da própria terra, da própria natureza. Isso se desconsideramos o cosmos como natureza, responsável pelas outras três grandes extinções. Desconsidera-se tsunamis, furacões, erupções e toda uma série de fenômenos nada harmônicos, que constantemente varrem ecossistemas inteiros sem piedade alguma. Em muitos aspectos, as lógicas da natureza muitas vezes bem lembram a lógica do Deus cristão do antigo testamento, que, embora sábio e harmônico, insistia em assolar constantemente a terra com as mais diversas medidas para punir a sua própria criação. Quando a vida resiste às constantes intempéries da

natureza, diz-se que tudo foi planejado para renovar todo o ecossistema e todo um discurso que naturaliza o natural, dando-lhe contornos divinos.

Parece-nos mais razoável seguir a lógica proposta pela física, de que somos pó de estrelas, um resultado caótico e completamente aleatório de fenômenos que se sucedem. É nesse contexto que toda a vida se insere. A natureza não é harmônica, ela é caótica, desordenada e completamente aleatória. Não existiu um plano maior ou uma mente que arquitetou os mares e continentes, os gases e as camadas atmosféricas. Essa condição surgiu e a ela a vida adaptou-se. Não nos parece correto entender “a natureza” como uma entidade que arquiteta de forma planejada todos os “equilíbrios” que existem no planeta que dão condições à vida. Mas que a vida, sim, vive em constante conflito, em constante luta com a natureza, no difícil processo adaptativo. O termo ecologia, nos dias de hoje, tornou-se quase totêmico. Qualquer crítica ao segmento é, de antemão, olhada com desconfiança, tratando-se de um posicionamento quase herético.

Sendo a natureza harmônica e o homem o fator desarmônico, investem-se milhões em parafernálias eletrônicas e em uma série de pássaros mecânicos que correm os céus, aliados aos olhos divinos que observam a terra do cosmos e tiram constantes fotos com altíssimas resoluções. Ocorre toda uma série de ações feitas por anjos enviados para cumprir a função de olhos divinos, denunciando assim desmatamentos, queimadas, poluição de rios e toda uma série de fatores que colocam em risco o ecossistema ali estabelecido. Massas de funcionários e burocratas estatais são responsáveis pela fiscalização severa do transporte de qualquer tipo de animal silvestre, entre uma série de medidas completamente desumanizadas que imperam na nossa nação há décadas e, com poucas exceções, têm ajudado a reproduzir e a ampliar mais ainda o fosso de desigualdade no quesito reconhecimento social. Como já afirmado no início do trabalho, temos uma polícia específica até para nossos cachorros, para protegê-los dos males cometidos por humanos. A humanidade, porém, continua desprotegida dela mesma.

Como forma de provocação, afirmamos que se a educação dessas regiões (que sofrem constantemente com a questão ambiental) fosse monitorada com o mesmo rigor com que monitoramos a natureza, tão logo os índices educacionais e as perspectivas de vida fossem ampliadas, não nos admira que atividades marginais como estas (extração de madeira, contrabando de animais etc.) pouco rentáveis e com alto risco, além de ilegais, fossem gradualmente abandonadas. Assim como Castro, defendemos que é esse tipo de “poluição humana”, relegada a atividades marginais, de baixa remuneração e

pouco prestígio, a grande responsável pela “desarmonia antrópica” causada na natureza. Monitorar a natureza de nada adiantará se a poluição humana não for tratada. Se é ela o fator desarmônico, ela deve ser observada.

Além disso, a naturalização e a cristalização da realidade social presente em algumas explicações ou posicionamentos desta ciência relega à natureza toda explicação do corpo social, caindo assim em um ultraconservadorismo. Associa-se muito comumente o comportamento humano ao comportamento dos demais animais do globo. Diz-se: “não poderíamos ser diferentes do resto da natureza, somos todos animais”, perdendo-se de vista que temos sim uma singularidade em relação a toda natureza, apenas nós temos cultura. Apenas o ser humano é capaz, de forma consciente, de passar um conhecimento adquirido através da linguagem e da fala articulada. Apenas nós somos capazes de aprender algo e de forma consciente passar esse conhecimento para os demais da nossa espécie. Essa é uma característica tipicamente humana, mesmo que alguns insistam em falar a respeito “da cultura dos macacos”, entre outros tipos de façanhas dignas da ficção científica.

Em associações frequentes a populações de “bactérias”²², tenta-se descrever as curvas demográficas das populações humanas, na tentativa de demonstrar que nos comportamos tal como as bactérias ao chegar em um novo ambiente: nos alimentamos e reproduzimos sem nos importarmos com nada ao redor, acabando por destruir o próprio meio em que vivemos, fazendo assim com que a população volte a cair drasticamente devido à falta de alimentos. É esse tipo de afirmação que tenta legitimar a ideia de que locais como a África, a América do Sul ou a Ásia sofrem com o fenômeno da fome devido às suas grandes populações, fazendo-se uma associação direta entre densidade demográfica e fome, como se o problema estivesse realmente na produção de alimentos (reinvocando a antiga teoria malthusiana). No mundo natural, parece existir a tendência à saturação do meio em casos de espécies muito bem adaptadas, o que ocasiona esporadicamente mortes em massa devido à fome causada pela multiplicação rápida e desordenada da espécie. As mortes seriadas seriam formas que a natureza encontra para equilibrar-se e o mesmo ocorreria com os humanos de tempos em tempos, dizem alguns “naturalistas”.

²² Isso mesmo, até a bactérias nos comparam e comete-se o erro grosseiro não apenas de subestimar a capacidade de organização social humana, como também de deixar de lado o próprio processo biológico de evolução que nos coloca em uma escala de complexidade muito maior do que qualquer tipo de aglomerado de seres unicelulares.

É interessante observar no discurso ecológico publicamente disseminado a grande presença de uma “força superior e ordenadora do mundo”, como se o mundo agisse de forma “consciente, ordenada e equilibrada”. É a transfiguração das qualidades do Deus cristão para a natureza. A justiça “natural”, assim como a divina, também nunca é questionada, a julgar as duas extinções em massa já registradas pela geologia. Que fenômeno “ordenado e consciente” teria sido este que levou o planeta, propositalmente, duas vezes pelo que se registrou até o momento, a pôr fim a mais de 95% da vida que se encontrava ali? A “justiça divina e as razões de Deus” fogem à lógica da compreensão humana. O mesmo ocorre com a natureza e nada comenta-se a respeito ou ouve-se falar nos ciclos de debate sobre a “harmonia natural do planeta”. Comumente, não se fala sobre o assunto. As extinções em massa geradas pela própria natureza são silenciadas, a fim de garantir e legitimar o discurso corrente de que a natureza se trata de algo “harmônico”, para não dizer divino. Retoma-se, nos dias de hoje, inclusive, o misticismo em torno da deusa Gaia, “a mãe terra”, reforçando ainda mais a ideia da natureza como sendo detentora de uma consciência cósmica e universal.

Nos ocorre que, a respeito da questão entre população, poluição e harmonia com o meio, Castro, no final da década de 1960, já nos colocava que “*a fome não é um produto da superpopulação: a fome já existia em massa antes do fenômeno da explosão demográfica do pós-guerra [...] Muitas áreas de fome no mundo são áreas de baixa densidade de população [...] com uma média de 9 habitantes por quilômetro quadrado*” (CASTRO, 2003, p. 47). Dando continuidade ao seu pensamento, o médico pernambucano nos diz ainda que:

Não se pode [...] atribuir à superpopulação a existência da fome nos nossos dias, quando se sabe que não são os países mais densamente povoados os que passam mais fome. [...] Há fome no Brasil com uma densidade relativa de apenas 9 habitantes por km² de superfície. Há ainda mais fome na Bolívia, com uma densidade ridícula de apenas 3 habitantes por km², e não há, no entanto, fome na Bélgica e na Holanda, onde a densidade relativa atinge respectivamente 301 e 342 habitantes por km² de superfície [...] Mesmo a China e a Índia, que sempre foram apresentados como países da fome, por excelência, possuem uma densidade de 70 e 145 habitantes por km², portanto bem mais baixa do que a dos países europeus que não sofrem deste tipo de calamidade (CASTRO, 2003, p. 51).

Bem mais inclinado à perspectiva de Castro ao compreender a fome, Carneiro (2003, p. 34) nos explica também que o surgimento das teorias sobre as populações no

século XIX já passaram por esse tipo de debate (o que nos obriga, no presente momento, a ter de combater velhos fantasmas com novos trajes). Segundo Carneiro, o debate no século XIX polarizou-se basicamente entre a teoria malthusiana e os escritos de Karl Marx. Como é de conhecimento comum, Thomas Malthus acreditava que, devido à capacidade de reprodução humana crescer em progressão geométrica e à capacidade de produção de alimentos crescer em progressão aritmética, inevitavelmente surgiriam períodos de fome devido à saturação geográfica de produção de alimentos. Ao passo que Marx,

Discordando com veemência de Malthus, apresenta uma teoria da população específica para o modo de produção capitalista, onde a rápida acumulação de capital reduz a necessidade de trabalho, criando um excedente relativo de força de trabalho, um 'exército industrial de reserva', condenado ao desemprego ou subemprego, a baixos salários, a condições de vida miseráveis e à fome persistente. Marx encontra, portanto, as raízes da fome e de outras formas de miséria humana nas relações de opressão e exploração ligadas à organização da produção (CARNEIRO, 2003, p. 34).

Castro segue a mesma linha de Marx ao afirmar que:

A que se deve esta brusca ascensão da curva populacional do mundo dos nossos dias? A uma melhoria real dos níveis de vida, a uma economia da abundância instalada por toda parte? Não. Não foi este o mecanismo da explosão demográfica. Basta ver que esta explosão é mais acentuada na América Latina, na Ásia e na África, regiões que estão longe de possuir níveis de vida elevados, de gozar do desenvolvimento adequado e de ter disponibilidades alimentares suficientes. Pelo contrário, são estas as regiões mais pobres, mais subdesenvolvidas, mais famintas do mundo. A probabilidade de sobrevivência nesta região aumentou [...] A única diferença é que, vivendo embebidas num caldo de antibióticos, as crianças já não morrem no primeiro ano de vida, sobrevivem para morrerem um pouco mais tarde, aos 10, aos 15, aos 20 anos. É esta a causa fundamental da chamada explosão populacional (CASTRO, 2003, p. 45-46).

Com um novo contorno, no século XXI, uma espécie de teoria neomalthusiana adaptada vem ganhando cada vez mais espaço, principalmente no meio científico e na mídia, e vem nos chamando constante atenção para a ameaça do aquecimento global. Diante das evidências, afirmamos tratar-se dos mesmos casos, apenas com trajes diferentes. Malthus insistia na fome como algo de ordem natural, em que seria

necessária a intervenção da “vontade humana” para diminuir as populações e evitar uma catástrofe iminente.

Atribuía assim à natureza fenômenos de ordem social (a fome). Nos dias de hoje, ocorre semelhante episódio, mas com a inversão dos fatores. Com a nova onda do aquecimento global, atribui-se ao homem efeitos de ordens naturais e, o mais grave de tudo, acredita-se resolver os problemas antrópicos através de medidas para “salvar a natureza”, como se ela, por si só, possuísse alguma espécie de mão invisível que ordenaria as organizações sociais, aparecendo assim como algo metade religião, metade liberalismo econômico. A pauta do aquecimento global transformou-se de um fenômeno natural em uma moralidade. A atual pauta da imprensa insiste em nos provar que os problemas sociais serão resolvidos com o combate ao aquecimento global.

No documentário *The great global warming swindle* (*A grande farsa do aquecimento global*, mesma produtora do famoso documentário *Muito além do cidadão Kane* – 90min), uma série de cientistas não ortodoxos demonstram como a base que sustenta as teorias sobre o aquecimento global “via ação antrópica” está ruindo. Houve períodos em que a emissão de CO₂ no ambiente era bem maior que a atual, nem por isso as temperaturas eram mais elevadas. A teoria que explica o efeito estufa a partir do CO₂ tem sido duramente combatida devido a várias evidências geológicas (portanto, históricas) que demonstram que a temperatura do planeta não pode ser explicada a partir das variações do CO₂ no ambiente. Como vários dos especialistas afirmam no documentário, “nenhuma mudança no clima nos últimos mil anos pode ser explicada pelo CO₂”. (1min. 45seg.). Nesse documentário, os diretores conseguem mostrar como a pauta do aquecimento global antrópico passou de uma teoria científica para uma política de estado (inicialmente na Inglaterra, na conhecida era Thatcher [1979-1990]) que cristalizou-se e, mesmo diante de evidências que põem em xeque o aquecimento global causado pelo homem, algumas áreas da ciência optam simplesmente por não dar atenção à nova ideia. Algo parecido com o ocorrido entre Darwin e a igreja.

Essas teorias não negam as “ilhas de calor”, por exemplo. A grande crítica dirige-se a mudanças em escalas globais causadas por intervenções humanas. O que se consegue demonstrar, afinal, é que o ego humano ainda não se conformou com o fato de o mundo não girar ao seu redor e com o fato de que, muitas das vezes, nossas ações pouco podem interferir nos grandes processos de ordem cósmica. A evidência para tal, como demonstra o documentário, é a forte associação entre as variações climáticas e as explosões solares, nas quais são vários os indícios que demonstram que tais “períodos

de explosões” (que podem durar de horas a meses ou mesmo anos, séculos ou milênios) possuem associações bem mais diretas com o clima do que o CO₂ ou qualquer outra interferência humana na atmosfera terrestre.

Como explicar que, mesmo diante de evidências geológicas e históricas, uma teoria científica possa sustentar-se, a não ser pelo fato de a crença em algo ter superado a capacidade de refletir sobre a questão. É a cristalização da realidade, tida como única possível e repetida como verdadeira, independente das evidências que sugiram o contrário.

É de se deixar claro que não negamos fenômenos como as ilhas de calor, poluição dos lençóis freáticos, entre tantos outros fenômenos que interferem no ambiente, porém, responsabilizar, e mais do que isso, culpar e exigir esforços conjuntos e imediatos da população para “evitar o aquecimento global” parece-nos um posicionamento um tanto quanto desproporcional.

De forma muito mais responsável que a atual onda verde, o médico brasileiro consegue observar que os efeitos diretos da “poluição humana” são desdobramentos de relações hierarquizantes desiguais. Ele inverte as equações para demonstrar que o desequilíbrio ecológico, ambiental está presente justamente naqueles locais onde as desigualdades são mais gritantes, demonstrando como a desigualdade social afeta diretamente o meio-ambiente.

O ideal humanista, justamente por elevar a existência humana ao patamar mais alto de prioridade, está diretamente relacionado com uma relação “harmônica” com o meio, visando justamente garantir a perpetuação das gerações futuras. Não à toa, Rousseau aparece como um os grandes representantes tanto do iluminismo como do naturalismo. Também um grande conhecedor e defensor do humanismo, Castro retoma este e demonstra como se dá a relação entre fome e população, mostrando que, em diversos casos já observados, as grandes populações não são a causa da fome, mas um reflexo dela, chamando atenção de forma responsável para uma característica natural, tipicamente biológica da espécie ativada como uma defesa “instintiva” contra a fome que tem um impacto direto sobre as populações humanas:

Estes altos coeficientes de natalidade constituíram-se à base de um princípio de biologia – a “teleonomia” – que é a propriedade que têm todos os sistemas vivos de desempenharem as suas funções num ritmo e dinâmica que favoreçam ao máximo a sobrevivência do indivíduo e, sobretudo, a da espécie. [...] Sempre que uma espécie está ameaçada de morte, aumenta a sua capacidade reprodutiva e a sua multiplicação

para neutralizar o fator de extermínio. Isso passa-se nos reinos vegetal e animal. Só nos tempos de grandes secas na China, o bambu floresce estupendamente, derramando as sementes no solo, para preservar a espécie ameaçada. [...] Os altos coeficientes de natalidade dos países subdesenvolvidos obedecem à mesma lei biológica: representam o esforço natural dos seus efetivos humanos para sobreviverem, visto que nestas áreas os coeficientes de mortalidade sempre foram extremamente altos. Só dispendo de um excesso de gente – a maior parte para morrer e não para viver – poderiam estes grupos perdurar através do chamado ciclo antieconômico da sua evolução populacional, que caracteriza os povos subdesenvolvidos (CASTRO, 2003, p. 49).

Para reforçar aquilo que Castro dizia, resgatamos também Montenari, ao chamar atenção para o fato de o “crescimento demográfico” não estar ligado à “melhora do regime alimentar”, rompendo com a ideia biologizante que insiste em afirmar que o ser humano reproduz-se como bactérias ou qualquer outro tipo de organismo de crescimento populacional desordenado:

Segundo todos os indícios, os períodos de maior riqueza e variedade da dieta popular têm sido – até o século passado – aqueles de estagnação ou de involução demográfica, quando o afrouxamento da demanda permitia que se mantivessem elásticos e diversificados os modos de produção. A curva demográfica e a curva alimentar são, então, especulares uma em relação a outra? Parece justamente que sim: e assim é difícil explicar em termos de “melhora do regime alimentar” os fenômenos de crescimento demográfico (MONTENARI, 2003, p. 184).

Em seus estudos, tanto Montenari como Castro fazem apontamentos importantes para melhor compreensão dos fenômenos de crescimento populacional. Montenari demonstra como a melhora do regime alimentar (seja em quantidade, seja em qualidade), não obrigatoriamente, estará ligada ao crescimento populacional. Castro, por sua vez, demonstra como uma intervenção da cultura humana (o desenvolvimento da medicina, aumentando a expectativa de vida independente da melhora da situação social) somada a um alerta biológico que desperta um instinto natural, aumentando a fertilidade humana, pode resultar no crescimento desproporcional das camadas atingidas pela fome. Ela, *em algumas situações*, pode ser uma das responsáveis pela explosão demográfica, ocorrendo assim uma relação social com efeitos no biológico e com reflexos diretos no social.

Ao mesmo tempo em que demonstra como a fome não está ligada à densidade populacional (pelo contrário, é a densidade populacional que, em alguns casos, pode

está ligada à fome), Castro chama também atenção para outra característica humana que diferencia radicalmente seu comportamento em relação às demais espécies: apenas o ser humano, com o avanço da atual medicina, consegue aumentar “artificialmente” sua expectativa de vida, causando assim uma falsa impressão de “boa adaptação ao meio” ou mesmo camuflando dados de regiões mais pobres que viram sua expectativa de vida subir subitamente, sem necessariamente ter ocorrido qualquer tipo de modificação nas relações de poder entre os indivíduos.

CAPÍTULO II: UMA CONTRIBUIÇÃO À SOCIOLOGIA DA FOME

2.1 A crítica dialética às limitações dos conceitos clássicos sobre a fome

A definição deste conceito não é tão simples como possa parecer. A fome não é apenas sensação universal que todos possuímos antes de comer, melhor chamada apetite, mas o estado crônico de carências nutricionais que podem levar à morte por inanição ou às doenças da desnutrição (CARNEIRO, 2003, p. 24).

A segunda parte trata-se não exatamente das limitações da obra de Castro em si. Assim como todo autor clássico²³, Castro estava limitado aos eixos espaço-tempo, como todo humano, não podendo assim desenvolver devidamente todas as potencialidades de suas observações. Optaremos por aquilo que se entende por crítica dialética, na qual as contradições da teoria criticada não constituem indícios de fraqueza de pensamento “[...] *mas indicadores de que um determinado problema ainda não foi resolvido definitivamente ou que está encoberto. Por isso, a crítica dialética está sempre numa relação de independência e de dependência com relação à teoria criticada* (SIEBENEICHLER, 2003, p. 27)”.

A fome é um problema de ordem moral mais que econômica, a exemplo disto, a aceitação de bom grado do atual salário mínimo e a constante reclamação do empresariado brasileiro dos “custos” do trabalhador refletem a questão moral por trás do salário. O salário paga não apenas a “mão de obra”, ele reflete em muito mais do que isso, reflete em quanto vale o indivíduo. Nessa perspectiva, o salário mínimo nos valores atuais só colabora para a reprodução de um *habitus-precário* em um duplo sentido:

Se o *habitus* representa a incorporação nos sujeitos de esquemas avaliativos e disposições de comportamento a partir de uma situação socioeconômica estrutural, então mudanças fundamentais na estrutura econômico-social deve implicar, conseqüentemente, mudanças qualitativas importantes no tipo de *habitus* para todas as classes sociais envolvidas de algum modo nessas mudanças. (SOUZA, 2006, p. 36).

A dupla ação da fome ocorre no sentido moral e material como também no biológico, uma vez que a fome é um fenômeno de ordem cultural com conseqüências

²³ Que abre diversos leques de conhecimento para novas pesquisas. Todo grande autor está respondendo a outro grande autor.

diretas no organismo, consequências estas, por sua vez, que possuem reflexo direto também na vida social dos grupos atingidos pela fome, deixando a *ralé* brasileira num triplo jogo de exclusão, a exclusão moral/política, material, e psico-social. Como colocava Castro (2007) a respeito de João Paulo, personagem principal de seu romance, “*nos mesquinhos afazeres domésticos – varrendo o quinta, lustrando os móveis [...] – João Paulo se sente diminuído, se sente mesmo do tamanho dum menino, morador de mocambo, criado de padre*” (CASTRO, 2007, p. 62). As pessoas são reflexivas e sabem o significado de suas posições sociais, de suas ocupações e do que isso representa em sua vida prática cotidiana.

A fome é admitida no plano social, não devido a questões naturais ou mesmo intencionais, mas devido a pré-disposições morais que classificam e hierarquizam valores e posições sociais a partir do *habitus*, “*a reprodução de classes marginalizadas envolve a produção e reprodução das pré-condições morais, culturais e políticas da marginalidade [...] a miséria dos desclassificados é produzida objetivamente não apenas sob a forma de miséria econômica, mas também sob a forma de miséria emocional, existencial e política*” (SOUZA, 2006, p. 10).

A mesma questão já tinha sido colocada em outras palavras por Castro (2007). Ao “traduzir” seus dados objetivos em literatura clara, ele já nos elucidava que “*caranguejos monstruosos²⁴ que depois de engolir os homens se vão tranquilamente levando suas vítimas dentro do enorme baú de sua carapaça, guardada pelas patas gigantescas que se perfilam como armas agressivas*” (CASTRO, 2007, p. 61).

Encontrarmos em Castro um esforço maior para tentar abordar o tema na perspectiva da cultura. Mesmo apesar de tal esforço, não nos sentimos contemplados com os resultados obtidos, afinal, seus estudos foram pioneiros na área, sendo assim necessária a revisão de seus conceitos à luz da sociologia contemporânea para um “alargamento” no alcance teórico sobre a fome.

²⁴ A cultura e o *habitus* onde todo indivíduo é obrigatoriamente inserido ao sabor da loteria biológica e social.

2.2 A fome como instituição social

Estamos, na verdade, frente a um difundido mal-estar, a um estado de subnutrição permanente que passa a ser, por assim dizer, “assimilado” (fisiologicamente e culturalmente) como uma condição de vida normal (MONTENARI, 2003, p. 164).

Dizer que um segmento da atividade humana foi institucionalizado já é dizer que este segmento da atividade humana foi submetido ao controle social (BERGER; LUCKMANN, 2002, p. 80).

No decorrer deste capítulo, analisaremos ferramentas da sociologia contemporânea que permitem dar novos contornos à ideia que temos de fome, a iniciar por aquilo que compreendemos por instituição social. Compreender a fome como socialmente instituída é compreender sua forma de reprodução cristalizada no meio social, o que explica sua invisibilização apesar do horror proporcionado aos que dela sofrem. Assim como afirmou Durkheim (2002, p. 26) em relação às instituições sociais, *“pode-se, com efeito, sem desnaturar o sentido desta expressão, chamar instituição a todas as crenças e a todos os modos de comportamento instituídos pela coletividade”*. Se é institucionalizado pela cultura, enquadra-se enquanto um fato social, daí sua viabilidade pelo viés sociológico. A clássica afirmação de Durkheim, “o fato social generaliza-se por ser social, mas não é social porque se generaliza”, é esclarecedora no presente momento. Analisando a afirmação do autor francês, observamos que um fato que é geral não é obrigatoriamente social. A fome na China causada por um terremoto de grandes proporções, por exemplo, pode causar uma fome generalizada, não sendo, porém, um fato social por trata-se de um fenômeno de ordem natural. Um fenômeno é social quando sua sanção é exclusivamente de ordem social e não natural. Ainda de acordo com a concepção funcionalista das instituições,

Uma instituição possui uma tripla função. Ela concorre para a socialização, ou seja, para a interiorização das regras de conduta. Ela permite o controle social, o não-respeito de uma regra reclamado, da parte do grupo, sanções. Finalmente, ela participa da regulação social, o conhecimento das regras tornando mais ou menos previsíveis os comportamentos dos indivíduos instituídos. A refeição familiar, com seu sistema normativo muito preciso – que reclama, em caso de transgressão, sanções imediatas -, aparece como uma instituição central da sociedade. É através dela que as crianças interiorizam as regras e os valores da propriedade, do respeito aos outros, da partilha (dimensão socializadora). Ela participa igualmente da definição dos papéis não somente no interior da família, mas muito além, ao tornar

previsíveis os comportamentos em sociedade (dimensão reguladora) (POULAIN, 2004, p. 177-178).

Também de acordo com Berguer e Luckman (2002), as instituições, em algumas situações, aparecem de formas distintas do ideal para o qual foram criadas. Não nos foi relegada pela história a origem da fome²⁵ como uma forma de instituição social, mas não é difícil de imaginar a razão que leva tantas sociedades a mantê-la ainda nos dias de hoje, apesar da abundância material que possuímos na atualidade. “*A raça humana tem estado por tantos milhares de anos tão profundamente condicionada a pensar em termos de escassez como a norma e da abundância como a exceção, que se faz necessário uma mudança quase impossível de mentalidade*” (FOME, 1966, p. 19) em um espaço de tempo tão curto. Antes de mais nada, é preciso pensar na própria história da humanidade. O homo-sapiens surgiu aproximadamente há 200 mil anos. Desenvolvemos a agricultura 12 mil anos atrás e a escrita há não mais do que 4.500 anos. E assim como afirmava Castro (2003, p. 76) “*toda a terra dos homens foi, até hoje, a terra da fome*”. Desde os registros antigos às simbologias orais milenares, a fome sempre desempenhou um papel de destaque.

Porém, notadamente a partir do aperfeiçoamento das técnicas agrícolas e do desenvolvimento de grandes redes logísticas de abastecimento, o espectro da fome desaparece no plano material, todavia, “*a perspectiva de um mundo que não podemos conceber como sempre atormentado pela fome; mas pelo medo da fome sim*” (MONTENARI, 2003, p. 39). O que temos é um fato repetido durante centenas de milhares de anos que institucionalizou-se pela rotinização e passou a existir independentemente da condição natural. A esse respeito, podemos observar ainda que mesmo depois do domínio mais eficiente de técnicas agrícolas o “medo da fome” continuou a ter papel fundamental para a reprodução do fenômeno independente das intempéries da natureza. A fome nos aparece então como uma instituição herdada de eras passadas, que ainda perdura não devido à sua necessidade, mas devido ao arbitrário de sua institucionalização.

Desde já, é importante deixar claro que não se trata de maldade intencional. Não optamos por não nos darmos conta de sua existência. Não se tratam de intencionalidades. O pior mal não é aquele do qual nos lembramos amargamente, mas justamente aquele que não nos damos conta que fizemos. Uma vez interiorizado e

²⁵ Gênese esta que tratamos em breve ensaio ao final do trabalho.

naturalizado, não existe razão para espanto ou incômodo. Nossos atos fluem “naturalmente” e perdemos de vista o sentido de nossas ações. A esse respeito, já nos colocava Castro (2007) que não é a seca que tira o homem do sertão, mas o monopólio legítimo²⁶ do poder de exploração, seja ele da terra, seja da capacidade de compra de mão de obra.

Não fora a seca que o expulsara do sertão. Às várias secas tinha conseguido resistir. Fora coisa muito pior. – Foi o monopólio [...] que é um monstro bem mais impiedoso do que a seca. Ademais, a seca chega e vai embora, e a gente que ela expulsou pode voltar às terras. O monopólio, não. Quando ele chega e se instala numa região não sai mais (CASTRO, 2007, p. 64).

Dando continuidade ao pensamento de Castro (2007), o autor demonstra como o monopólio instala-se com a conivência e muitas vezes auxílio dos presentes. Nossas ações são sempre de ordem complexa ao ponto de não conseguirmos dar conta de todos seus desdobramentos. O capitalista monopolista é aquele mesmo político amado, reverenciado e respeitado por todos. Para compreender melhor o que dizemos, é importante retomar a ideia de “ideologia espontânea do capitalismo”:

Chamo de “ideologia” já que creio que tanto o mercado quanto o Estado são perpassados por hierarquias valorativas implícitas e opacas à consciência cotidiana, cuja naturalização, que a traveste de “neutra” e “meritocrática”, é responsável pela legitimação da ordem social que estas instituições atualizam. O acesso a esta “ideologia espontânea” é fundamental para que possamos perceber a importância de um acesso simbólico e cultural para a compreensão da produção social da desigualdade e da subcidadania, sem apelar para o “essencialismo culturalista”, *típico das abordagens que articulam personalismo, familismo e patrimonialismo*, as quais descuram da articulação entre valores e seu necessário ancoramento institucional, único vínculo que poderia explicar de que modo valores influenciam o comportamento efetivo dos agentes (SOUZA, 2006, p. 26, grifo nosso).

Destacamos a passagem que se refere às teorias do familismo, patrimonialismo, etc. uma vez que se trata das mesmas correntes teóricas que tentam explicar a fome a partir de mecanismos formais, gerenciados de maneira consciente, visando atingir um objetivo específico, em outras palavras, toda a corrente teórica que segue a ferro e fogo a teoria da escolha racional. Essa perspectiva possui grandes potencialidades, porém, é limitada para análises de fenômenos culturais como a fome. Dando continuidade ao

²⁶ No sentido de aceito naturalmente e sem contestação, tal como Max Weber concebe o termo.

modelo que acreditamos ampliar o alcance teórico sobre a forma de reprodução da fome, Souza nos coloca ainda, ao citar Taylor, que:

Nossa identidade é em parte formada pelo reconhecimento ou pela ausência deste. [...] Não reconhecimento e falso reconhecimento podem infligir mal, podem ser uma forma de opressão, aprisionando alguém em uma forma de vida redutora, distorcida e falsa... Nessa perspectiva, não-reconhecimento não significa apenas ausência do devido respeito. Ele pode infligir feridas graves a alguém, atingindo as suas vítimas com uma mutiladora auto-imagem depreciativa. O reconhecimento devido não é apenas uma cortesia que devemos às pessoas. É uma necessidade humana vital (TAYLOR *apud* SOUZA, 2006b, p. 35).

A exemplo disso, podemos citar o caso bastante presente dentro de nossa sociedade. A População Economicamente Ativa (PEA) brasileira gira em torno de 97 milhões de indivíduos²⁷. As empregadas domésticas, por sua vez, representam pouco mais de 5% da PEA. Eram 6,5 milhões em 2006. Uma classe sabidamente da *ralé* brasileira. Se 5% da população economicamente ativa pertence às empregadas domésticas e se essa classe encontra-se como um grupo de risco sujeito à fome, isso não se deve a outra razão a não ser à relação de trabalho desigual (mas moralmente justificável) que nós mesmos estabelecemos. 5% da fome do Brasil é necessariamente uma ação direta nossa (classe-média), mas nem por isso nos consideramos monstros. Os impedimentos que geram um faminto são puramente sociais. Os muros dos supermercados que impedem a entrada do faminto sem crédito e o respeito aos seus limites são padrões incorporados, é o Estado agindo dentro do indivíduo. Um bom exemplo a respeito do fenômeno é o questionamento, atribuído ao anarquista Mikhail Bakunin (1814-1876), “o que aconteceria se puséssemos fogo em todos os cartórios?”. Para o filósofo russo, nada aconteceria além de alguma confusão nos primeiros dias. O Estado está dentro e não fora do indivíduo. Os limites continuariam a ser respeitados e o dia a dia não sofreria maiores perturbações, casas não seriam invadidas nem o direito de propriedade questionado. Ainda de acordo com Berguer e Luckman (2002, p. 84),

com a aquisição da historicidade estas formações adquirem também outra qualidade decisiva [...] Esta qualidade é a objetividade. Isso significa que as instituições que estão agora cristalizadas (por exemplo, a instituição da paternidade tal como é encontrada pelos

²⁷ Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/5871.html>, acesso em: 10/10/2008.

filhos) são experimentadas como existindo por cima e além dos indivíduos [...].

O muro (limite) respeitado pelo faminto é nada mais, nada menos que um comportamento aprendido pragmaticamente, posteriormente interiorizado, fazendo com que seus limites sejam respeitados sem a necessidade do uso da força, colocando o faminto numa condição idêntica ao suplício de Tântalo²⁸. O muro representa a divisão entre os que possuem reconhecimento e aqueles que estão sujeitos a viver, quando muito, das sobras. A respeito disso, Castro já nos colocava em seu romance *Homens e caranguejos* (2007) os estranhos valores sobre os quais nos sustentamos, nos quais humanos recebem pena de criminosos por tentarem aplacar a fome que lhes atinge. Relacionado a isso, afirma Castro a respeito de seu personagem, João Paulo, que por vezes era encarregado de coletar alimentos nas casas ricas da vizinhança:

Tarefa ingrata e sempre realizada sob a ameaça constante que o vigia ou o jardineiro das casas ricas o peguem em flagrante e comecem a persegui-lo aos berros de “menino safado! Ladrão de lixo emporcalhando a calçada!”. Já por várias vezes Oscarlindo teve que abandonar toda a sua colheita com lata e tudo, disparando às carreiras, rua abaixo, com medo de apanhar desses guardas, com medo de ir parar na polícia [...] Freqüentes mesmo são os banquetes nas casas dos políticos importantes [...] mas também sabe que nestas casas há sempre um policial na porta que não deixa tocar em nada, nem mesmo no lixo (CASTRO, 2007, p. 35-36).

A coerção que impede a ação legítima de o faminto buscar o alimento “necessário para viver” é de ordem institucional, uma regra aprendida na prática e posteriormente internalizada, regra esta que Bourdieu nomeou por *habitus*, a qual, uma vez internalizada (a regra social), toma tal forma que sua coerção social mostra-se superior à coerção biológica:

A noção de *habitus* nos serve para tentar esclarecer a problemática essencial de toda teoria da ação social que é a questão da “coordenação das ações” dos indivíduos atores, ou seja, a questão de “como” obrigações morais e interesses materiais e ideais influenciam o comportamento empiricamente observável. Bourdieu percebe a “coordenação de ações” no capitalismo tardio como um “código cifrado”, através do qual as pessoas se comportam segundo esquemas valorativos que elas “executam” e “consumam” na vida prática de modo, em grande medida, pré-reflexivo e inconsciente (SOUZA, 2006, p. 18).

²⁸ Ao roubar o fruto divino do Olimpo, Tântalo foi condenado a viver na mais abundante natureza sem poder saciar sua fome ou sede, pois a água e os alimentos afastavam-se dele. O suplício de Tântalo refere-se, portanto, à situação na qual algo que está aparentemente próximo ser inalcançável.

Para melhor esclarecer: adotamos aqui dois tipos básicos de coerção – a coerção biológica (ou seja, aquela de ordem físico-química) e a coerção institucional (ou seja, de ordem humana). A natureza nos impõe obrigatoriamente uma coerção, que é a obrigação de comer. Caso contrariemos essa regra, receberemos uma sanção (de ordem biológica), a desnutrição e seus vários efeitos. A coerção institucional, ou seja, aquela institucionalizada através da ordem social possui o mesmo caráter punitivo no caso de desvio de conduta, sendo sua punição de ordem social. Levando-se em consideração a teoria da transformação histórica das penas, analisada por Foucault em *Vigiar e punir* (2005) e aplicando sua teoria ao contexto brasileiro, observamos que as punições decorrentes de roubo de alimento no imaginário popular estão mais ligadas aos constrangimentos morais e às penas leves. Ainda apesar disso, a realidade aparece para o indivíduo como tendo apenas um viés, o da obediência às normas sociais, mesmo que em detrimento da desobediência às normas biológicas, fato que consegue explicar, em parte, a razão que leva os famintos à obediência e não à revolta, como seria de se esperar.

Com a sua institucionalização, a fome passa a ser um fenômeno não apenas automático, mas também invisível e não percebido pelos agentes, assim como todos os nossos atos cotidianos e habituais, razão que a torna algo de caráter natural e invisível, não gerando nenhum espanto ou perplexidade por parte daqueles que a observam. A sociologia ocupa-se dos fatos sociais. Se desejamos estudar a fome numa perspectiva sociológica, devemos antes de tudo ter em mente que ela não pode ser tratada (unicamente) como uma medida racionalizada tomada por alguns poucos de forma proposital, pelo menos não depois de sua institucionalização. A fome trata-se de um fenômeno social e deve ser tratada como um fato social, como uma instituição. A existência da fome, independentemente da quantidade de alimentos existentes, é anterior a qualquer ser humano. Se mesmo assim ela perdura, sua existência só pode ser explicada a partir de sua institucionalização social, uma vez que, ao serem institucionalizadas, as ações humanas nem sempre continuam a cumprir o fim para que foram criadas (a isto, Durkheim chamou de patologia social²⁹, caso seguissemos sua

²⁹ “Depois de ter estabelecido pela observação que o fenômeno é geral, irá até as condições que no passado determinaram essa generalidade e indagará em seguida se essas condições ainda existem no presente ou se, pelo contrário, se modificaram” (DURKHEIM, 2002, p. 79). Caso exista uma modificação do que gerou o fato e mesmo assim o fato permanecer a acontecer, o fenômeno torna-se patológico, disfuncional.

perspectiva, poderíamos enquadrar, portanto, a fome enquanto um fenômeno patológico na sociedade ocidental contemporânea).

A respeito disto, Berguer e Luckmann (2002, p. 89) nos colocam que “*é provável que haja desvios dos cursos de ação institucionalmente ‘programados’, uma vez que as instituições passam a ser realidades divorciadas de sua importância original nos processos sociais concretos dos quais surgiram*”.

É do nosso conhecimento que toda ordem social existe como produto da atividade humana e dessa forma qualquer instituição social apenas perdura enquanto as sociedades continuam a reproduzi-la pelo hábito. Uma das principais características das instituições, ainda segundo Berguer e Luckmann (2002), é a de que “*pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis*”. Uma das características das institucionalizações dos hábitos reside justamente no fato de não nos darmos conta de seu caráter puramente arbitrário. Bourdieu (1998) ao analisar as instituições nos coloca que, assim “*como a religião segundo Durkheim, a instituição é ‘um delírio bem fundado’, um golpe de força simbólica mas com fundamento in re*” (BOURDIEU, 1998, p. 100).

Durkheim, quando estudou o suicídio, não se preocupou com o “objeto material” que gerou o fato. O suicídio não pode ser atribuído à presença ou à falta de uma arma, veneno etc. Na fome, trata-se do mesmo caso. Para compreender a fome, o foco não deve estar “apenas” na produção e na distribuição dos alimentos (teoricamente, o “objeto gerador” do problema). Caso o fato fosse este, em situações atuais, Durkheim interpelaria a Tramontina e a Taurus para conhecer a forma de operar do suicídio, o que nitidamente poderia até ajudar – uma vez que passaria a ter o conhecimento dos mecanismos do revolver, por exemplo –, porém, a resposta seria ainda insuficiente para auxiliar na resolução da questão. Até hoje, foram feitas muitas perguntas a respeito da fome e muitas delas obtiveram êxito em suas propostas, o que ajudou a iluminar parte dos processos reprodutores da fome. Entretanto, algumas características da fome permanecem escondidas. A fome até hoje não conseguiu ser eliminada e isso se deve não à falta de esforços coletivos por parte daqueles que perceberam que de alguma forma esta se trata de uma imposição social, pura institucionalização, de caráter completamente arbitrário.

Parece difícil pensar que a manutenção da fome seja algo proposital e desconfiamos da compreensão do fenômeno pelo viés de correntes comumente adotadas que a tratam³⁰ como uma ação racionalizada. A exemplo disso, o atual processo de pauperização ao qual muitos autores fortemente influenciados por uma visão “racionalizada do mal” referem-se nada possui de novo e não são fenômenos do capitalismo moderno ou características típicas do neoliberalismo. Muitos desses processos já foram descritos por Karl Marx no seu capítulo “A assim chamada acumulação primitiva”, no clássico *O Capital*. A esse respeito, Carneiro nos coloca também que:

A acumulação capitalista primitiva baseou-se na desterritorialização de amplas camadas sociais antes vinculadas à agricultura, transformando-as em marginais. A história deste processo de pauperização na Europa na época moderna mostra como a pobreza e a fome desempenharam papéis diferenciados na Idade Média e na época moderna (CARNEIRO, 2003, p. 40).

Esse “novo” processo de acumulação de capital propicia um poder de controle sobre o trabalho mais disciplinado que o anterior, porém, não nos parece ser “a causa”. O processo de exploração do homem pelo homem, o gérmen que permite a dominação simbólica de um grupo de indivíduos sobre outros, a moral estabelecida que julga e estratifica não está propriamente no modo de produção, pelo contrário, reproduz-se nele. As relações de poder que se estabelecem para gerar “a ordem” são muito mais do que mercadorias indo e vindo. Apontar como fator fundamental para a reprodução da fome medidas econômicas é trocar causa por consequência. A implementação de políticas que geram a pauperização da população baseia-se em um consenso por todos os participantes (se não pela maioria) do contrato social, não podendo serem estabelecidas novas formas de dominação/exploração em muito diferente das formas já aceitas, não foi à toa que no Brasil a mão de obra indígena não se adaptou devidamente ao trabalho de engenho, sendo sua forma de exploração mais utilizada na produção de especiarias, um modelo de exploração mais próximo daquele já interiorizado em sua sociedade.

O processo descrito por Madeley (2003) a respeito da Índia, onde os agricultores perdem suas terras para a grande indústria de flores e entram em um processo de pauperização, já foi descrito por Marx como *uma das possíveis etapas* de transformação do capitalismo mercantil no comercial. As flores do mal da Índia não são novidades passíveis de causar espanto, uma vez que o processo já foi descrito por Marx ao analisar

³⁰ Acerca disto, temos afirmações como “a globalização dos mercados de alimentos é uma estratégia atual para gerar fome” (SHIVA *apud* MADELEY, 2003, p. 65).

a “época em que as cabras devoravam homens” ou mesmo no caso de Montenari, que descreve fato semelhante que ocorreu na América Latina sem previsões apocalípticas e de forma muito mais sóbria que autores como Shiva ou mesmo Madeley (2003). Montenari descreve como “*em muitos países da América Latina [...] foi enormemente dilatada a produção de carne bovina em função do mercado do hambúrguer e, de forma mais geral, do elevado consumo de carne dos países ricos; ao mesmo tempo, o consumo de carne da população local diminuiu*” (MONTENARI, 2003, p. 198). Castro (2007) descreve um processo idêntico ao falar do sertanejo, que, fugindo mais da exploração do que da falta de chuva, vai para o brejo, com a ilusão que o seu problema seria a falta de água. Ao chegar no brejo, por sua vez, atola-se na lama dos caranguejos e vira bicho, tal como eles.

Nenhum indivíduo, em sua consciência, fala em defesa da manutenção da fome. Nesse aspecto, até o mais ortodoxo dos funcionalistas colocaria em questão a fome, uma vez que na atual sociedade “ela não possui função alguma³¹”. Temos inclinações a acreditar que as ações que levam à manutenção da fome são invisíveis aos indivíduos no dia a dia (quebrando, portanto, com o modelo de algo planejado, planejado, racionalizado³²), fazendo com que estes não percebam a reprodução desse fenômeno através de determinadas ações. Porém, se em algum momento, algum indivíduo, por

³¹De fato, a fome não apenas é “disfuncional”, como também está completamente contra a corrente do atual processo capitalista que tenta sempre produzir o máximo de riquezas, aproveitando-se sempre da maneira mais otimizada possível para atingir seus fins. A manutenção de uma massa de corpos mortovivos não está de acordo com os pré-requisitos do capitalismo moderno, tendo em vista principalmente o fato de que esses grupos sociais que se encontram em estado de fome não estão sequer inseridos no exército de reserva, não se enquadram enquanto mão de obra em potencial para manter baixos salários. Como afirmou Arendt, “não nos importamos com eles nem se quer que seja para escravizá-los”. Não é nosso intuito lembrar com nostalgia tempos passados, porém, se recorrermos à história, veremos que alguns séculos atrás qualquer ser humano era visto como uma possibilidade de ganhos, sendo portanto inserido de alguma forma no modelo de produção material da sociedade, fato este que no decorrer do processo histórico modificou-se (não devido ao capitalismo, uma vez que, como veremos mais a frente, esse grupo de pessoas que podem ser completamente descartadas teve seu germen ainda durante o regime feudal, práticas que surgiram durante o feudalismo e posteriormente acabaram por transformar-se, no decorrer do processo histórico, numa forma de exclusão permanente em relação à produção dos bens materiais, como tentaremos demonstrar mais a frente. Foi durante o feudalismo que instituíram-se modelos de vida que posteriormente “influenciaram” uma espécie de “exclusão estrutural”, ou seja, práticas cotidianas cristalizadas que, posteriormente, institucionalizaram-se na cultura e, mesmo apesar das modificações no modo de produção material da vida cotidiana, bem sabemos que toda cultura visa de alguma forma manter a ordem social vigente, fato este que acabou por gerar devido a um contexto histórico específico uma institucionalização da exclusão).

³² Outro fator que corrobora com essa idéia deve-se à observação da condenação da fome por parte do imaginário social como um todo e, como se apenas esse dado já não bastasse, temos visto rios de dinheiro em investimentos contra a fome por parte de todas as nações do mundo, principalmente dos EUA. Segundo as teorias da conspiração e a indústria da fome, esse país seria um dos principais responsáveis pela perpetuação de tal instituição, proposição esta que não está de acordo com o que temos observado até o presente momento.

seja qual for a razão, tomar consciência dos mecanismos de reprodução da fome e mesmo assim continuar a lubrificar suas engrenagens, este, sim, deve ser denunciado como um inimigo de toda raça humana, uma vez que não existem mais justificativas (sejam elas culturais, sejam materiais) para a manutenção desse fenômeno nas sociedades modernas, a não ser o arbitrário cultural cristalizado. Esse fato gera nos indivíduos discursos que, ao mesmo tempo em que repudiam a fome, encontram formas de demonstrar que ela existe por alguma razão, por algum motivo, afinal, sempre que agimos, atribuímos sentidos às nossas razões. Podemos até agir sem “perceber”, contudo, se interrogados sobre nossas ações, teremos sempre uma boa razão para justificar o que fazemos. É fato que as instituições sempre justificam a si mesmas e advogam ao próprio favor, mas nunca falam a respeito de seu caráter puramente arbitrário e convencional. Sua funcionalidade, por vezes, é destituída das razões originais, como já colocado.

Isso implica dizer que a situação biológica de um faminto apenas se mantém devido a uma instituição social, a um controle, a uma norma pragmaticamente aprendida. A fome seria, portanto, bem mais do que a simples ausência de alimentação. A alimentação seria, na realidade, um fator secundário na construção social da fome, uma vez que esta se dá primeiramente no campo do social.

O alimento não é apenas uma mercadoria que se compra e se vende. Não é apenas os nutrientes que consumimos. O alimento preenche muitas necessidades humanas – culturais, psicológicas e sociais, entre outras. Ele é o bem social. “O alimento é um sentimento; ele está na imaginação; ele liga as pessoas. O alimento é o ponto de referência que todos podem reconhecer e compartilhar”. A falta de alimento é a exclusão definitiva. Pessoas que não tem alimento estão excluídas do que o resto da sociedade faz habitualmente: comer (MADELEY, 2003, p. 43).

Podemos dizer, portanto, que aquela imagem mental que criamos quando pensamos em fome (seres magros e esqueléticos) trata-se tão somente de uma observação das “expressões biológicas de um fenômeno social”. Suas reais causas nos são negadas por processos culturais que camuflam a verdadeira engrenagem de perpetuação desse fenômeno. Na mesma linha, pode-se dizer ainda que a fome na atualidade trata-se de um estigma instituído pela cultura, o estigma da exclusão social. É do nosso conhecimento que os estigmas (marcas impostas em partes visíveis do corpo) eram formas de “facilitar” o reconhecimento de pessoas potencialmente perigosas, de violadores de normas etc. Assim como evidencia Goffman (2008 p. 11), “*os gregos, que*

tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava". São diversas e plásticas as formas de ação dos estigmas. Demonstraremos a seguir as razões que nos levam a defender que a fome trata-se de um estigma institucionalizado. Na nossa cultura, apenas carrega esse estigma aqueles "que não possuem algo". A fome indica sempre (em nossa cultura, vale lembrar) o prejuízo devido à ausência de algo³³.

³³ Em outras culturas não ocorre o mesmo, a fome e o estado de faminto pode indicar status social, como é o exemplo do monge que opta por fazer prolongados períodos de meditação e submeter-se a dietas de fome, trata-se, porém, de uma situação planejada e racionalizada pelo indivíduo, trata-se de uma escolha diante de tantas outras possíveis, um processo que, mais do que qualquer outro, necessita de autocontrole, ele está ali por opção. Este não é o caso da fome estrutural brasileira que nos propomos a observar e descrever.

2.3 A fome institucionalizada: o estigma social

O modo mesmo como andamos, nos movemos, gesticulamos e falamos é formado desde os primeiros momentos pela nossa consciência de que nós aparecemos para os outros, que nós estamos no espaço público e que esse espaço é potencialmente perpassado por respeito ou desprezo, por orgulho ou vergonha (SOUZA, 2006b, p. 38).

É comum observarmos boquiabertos práticas culturais que infringem marcas aos corpos de seus pertencentes como forma de distinção social, como é o caso, por exemplo, da tribo Paudang, na Tailândia, na qual a partir dos cinco anos as mulheres começam a usar argolas para alongarem seus pescoços, ou mesmo o caso dos índios brasileiros, em que os jovens pertencentes às tribos do Alto-Xingu são submetidos a várias provações de resistência à dor. A exibição das marcas corporais, no caso brasileiro, tem como objetivo demonstrar status social (sexo, idade, papel social etc.) e reconhecimento na vida pública da aldeia. Elas são duradouras e servem como forma de reconhecimento ou estigma, uma espécie de silo, onde são armazenadas, no corpo, as trajetórias de vida dos agentes. Essa distinção que surge no social e atinge o biológico aparece como um rito de instituição no qual o corpo, exposto a diversos tipos de tormentos, carrega consigo as marcas de todas as vivências e experiências daquele indivíduo. Assim como afirmou o inglês David Harvey ao citar Munn, “*o espaço-tempo corporal serve como signo condensado do espaço-tempo mais amplo de que é parte*”. *Só se pode considerar significativamente o corpo dessa maneira quando ele é visto como aberto e poroso ao mundo*” (MUNN, 1985, p. 14,17 *apud* HARVEY, 2004, p. 138). Já segundo Goffman (2008, p. 12) em seu livro *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*:

As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com “outras pessoas” previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “identidade social [...] Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa *ou fraca*. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída.

Harvey afirma ainda que:

[...] ver o corpo como o locus irredutível da determinação de todos os valores, significados e significações não é algo novo. Esse foi um empreendimento fundamental para muitas correntes de filosofia pré-socrática, e a idéia de que o homem ou o corpo é a medida de todas as coisas tem uma longa e interessante história [...] esse retorno ao ‘corpo como a medida de todas as coisas’ é crucial na determinação de modalidades de construção e de compreensão dos valores e sentidos (HARVEY, 2004, p. 136).

Ocorre que não podemos praticar qualquer espécie que seja de “hipermetropia social” e deixarmos de enxergar aquilo que está próximo. Diariamente, infringimos sérias marcas nos corpos de dezenas de milhares de indivíduos com o objetivo de “destacá-los” diante dos demais.

A fome, que afeta milhões de brasileiros, nada mais é do que uma marca imposta pela cultura. Um estigma. O estigma da exclusão social, daqueles que foram condenados, marcados, banidos para sempre da atual organização social em que vivemos no ocidente, devido à incapacidade da aquisição de atributos básicos (cálculo prospectivo, controle emocional etc.). Daqueles que são completamente descartáveis, desnecessários, como já afirmado, “aqueles com os quais não nos importamos, nem que seja para escravizá-los”. Uma herança em particular parece influenciar na reprodução da estigmatização sobre os famintos. Essa herança refere-se ao ethos (ainda aceito) católico, muito reproduzido na idade média, que condenava o trabalho. Apenas os pecadores são dignos de realizar essa atividade ingrata. Se bem observarmos, a condição fenotípica do camponês da idade média é a do homem com pouca gordura, apenas as elites tinham o privilégio de acumular lipídios. O camponês, aquele que passou a viver ao redor dos castelos, o vilão, o sem reconhecimento, a *ralé* social, é nitidamente aquele que possui o corpo esguio, moldado por muito trabalho e pela má alimentação.

Ocorre que o não acesso, de determinadas classes, a bens básicos³⁴ garante a sua estigmatização social, assim como observa Goffman (2008 p. 17):

³⁴ Este parece ser um ponto crítico. Alguns bens básicos para reprodução material, tal como a escola, pressupõem uma condição psicossocial específica para que o conhecimento seja transmitido. Portanto, o simples “acesso” à educação não pode ser visto como fator determinante no processo de interiorização de determinadas normas que garantem a capacidade de reprodução material no atual modelo econômico. Não basta ter acesso à educação, é preciso ter, também, uma estrutura familiar que dê suporte à ação daquela instituição. Da mesma forma ocorre com a alimentação. Não basta o agente social saber que não irá morrer de fome para o desenvolvimento de um *casulo protetor* ou mesmo de sua *segurança ontológica*. (GIDDENS, 2002). É necessário, como já evidenciado no capítulo anterior, não apenas o alimento, mas também a certeza de que poderá contar com o alimento em eventos futuros. É o início, a

Os padrões que ele incorporou na sociedade maior tornam-no intimamente suscetível ao que os outros vêem como seu defeito, levando-o inevitavelmente, mesmo que em alguns poucos momentos a concordar que, na verdade, ele ficou abaixo do que realmente deveria ser. A vergonha torna-se uma possibilidade central, que surge quando o indivíduo percebe que um de seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como um não-portador dele.

O corpo de um indivíduo é a mais perfeita expressão das ações culturais sobre uma determinada camada da sociedade. Comer não implica necessariamente nutrir-se, comer é algo diferente da concepção mercadificada ocidental. Do ato de comer, o agente incorpora uma série de valores socialmente disseminados. Comer nos expõe a todos os acasos dos relacionamentos de que são compostas as nossas vidas. O crescimento em termos sociais não é um reflexo da nutrição, pelo contrário, a pessoa nutrida é a testemunha da eficácia de laços sociais estabelecidos. O consumo e a boa nutrição não são questões de pura manutenção do aparato biológico, mas de reconhecimento e monitoração dos relacionamentos estabelecidos em uma sociedade.

A fome, portanto, trata-se tão somente de uma expressão biológica de um fenômeno social recente³⁵. Embora esta tenha estado presente em todo o percurso que a humanidade trilhou até agora, a forma como se apresenta é variável. Para o nosso grande transtorno, acabamos observando que alimentos não faltam no mundo, porém, mesmo assim, a fome perdura e só o faz porque foi socialmente instituída. Nós decidimos, através de convenções opacas e pré-reflexivas, que ela deveria permanecer.

Ao observarmos o estigma da fome, automaticamente ativamos nossas defesas criadas culturalmente para evitar aqueles que possuem a marca da exclusão. Todos aqueles que estão fadados a nascer com o estigma da fome estão pré-destinados a serem invisíveis ou indesejáveis. São, devido a esse estigma, condenados à completa exclusão naquilo que se refere a bens materiais, assim como ao acesso a tantos outros direitos garantidos por lei, uma vez que essas pessoas, muitas vezes, de fato, sequer existem no âmbito legal. É intrínseca a relação entre estigma e não reconhecimento social. Expliquemos melhor: o reconhecimento existe, porém, sempre de ordem negativa, *“quando o defeito da pessoa estigmatizada pode ser percebido só ao se lhe dirigir a atenção – quando, em resumo, é uma pessoa desacreditada, e não desacreditável – é*

base para o cálculo prospectivo. A segurança alimentar aparece como figura principal no processo de construção de um indivíduo que se sente “seguro no mundo”.

³⁵ Referimos-nos aqui à fome endêmica, como já deixamos claro na introdução do trabalho.

provável que ela sinta que estar presente entre normais a expõe cruamente a invasões de privacidade [...]” (GOFFMAN, 2008, p. 25).

Devido ao estigma da fome, esses mortos-vivos são condenados a viver à margem de tudo aquilo que se aproxima do que entendemos por bens privados. Sua condição os coloca numa situação tal que a única coisa que podemos ter certeza é que a expressão “bem privado”, que entendemos muito bem seu significado, para essas pessoas, surge em um contexto completamente diferente: o estigma garante que todos eles sejam “bem privados” de alimentação, “bem privados” de moradia, enfim, muito “bem privados” de qualquer coisa que nos lembre a base da “condição humana”. O corpo de um indivíduo é a mais perfeita expressão das ações da cultura sobre uma determinada camada da sociedade. As pessoas são, de fato, a forma objetivada dos relacionamentos e, indo de acordo com Harvey, afirmamos que:

[...] não é a sobrevivência do eu [self] que está em jogo, mas a sobrevivência ou o fim dos relacionamentos. Comer não implica necessariamente nutrir-se; não é um ato intrinsecamente benéfico, o que é diferente da concepção mercadificada ocidental, que considera que o eu perpetua por meio do ato de comer sua própria existência. Em vez disso, comer expõe a pessoa malenésia a todos os acasos dos relacionamentos de que ela se compõe. O crescimento em termos sociais não é um reflexo da nutrição; em vez disso, sendo um receptáculo adequado para a nutrição, a pessoa nutrida testemunha a eficácia de um relacionamento com a mãe, o pai, o marido da irmã ou qualquer outra pessoa que a alimente... O consumo não é portanto mera questão de manutenção do próprio corpo, mas o reconhecimento e a monitoração dos relacionamentos (STRATHERN, 1988, p. 302 *apud* HAVEREY, 2004, p. 138-139).

O corpo, não apenas na nossa cultura, acaba aparecendo como uma entidade aberta, uma entidade relacional que é criada, delimitada, sustentada em múltiplos processos que acabam por resultar nos mais diversos tipos de comportamentos, os quais por sua vez moldam o corpo, criando assim uma relação de causalidade que Bourdieu posteriormente denominou por *habitus*. Com base nas citações acima, ao observarmos o estigma da fome, automaticamente ativamos nossas defesas criadas culturalmente para evitar aqueles que possuem a marca da exclusão.

2. 3 Novos e velhos conceitos sobre a fome: a crítica à fome gorda e à indústria da fome

A fome é, regra geral, o produto das estruturas econômicas defeituosas e não de condições naturais insuperáveis. (CASTRO, 2003, p. 51).

Trataremos neste momento de dois temas constantes no debate sobre a fome: as expressões bem conhecidas como “indústria da fome” e “fome gorda”. Nos deteremos ao debate desses conceitos devido ao seu uso constante na literatura que trata do fenômeno da fome. Porém, ao se dar a devida atenção ao alcance teórico dos conceitos à luz da sociologia contemporânea, são várias as dúvidas que surgem a respeito de suas potencialidades de análise.

2. 3. 1 A viscosidade da indústria da fome

Uma das possíveis contribuições da sociologia é a de tornar clara as relações sociais entre os indivíduos. A exemplo disto, as agroindústrias de rosas, teoricamente responsáveis pela pauperização de muitas regiões na Índia, são administradas por pessoas que nunca tomaram conhecimento das situações de trabalho de seus empregados. Situações como estas são amplamente demonstradas no documentário *The corporation* (2003, 90min.), baseado no livro *A Corporação: a busca patológica por lucro e poder*, de Joel Bakan (2008). De fato, podemos encontrar a manutenção intencional de baixos salários, entretanto, baixos salários não se caracterizam enquanto manutenção proposital da fome, pelo contrário, muitas das empresas que pagam salários baixos aos seus funcionários³⁶ estão ali chamadas pelos soberanos de suas nações e com a intenção de gerar “emprego e renda”. Essas empresas das quais muito ouvimos falar a respeito de suas práticas “criminosas” denunciadas constantemente na mídia³⁷ atendem ao pedido de socorro de grupos inteiros de pessoas que estão com suas bandeiras hasteadas dizendo: “venham, nós podemos trabalhar a 0,10 centavos de dollar a hora,

³⁶ A exemplo disto, ver *The Corporation*, documentário que retrata o surgimento histórico e atuação no presente das corporações financeiras surgidas a partir da guerra civil americana. Não isentamos as corporações de seus padrões “antiéticos” ao manter baixos salários, porém, nossa função enquanto sociólogos é, primeiramente, a de descrever o funcionamento de determinadas instituições, o que as leva a tomar determinadas medidas e porque tais medidas são aceitas. A crítica surge depois da compreensão do fenômeno.

³⁷ Monsanto, Parmalat, Mc Donald’s, Nike etc.

temos força de trabalho barata, por favor, nos salvem”. Tais empresas surgem então como um segundo redentor, tirando da mais completa miséria grupos inteiros³⁸, transformando-os e disciplinando-os para tornarem-se não mais famintos, pois agora podem suprir suas necessidades biológicas minimamente, no entanto, mantendo níveis altíssimos de exploração da mão de obra do trabalhador e mantendo e reproduzindo padrões pré-reflexivos de hierarquização social, não trazendo, portanto, nenhuma mudança estrutural nas redes de dominação. Não negamos, contudo, que a estrutura racionalizada de exploração desenvolvida pelo capitalismo contemporâneo permite um controle bem maior sobre a mão de obra do trabalhador, o que, nesse sentido, resulta numa exploração “maior” (seja na mais-valia absoluta, seja na relativa, seja em ambas como comumente ocorre), no sentido de utilizar a racionalização da produção para aumentar as chances de lucros.

Os burocratas das indústrias e empresas trabalham com números desumanizados, invisibilizando as relações sociais presentes, fenômeno este que se trata de apenas mais uma forma de desdobramento daquilo que Marx chamou de fetiche da mercadoria. Em entrevista publicada na *Revista Cult* (n. 126, ano 11), o sociólogo Pierre Bourdieu nos coloca que uma das funções da sociologia é restituir aos homens o sentido de seus atos. Desfetichizar as relações que estão presentes entre os indivíduos parece-nos mais interessante do que simplesmente apontar os culpados como se a realidade social fosse feita de mocinhos e vilões. Prova disto é que não nos sentimos culpados pela fome das famílias de nossas empregadas domésticas. Somos nós (a classe média) que mantemos essa classe com um salário de fome, mas não nos enxergamos como vilões, pelo contrário, muitas das vezes nos consideramos bons patrões e por vezes julgamos ingratos os nossos funcionários. É justamente esse plano “invisível” da dominação que faz com que acreditemos de bom grado que somos aquilo que não somos, e justamente esse dado dificulta a possibilidade de se pensar em uma “indústria da fome”, em uma

³⁸ Não pretendemos, de forma alguma, legitimar esse tipo de prática. Nosso objetivo é o de tentar compreender, decifrar as razões que levam determinados atos a ocorrerem e isto não implica dizer que partilhemos dos mesmos princípios éticos no que se diz respeito à manutenção de baixos salários para maximização de lucros, porém, devemos observar que essa exploração é não apenas consentida, como também clamada pelos explorados, o que acaba tornando o fenômeno mais complexo do que imaginávamos. Os investimentos privados no combate à fome (seja ele pelo viés econômico, seja pelo social) possuem sempre a bandeira do progresso e do desenvolvimento, mesmo que os financiadores não se submetam aos salários que eles mesmos propõem para seus empregados. Como veremos em capítulos posteriores, são mecanismos de autoengano presentes na psique humana, os quais tornam atos que, se olhados à distância, podem aparecer como cruéis, mas não são vistos assim pelos que o praticam. Os mecanismos de autoengano são importantes na vida das próprias instituições, uma vez que mesmo eles baseiam-se em padrões sociais pré-determinados para efetivarem-se.

produção racionalizada aos moldes do capitalismo moderno, visando obter um produto específico a partir de determinadas técnicas.

A dificuldade de tratar o conceito inicia-se já devido à sua viscosidade. Vários foram os bancos de dados que consultamos³⁹ e nada encontramos de mais sistemático a respeito do conceito. O que é? Qual o seu conceito? Onde ocorre? Em que estados? Municípios? Como opera? Se é uma indústria, quem são seus líderes? Seus empregados? Diretores? Investidores? E o mais importante, qual o objetivo da manutenção dessa indústria? Quem a financia e como seu lucro é gerado? Todas essas informações são negadas no debate sobre a assim chamada “indústria da fome”. Seu uso aparece sempre como algo de conhecimento público e notório, no entanto, basta perguntar do que se trata a dez especialistas e teremos dez respostas diferentes. Não se chega a nenhum consenso do que se trata, a questão fundamental é que existe, precisa existir, não importa a explicação. Negar a existência de tal indústria beira a heresia. O que se observa afinal a respeito do conceito é que o seu uso é puramente jornalístico, carecendo de literatura que dê o devido aprofundamento sobre o assunto.

Fala-se muito a respeito da fome gerada por empresas, conglomerados etc. Comumente, afirma-se que “os conglomerados” estão gerando fome em determinados locais do globo, posteriormente afirma-se que a fome deixa o cidadão inapto e incapacitado para o trabalho. A grande contradição presente está justamente no fato de os conglomerados gerarem a fome dos trabalhadores que “teoricamente” lhes servirão. Como se já não bastasse essa contradição no processo de produção, a chamada indústria da fome ainda insiste em nos dizer que os famintos fazem parte do exército de reserva, fato este não observado na vida prática, uma vez que os famintos não se enquadram como mão de obra especializada para prestação de serviços devido à sua condição mental debilitada, como demonstraremos posteriormente. Os famintos não fazem parte do exército de reserva do modo capitalista.

Acreditamos que “anteriormente à chegada” do conglomerado, a fome já existia e existia de forma institucionalizada na sociedade. Ao chegar, o conglomerado nada mais faz do que manter as mesmas práticas já presentes na cultura. Devemos considerar que qualquer ação que venha a ferir o imaginário social será vista pela sociedade como perturbação da ordem pública, crime. É impensável, portanto, que um conglomerado, ao chegar em um país, “gere fome”, uma vez que, se esse fato fosse novo e ainda não

³⁹ Scielo, BDTD, Google, Altavista etc

institucionalizado (ou seja, aceito como natural pelos atores sociais), a população não se submeteria às vontades das empresas, aliás, ousamos afirmar que suas máquinas sequer chegariam a funcionar, tendo em vista que não podemos tratar os indivíduos como seres alheios às suas próprias histórias de vida. Não é de se espantar que um cidadão, ao dar-se conta de que o trabalho naquela empresa está gerando uma degradação de sua situação física e mental/cultural, retome às suas origens lute para o retorno dos antigos ofícios. Os sujeitos não são apenas observadores de suas próprias histórias de vidas, são agentes que sempre fazem cálculos de perdas e ganhos. A teoria conspiratória que gira em torno da economia, da existência de grandes “lógicas globais” que instauram o caos nos locais em que chegam, precisa ser revista. Não duvidamos da feição demoníaca que se pode atribuir a determinadas práticas empresariais, porém, nos parece bem mais razoável explicações que visam entender a maneira como tais empresas aproveitam-se de padrões culturais pré-estabelecidos para maximizarem seus lucros do que a crítica encolerizada que insiste em afirmar que o atual modo de produção é o responsável e gerador proposital de todas as mazelas da humanidade, como se a vida social fosse feita por mocinhos e bandidos, quando observamos que um grande número dessas mazelas (entre elas a fome) são anteriores ao próprio modo de produção. Sendo anteriores a ele, não foram “geradas por ele”, mas reproduzidas. Existe algo que está muito além do que da forma de reprodução material. Trata-se justamente dos padrões hierarquizantes e valorativos, que antecedem qualquer modo de produção. Atacar o modo de produção atual como a fonte de todos os males é cair em um silogismo ou reducionismo teórico. A exemplo disto, temos os dados demonstrados pelas mais diversas instituições no que diz respeito à fome. Para o nosso espanto, aquelas que mais alarmam a fome como uma calamidade “maior do que se pensa”⁴⁰ são justamente aquelas instituições tidas como grandes responsáveis pela própria fome:

No final do século XX, estima-se que – as avaliações variam segundo a fonte – um pouco mais de 400 milhões até cerca de 1 bilhão de pessoas sofram de desnutrição de forma constante. Para a FAO, tratava-se de 450 milhões de pessoas em 1974. Para o International

⁴⁰ A contradição está na prática não refletida e não no discurso consciente dessas instituições. Como podemos observar, o G8 em última reunião no ano de 2009 decidiu investir mais de 20 bilhões no combate à fome, uma vez que, pela primeira vez na história da humanidade, o mundo atingirá a cifra de 1 bilhão de famintos (um sexto da população mundial, uma taxa bem menor do que na época de Josué de Castro – dois terços –, porém, inaceitável se considerarmos as condições materiais em que vivemos). Trata-se, sem dúvida alguma, de uma iniciativa de boa-fé e preocupação com os semelhantes. Porém, como tratamos os investimentos sempre em hierarquias valorativas, esses 20 bilhões aplicados em todo o mundo nada se comparam aos 739 bilhões injetados apenas na economia dos EUA para salvar o país “da crise”.

Food Policy Research Institute (IFPRI, Washington D.C.), o dobro, ou seja, 900 milhões de pessoas. Para a UNICEF, em 1980 esse número é de 780 milhões. E para o Banco mundial essa população atinge 1 bilhão e 130 milhões de desnutridos (CARNEIRO, 2003, p. 36).

Parece-nos incompatível atribuir às grandes corporações a causa “a priori” do surgimento e da manutenção da fome nas nações. Os processos de famigeração em nosso país são observados pelos mais diversos cientistas no decorrer da história. O cangaço, por exemplo, não se deparou com o grande interesse comercial da McDonald’s nem a Coca-Cola lutou contra o coronelismo e a opressão exercida por brasileiros sobre brasileiros, modelo este que propiciou e reproduziu uma condição satisfatória (mão de obra “barata e obediente”) para o desenvolvimento de grandes indústrias posteriormente. Existe um fator cultural de ordem “moral” que permite determinados tipos de relações de poder que aparecem não apenas nas relações de trabalho, mas também em toda esfera do social, gerando “corpos dóceis”. Um fato só é reproduzido continuamente sem a necessidade da força física se ele for aceito socialmente. A gênese dessa desgraça chamada fome não está no modo de produção atual, antes disso, a fome e sua reprodução tratam-se de um problema de ordem moral que antecede o próprio capitalismo, uma herança infeliz de épocas passadas.

As corporações só tiveram sua institucionalização (legitimação de atuação diante da sociedade civil) a partir do fim da guerra de secessão nos EUA, ainda assim, seu “boom” deu-se nesse mesmo país, sendo sua atuação, portanto, bastante restrita a determinadas áreas. Qualquer tipo de colocação que se refira a fomes causadas por “comércios e empresas” trata-se, na realidade, tão somente de uma servidão voluntária herdada. Os padrões de trabalho e retorno financeiros estabelecidos são acordados previamente com o consentimento daqueles que são (em teoria) os grandes prejudicados. Sobre isso, retomando o filósofo francês da idade média Lá Boetie:

São, pois, os povos que se deixam oprimir, que tudo fazem para serem esmagados [...] É o povo que se escraviza, que se decapita, que, podendo escolher entre ser livre e ser escravo, se decide pela falta de liberdade e prefere o jugo [...] e todo esse estrago, essa desgraça, essa ruína provêm afinal não dos seus inimigos, mas de um só inimigo, daquele mesmo cuja grandeza lhe é dada só por vós [...] Que poderia ele fazer se vós não fôsseis encobridores daquele que vos rouba, cúmplices do assassino que vos mata e traidores de vós mesmos? [...] Tomai a resolução de não mais servirdes e sereis livres. Não vos peço que o empurreis ou o derrubeis, mas somente que o não apoiéis: não tardareis a ver como, qual Colosso descomunal, a que se tire a base, cairá por terra e se quebrará (BOETIE, 2003, p. 6-7-8).

Lá Boetió, ainda de forma ensaística, esboça aquilo que nos parece, a princípio, a lógica de reprodução dos padrões sociais. Todos eles são feitos de forma “passiva” e pré-reflexiva. Na vida cotidiana, não nos perguntamos continuamente a respeito de determinadas questões, apenas as reproduzimos sem nos darmos conta. Em concordância, em seu “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens”, Rousseau faz uma grande abordagem sobre a questão da linguagem e da reprodução dos padrões de comportamento, de onde retiramos o seguinte trecho:

Pode-se impunemente degolar o semelhante debaixo da janela; é só tapar os ouvidos e argumentar um pouco, para impedir que a natureza, revoltando-se nele, o identifique com aquele que se assassina. O homem selvagem não tem esse admirável talento, e, por falta de sabedoria e de razão, vemo-lo sempre entregue a aturdido, ao primeiro sentimento de humanidade (ROUSSEAU, 2005, p. 65).

Talvez já houvesse, em Rousseau, a suspeita de que a indiferença diante de “injustiças” e desigualdade se reproduz bem mais a partir das estruturas culturais adquiridas do que pela falta de meios de produção que atendam a todos. A fome antes de tudo é uma questão cultural, um problema da ordem da cultura. Casos como os denunciados por Susan George (1978), em *O mercado da fome*, Melhem Adas (1988), em *A fome, crise ou escândalo?*, são estudos relevantes, porém, não podem explicar a reprodução da fome na cultura como um todo, muito menos explicar sua invisibilização.

2. 3. 2 Fome gorda: conceito e alcance teórico

O suprimento global de alimentos é atualmente suficiente o bastante para alimentar mais do que a totalidade da população mundial com base numa dieta semivegetariana, mas suficiente apenas para alimentar metade da população mundial se for estendida para todos a mesma dieta atual dos países desenvolvidos (CARNEIRO, 2003, p. 27).

A origem do seu conceito de fome gorda remonta do conceito de fome oculta:

[...] investigando os índices de nutrição dos escolares da cidade de Recife, índices baseados principalmente na correlação entre o peso e a altura, verificou o fato, na aparência paradoxal, de que as crianças das classes mais pobres, portanto mais mal alimentadas, apresentavam em média um índice melhor do que as crianças das classes mais

abastadas. [...] chegou o investigador à conclusão de que o fato resulta de as crianças dos grupos mais necessitados apresentarem graves sinais de taxas de globulina e serina no sangue, carências que acarretam certo edema dos tecidos, aumentando, à custa da água retida, o peso das crianças. Verifica-se [...] que a carência protéica, com sua tendência edemaciante, pode à primeira vista dar a ilusão de que se trata de indivíduos bem nutridos (CASTRO, 2006, p. 130).

A observação de crianças de classes baixas com aparência saudável (o que esconderia sua desnutrição) há muito já foi feita tanto por Josué de Castro como por amigos próximos a ele. Devemos tomar o devido cuidado para não repetir conceitos, renomeando-os e dando-lhes ares de “novo”. A respeito disso, Ignácio de Andrade Lima já apontava a questão com precisão⁴¹ e Josué de Castro já em sua época denominava o fenômeno de “fome oculta”:

Os casos de fome oculta ou específica, resultante da carência, no regime normal, de certos princípios nutritivos indispensáveis à vida. É que existem duas maneiras de morrer de fome: não comer nada e definhar de maneira vertiginosa até o fim, ou comer de maneira inadequada e entrar em um regime de carências ou deficiências específicas, capaz de provocar um estado que pode também conduzir à morte (CASTRO, 2003, p. 77).

A ideia de uma espécie de “fome gorda”, ou seja, uma fome em que os famintos não são reconhecidos devido à sua aparência, é um fenômeno já denunciado e devidamente conceituado. Como já exposto, a ausência de determinados nutrientes gera a retenção de água no corpo, dando assim ao faminto aparência de saudável. Até então, o conceito (fome oculta) aparecia de forma coesa. As contradições surgem ao se passar do conceito de fome oculta para o conceito de fome gorda.

No conceito “antigo”, na fome oculta, o fenômeno era claramente evidenciado entre as pessoas de classes mais baixas, com dificuldades financeiras para aquisição de alimentos. Pessoas que não gozavam de prestígio social suficiente sequer para garantir sua subsistência. Um conceito que nitidamente preocupava-se com a desnutrição específica da *ralé*, daí sua real associação com o fenômeno que aqui descrevemos como fome. Porém, ao se falar em uma “fome gorda” nos moldes atuais, compreendemos que o conceito refere-se a uma série de pessoas com problemas nutricionais, independentemente de classe social, cor, raça etc. Em outras palavras, mistura-se tudo e junta-se em um grande bolo o que levou tempos para tornar-se distinto e mais claro.

⁴¹ Ver citação “(CASTRO, 2006, p. 130)”.

Confunde-se a ideia de fome com má educação alimentar e atribui-se a ideia de fome a algo que definitivamente não se cabe, confundindo-se os conceitos e os leitores. Um obeso pode sofrer de desnutrição, mas definitivamente ele não passa fome. É preciso levar em consideração as grandes mudanças ocorridas na sociedade brasileira da década de 1960 até o presente momento e levar em consideração aquilo que se entende pelo chamado “fenômeno da transição nutricional no Brasil”. Principalmente nas últimas três décadas, a condição material da população vem sofrendo grandes mudanças para melhor. Não que isto represente um avanço das políticas sociais, esse conforto é mais fruto do desenvolvimento tecnológico e econômico. A implementação maciça de políticas sociais voltadas para a segurança alimentar teve seu marco nos Governos FHC e principalmente no governo Lula.

Uma moeda estável que permite a aquisição de bens de consumo duráveis (a pequenas prestações durante um longo período), fato que reduz sensivelmente os gastos com alimentação. Este entre tantos outros fatores contribuíram para uma mudança na estrutura nutricional do Brasil. As relações de trabalho foram completamente alteradas, fazendo com que o trabalhador da atualidade adquirisse uma característica completamente diferente do trabalhador das décadas passadas⁴². Hoje, diferente de 30 anos atrás, a obesidade é uma epidemia de ordem social que gera, assim como a fome, a morte prematura. Seus índices numéricos chamam muito mais atenção do que os da fome. Transformar o problema da obesidade em caso de saúde pública nos parece uma medida pertinente. Porém, não acreditamos ser pertinente atribuir fome aos obesos.

A fome gorda está ligada à educação e não à fome. Pode-se observar que alguns obesos tenham deficiências nutricionais, contudo, o fato definitivamente não se deve à falta de alimento, deve-se ao excesso dele, de suas dosagens, trata-se de uma questão de falta de balanceamento. Mesmo nas classes mais baixas que já gozam de segurança alimentar, sua obesidade não está ligada à “fome oculta”. Devemos lembrar que na fome oculta o indivíduo possui aparência de saudável, o que não ocorre no caso da obesidade, à qual atribui-se a ideia de uma fome gorda.

Na maioria dos casos, as pessoas que estão enquadradas na “fome gorda” não passam fome, não estão na situação de famintos⁴³. Não se trata de fome, trata-se de educação. Essas pessoas não são famintas, elas sofrem dos reflexos biológicos de uma

⁴² Basta dizer que no presente momento da realidade brasileira falta mão de obra especializada para ocupar os cargos iniciais da construção civil como o de pedreiro, pintor etc. (CINE-RN).

⁴³ Ou seja, aquela em que a venda de sua força de trabalho não é suficiente sequer para a subsistência.

má educação alimentar. A fome é um fenômeno estrutural, não se tratando de uma mera dieta indevida, deturpada pela vida rápida e ao mesmo tempo sedentária das grandes metrópoles. A assim chamada “fome gorda” é uma questão de educação alimentar e não uma questão de “fome”. A fome gorda some com a simples reeducação alimentar, uma vez que um dos grandes alertas desse conceito é (na nossa visão) demonstrar que a carência nutricional pode estar presente até mesmo nas classes médias e altas⁴⁴, ou seja, poder econômico não significa obrigatoriamente saúde e boa educação alimentar. Se não for esta a intenção, o fenômeno não é novo e já foi devidamente conceituado.

Entretanto, apesar da concordância na crítica ao termo “fome gorda”, não partimos da mesma perspectiva adotada por profissionais respeitados para fazer a crítica do conceito, como é o caso de Augusto Monteiro, médico e estudioso das transformações nutricionais no Brasil. Ao trabalhar apenas os números, esvaziando-os de sentido e das relações sociais que eles encobrem, corremos o sério risco de invisibilizar o fenômeno, transformando-o em algo de ordem natural, puro fruto de padrões biológicos da nossa espécie:

[...] enquanto proporções até 5% são normais e correspondem à fração de pessoas magras que normalmente existe em qualquer população. A proporção média de indivíduos magros na população adulta brasileira, segundo estimativas do inquérito antropométrico nacional realizado pelo IBGE em 2003, é de 4%, o que não situaria a deficiência crônica de energia como um problema de saúde pública no país como um todo (MONTEIRO, 2005⁴⁵).

Naturalizar a fome e colocá-la no âmbito de fenômenos aleatórios que surgem esporadicamente não nos parece a explicação mais viável para a questão. Ao falarmos de 4% da população que está abaixo do peso, não podemos garantir, obrigatoriamente, que se tratam de questões genéticas. Não nos parece sensato atribuir essa carência puramente à loteria biológica. Esses 4% da população brasileira que estamos falando é justamente aquela faixa da sociedade que mais se encontra em situação de risco. Não se trata puramente de uma questão epidemiológica ou de saúde pública. Os agentes que são expostos a esse fenômeno possuem características específicas e o fenômeno ocorre de forma regular. Ao visibilizar os famintos através dos dados do IBGE, o que temos, na

⁴⁴ Daí a grande diferença conceitual. A “desnutrição” pode atingir qualquer classe social, tratando-se de uma questão puramente de educação alimentar, uma vez que o desnutrido da classe média ou alta possui capital social suficiente para vender sua mão de obra no mercado de trabalho a um valor razoável. O “faminto” não, este é desnutrido não por má educação alimentar, mas por não ser capaz de vender sua mão de obra no mercado ou vendê-la a salários “de fome”.

⁴⁵ Disponível em: <<http://www.revistapesquisa.fapesp.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2008.

realidade, é uma ferramenta capaz de capturar a *ralé* que mais se encontra em situação de risco, os mais excluídos entre os excluídos.

Em qualquer lugar do Brasil onde existam poderes antagônicos que não reconheçam o outro enquanto sujeito, enquanto indivíduo e cidadão de direitos, em todo lugar que existir isto, existirá fome. Tanto a fome é um produto da cultura e suas raízes invisíveis à simples observação que vários foram os projetos feitos visando acabar com os famintos, grande parte deles, porém, sem sucesso. Suspeitamos que diante do atual domínio da natureza e da vontade coletiva o problema da fome ainda não foi devidamente solucionado, ainda não sabemos realmente com o que estamos tratando, não sabemos ainda o que significa a fome, mais exatamente, não sabemos o que significa “não poder comer”. Assim como afirma Carneiro (2003, p. 166),

é impossível falar de uma história da alimentação sem referir-se permanentemente a todos os aspectos da história social, econômica e cultural. Os objetos históricos são recortes da realidade, são recursos analíticos que servem para decompor o processo social em diferentes dimensões que nos oferecem uma riqueza múltipla de informações sobre aspectos da realidade, mas que devem ser compreendidos integrados no conjunto da vida, que é simultaneamente social, econômica e cultural.

No próximo capítulo, nos dedicaremos a um breve estudo histórico referente à função social do alimento, visando compreender melhor “o que comer quer dizer”, para, posteriormente (Capítulo 4), compreender “o que não comer significa”, afinal, “a idéia de um paralelismo entre alimento e sociedade, entre hierarquia dos alimentos e hierarquia dos homens, enraizara-se fortemente na cultura e no imaginário do poder” (MONTENARI, 2003, p. 115), ideia muito bem retratada (ainda que de forma opaca e intransparente para o agente) no popular ditado brasileiro: “quem come do meu pirão apanha do meu cinturão”.

Capítulo III: O que comer quer dizer?

3. 1 O direito à alimentação: o princípio da liberdade

[...] O ato alimentar é fundador da identidade coletiva e ao mesmo tempo, num jogo de identificação e distinção, da alteridade [...] É sobre as práticas alimentares, vitalmente essenciais e cotidianas, que se constrói o sentimento de inclusão ou de diferença social. É pela cozinha e pelas maneiras à mesa que se produzem as aprendizagens sociais mais fundamentais, e que uma sociedade transmite e permite a interiorização de seus valores. É pela alimentação que se tecem e se mantêm os vínculos sociais (POULAIN, 2004, p. 197-198).

A questão central deste capítulo se concentrará em compreender como a alimentação nutre também a alma, visando entender quais os impactos sociais que sua falta pode causar à formação social do sujeito. Nos concentraremos neste capítulo em fazer um breve histórico da relação comida e sociedade no ocidente, observada pelos mais diversos autores, nas mais diversas épocas⁴⁶. Várias são as obras que se dedicam ao estudo do fenômeno das desigualdades entre os homens. Um dos grandes ícones do humanismo do século XIX, Karl Marx, questionava-se sobre as relações de trabalho desiguais existentes dentro do capitalismo o que, por sua vez, permite a reprodução da exploração através da ideologia. Vários são os autores que se dedicaram ao tema, cada qual fazendo uma análise sobre aquilo que julgava poder acrescentar na compreensão das sociedades para a diminuição do quantum de dor presente nelas. No Brasil, Jessé Souza, por exemplo, pergunta-se por que razão muitos indivíduos são submetidos a situações constrangedoras como experiência diária e quais os efeitos desse fato sobre a reprodução da vida social desses sujeitos, tentando assim compreender porque a “*ralé é ralé*”. Nosso objetivo também não é diferente, pretendemos compreender através de levantamentos históricos a importância da alimentação para a formação do indivíduo que é “socialmente inserido”. O fato não se deve à toa. Na nossa sociedade, diferentemente de outras sociedades, a fome é sempre observada por motivos de falta de prestígio⁴⁷. Mesmo os casos de fome gerados por fatores de ordem não econômica,

⁴⁶ Adotamos como referências básicas *A fome e a abundância*, de Massimo Montanari, e *Comida e sociedade*, de Henrique Carneiro, livros que são uma rica coletânea de relatos dos mais diversos autores sobre a alimentação no decorrer dos tempos.

⁴⁷ Deixando claro que a fome à que nos referimos aqui é aquela descrita na introdução do trabalho.

como a bulimia, anorexia etc., a negação do alimento não indica status social para cima, pelo contrário, são pessoas “doentes”.

Ao nos darmos conta de que a fome é um fenômeno que atinge de forma endêmica uma única classe social, é de se considerar a importância da alimentação na formação social do indivíduo. Grande parte das nossas instituições sociais são heranças ocidentais. Desde a Democracia e o Estado, a Igreja e o Mercado, a Família e suas estruturas, os próprios modos à mesa também são expressões dessas heranças. As instituições chegaram aqui em carne e osso e compreender suas modificações e adaptações no decorrer dos séculos se faz necessário para a melhor compreensão da importância do alimento na história humana:

Se a busca das especiarias impulsionou as grandes descobertas marítimas e a adoção do açúcar levou à escravidão africana, os desequilíbrios provocados pelas crises alimentares do século XVIII deflagraram as revoltas que culminaram na Revolução Francesa [...] Quase um século mais tarde, a Revolução Russa [...] será desencadeada sob a consigna de “pão, paz e terra”. A alimentação ocupa, como um ator invisível, o cenário dos grandes processos constitutivos da modernidade (CARNEIRO, 2003, p. 82).

Assim como afirmou Carneiro (2003, p. 136) em seu livro *Comida e sociedade*, “no âmbito da cultura material, a alimentação destaca-se como o aspecto mais importante das estruturas da vida cotidiana”. Compreender melhor a relação existente entre comida e sociedade no decorrer dos séculos é compreender melhor o que significa comer, o que comer representa e, conseqüentemente, entender o que a sua falta quer dizer. A princípio, pode-se questionar qual o interesse em se estudar a alimentação para se compreender a fome. Por trata-se de um oposto em relação à fome, a compreensão do que comer quer dizer é fundamental para a compreensão da fome, afinal, a alimentação a princípio nada mais era do que a luta contra a fome. A busca pelo excedente alimentar é a preocupação básica de todo modo de produção material. A segurança alimentar é um pressuposto básico para a conquista de qualquer tipo de liberdade, uma vez que somos reféns de um aparato biológico que necessita de combustível para sua manutenção. Foi a tentativa de garantir a segurança alimentar que fez com que o ser humano se distanciasse cada vez mais do “modo natural” de viver. Ao buscar romper com as intempéries da natureza e tentar dominá-la, o *homo sapiens* criou também o princípio básico de toda liberdade, a segurança alimentar.

É impossível se pensar em liberdade sem se pensar na segurança alimentar, é ela quem garante o direito à vida. O princípio básico da liberdade é o direito à vida, sem ela nada mais pode reproduzir-se. Foi a luta por esse princípio de liberdade que moveu a observação (auxiliada pela curiosidade típica dos antropóides) dos padrões da natureza e sua posterior domesticação, fato que deu oportunidade para o surgimento da chamada “revolução neolítica”, ou seja, a transformação na forma de se obter os alimentos, tornando o ser humano um animal sedentário e dando início efetivo ao princípio básico de toda liberdade, o direito à alimentação regular e satisfatória.

Em seus escritos, Castro (2006) fala a respeito da ideia de formular, ao lado do célebre historiador potiguar, Câmara Cascudo, uma sociologia da alimentação, ideia esta que logo foi abortada por uma razão: Câmara Cascudo queria deter-se à análise, descrição e catalogação dos alimentos, Josué de Castro, por sua vez, queria estudar o impacto causado pela falta deles. Esse impasse teria colocado os autores em empresas teóricas que julgavam distintas, afastando-os de estudos conjuntos, o que julgamos ter sido um equívoco. Com uma intuição contrária a dos célebres autores, partiremos do estudo dos alimentos, o que ele representa, para melhor compreender a reprodução da exclusão da *ralé*. Tentaremos compreender “o que comer quer dizer” para depois compreender “o que não comer significa”. O que, em última instância, não comer quer dizer, adotando a ideia de que a representação simbólica e social da ausência do alimento é o extremo oposto da presença dele, a falta de alimento representaria, na realidade, em termos culturais, uma representação simbólica de tudo aquilo que um grupo “não é”. A fome é bem mais do que falta de alimentação. O ser humano é um ser plenamente dependente (mais dependente do que a maioria dos mamíferos) desde a hora do nascimento até seus últimos dias de vida. Precisamos de muitos cuidados ao nascer e uma das principais e mais importantes consagrações de reconhecimento diante o grupo e estabelecimento de relação de proteção e amparo no novo mundo a que se chega é a alimentação. O ato de alimentar um pequeno humano constitui-se como o segundo estágio para a manutenção da vida (sendo o primeiro estágio para a manutenção da vida o “aceitar e reconhecer” socialmente aquele novo humano como pertencente àquela sociedade). A causa primeira da fome aparece com o não reconhecimento de indivíduos ou grupos de indivíduos no meio social; a falta de alimentação decorre justamente do rompimento ou grande degradação dos laços sociais de um grupo em relação a outros

grupos. Observamos isto na atualidade principalmente com os bebês prematuros⁴⁸, os quais nascem com sérias dificuldades biológicas, mas, devido à grande importância criada ao redor do “novo membro” na nossa sociedade, nos fez desenvolver técnicas de reconhecimento e aceitação e manutenção da vida através de uma alimentação e proteção que foram racionalmente pensadas para fazer com que, até mesmo aqueles que o próprio organismo biológico chegou a desacreditar e expulsar prematuramente, acabassem por permanecer vivos e inseridos na sociedade.

3. 2 O que comer quer dizer?

Guibourc havia servido uma refeição semelhante ao sobrinho de Guillaume, Girart, que, exatamente como o tio, tinha devorado tudo sem sequer levantar os olhos da comida; vendo-o com tão bom apetite, Guibourc convenceu-se de que se tratava de um guerreiro valoroso, e voltando-se para o marido acrescentou: “Vê-se bem que é de sua linhagem” (MONTENARI, 2003, p. 78).

Não existe nenhum dado do real, nenhuma essência, nenhum tipo de condicionamento do meio que assinale para a necessidade de os seres humanos alimentarem-se aos bandos. Se o fazem, isto se dá unicamente pelo hábito. É um assinalamento de que a alimentação é bem mais do que nutrição.

Antes de tudo, devemos nos questionar a respeito do que temos fome. Fome de que? O que realmente falta a essas pessoas que encontram-se no estado de fome? Será que seu único objetivo é o de alimentar-se no sentido de nutrir-se ou será que, assim como os filhos das classes mais abastardas, eles anseiam também pelo direito de alimentar a alma e permanecer horas, quem sabe dias, em um estado de consciência superior? Por vezes, o pensamento religioso pode nos oferecer boas fontes de análise. Do salmo 103:13, destacamos a seguinte passagem:

Do alto de vossas moradas derramais a chuva nas montanhas
Do fruto de vossas obras se farta a terra
Fazeis brotar a relva para o gado,
E plantas úteis ao homem,

⁴⁸ A medicina aparece nesse momento como um rito de consagração e reconhecimento que oferece, através de cirurgias que visam prolongar ou melhorar a vida, uma forma de demonstrar que aquele membro não apenas é aceito, como também querido no grupo. É de conhecimento comum que aqueles que ferem a consciência coletiva – os famosos “criminosos” – quando em hospitais e reconhecidos enquanto praticantes de ações que ferem a consciência coletiva de forma muito grave ficam à deriva, apenas à espera da morte. O corpo social julga-os, os condenam a morte, e os atos médicos lhes são negligenciados como forma de resposta às suas ações que acabaram por tirar-lhe o título de “aceito socialmente”.

Para que da terra possa extrair o pão
E o vinho que alegra o coração do homem
O óleo que lhe faz brilhar o rosto
E o pão que lhe sustenta as forças

Muitos apontamentos pertinentes podem ser feitos a partir dos relatos bíblicos naquilo que se refere à melhor forma de manutenção da máquina humana. O anseio por “alimento” não visa unicamente nutrir o corpo. A alma/coração são também sempre alvos do alimento lúdico, sempre necessários para alegrar o coração dos humanos nas mais diversas épocas e sociedades.

Os milagres de Cristo [...] referem-se à multiplicação dos alimentos, seu próprio corpo e sangue consubstanciados no pão e no vinho da eucaristia repete o rito do sacrifício de uma forma sublimada. A santa ceia assume um papel central na representação de uma aliança da humanidade com a divindade fundada na comensalidade (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Vivemos na sociedade do conhecimento, um dos princípios norteadores da distinção social é o conhecimento racionalizado. O saber mais do que nunca está ligado à aceitação social. Além do fato de terem sua origem de um mesmo termo (*sapere*), paladar e conhecimento estão interligados de forma bastante íntima. A fome, apesar de normal (no sentido durkheimiano da palavra), apresenta-se como a falta de um bem necessário à manutenção biológica. A fome caracteriza-se como a falta de algo inerente à perpetuação do social. Se perpetua o biológico, perpetua também o social, é impossível não fazer tal associação, elevar o culturalismo até a última instância é nitidamente cair no mesmo erro dos biólogos que tentam atribuir ao comportamento humano fatores genéticos determinantes. Apesar da arrogância das ciências humanas, temos de admitir que o biológico é o suporte fundamental para todo desenvolvimento social. Deixamos clara a importância de se compreender o fenômeno por acreditar que ele trata-se do ponto localizado no extremo oposto da nossa pesquisa, sendo, portanto, de suma necessidade. Se ao comer “eu me torno aquilo que como”, se não como, “não me torno nada”. A alimentação é também capaz de perpassar ritos de instituição e transformar animais em homens. O não acesso a ela é a prova cabal da falta de prestígio social de determinadas classes, colocando-as em uma hierarquia de valorização moral inferior a animais domésticos.

Reflexos desse padrão moral podem ser observados em situações como o conhecido caso das “Lagostas de Bangu 8”. Pessoas sem reconhecimento não

“merecem” determinados tipos de comida (e, em algumas situações extremas, como a fome institucionalizada, algumas pessoas literalmente não merecem qualquer tipo de alimentação, tamanho seu desprestígio social).

No fim de agosto de 2008, a imprensa brasileira lançou uma série de reportagens retratando o fato de “presidiários estarem comendo lagosta e salmão em suas celas”. De acordo com a lei brasileira, teoricamente, apenas seria permitida a degustação de comidas “finas” nos dias de visita familiar, uma vez que os detentos são liberados para comer o que é levado pela família. Parecem ocorrer algumas exceções em determinados casos específicos, nas quais o preso tem a opção de solicitar refeições que lhe agradem, desde que não ultrapassem um valor estipulado.

O fato foi apresentado de maneira curiosa pela imprensa. Em muitas das manchetes noticiadas⁴⁹, observamos que a grande atenção não se dava ao fato de extrapolar-se o limite semanal referente às refeições (R\$ 100 por semana, em valores da época), a grande polêmica girou, na realidade, ao redor do fato de “presidiários estarem comendo lagosta e salmão”. O que se observa é que “esta não é comida para gente que está neste tipo de lugar”, fato este que aparece nas entrelinhas da própria lei brasileira (que estipula valores bastante limitados para a alimentação dentro dos presídios, o que possibilita apenas a entrada de gêneros alimentícios “populares”). Passado o “escândalo”, nada mais se comenta a respeito do crédito concedido semanalmente. Pode-se pedir cinco sanduíches por semana, totalizando-se o crédito semanal. Esse fato não gera polêmica nem desconforto. Porém, experimentemos trocar cinco sanduíches por uma lagosta e teremos conteúdo suficiente para manchetes em toda a nação. A questão aqui é puramente valorativa. Algumas pessoas podem comer certas coisas, outras não. A sua posição social indicará mais sua dieta do que qualquer conselho de profissionais do ramo da nutrição. Nesse mesmo sentido, afirma Poulain (2004) que *“o que eu como transforma minha própria subsistência e, ao consumir um alimento valorizado por um grupo social e ao partilhar este consumo, eu me integro nesta comunidade”*. *“Este imaginário é comum a um grande número de espaços culturais e foi mobilizado por um número muito grande de culturas religiosas que a precederam”* (POULAIN, 2004, p. 236).

⁴⁹ Recorremos às palavras-chaves “lagosta, Cacciola e presídio” na ferramenta de pesquisa Google, onde pode-se encontrar dezenas de reportagens a respeito.

3.3 A comida como rito de instituição

Não comemos com nossos dentes e não digerimos com nosso estômago; comemos com nosso espírito, degustamos segundo as normas culturais ligadas ao sistema de trocas recíprocas que está na base de toda vida social. É por isso que cada povo se define por suas práticas alimentares e suas maneiras à mesa tão claramente, tão certamente, quanto por sua língua, suas crenças ou suas práticas sexuais (MOULIN, 1975, *apud* POULAIN, 2004, p. 161).

Assim como afirma Carneiro (2003, p. 165), “*de todas as esferas da cultura material, a alimentação é uma das que mais se infiltra em todos os níveis da vida social*”. Carneiro (2003, p. 121) afirma que o surgimento de certas regras alimentares é o marco divisório entre o estado selvagem e o civilizado. Na mesma perspectiva, Montenari (2003) e Norbert Elias (1994; 1993) atribuem aos modos à mesa um marco no processo civilizador. Bourdieu também não faz diferente e nos mostra a distinção social a partir de “gostos de classe”,

É a partir do estudo de práticas sociais concretas e cotidianas, na primeira classe das quais as práticas alimentares, que emerge a teoria do habitus. Partindo dos gostos e do que os diferencia, ele identifica sua origem no habitus: “Estrutura perceptiva, por detrás da qual aparecem as condições materiais de existência objetivamente classificáveis (POULAIN, 2004, p. 231).

Os modos à mesa e o saber portar-se são indicadores de nobreza e distinção social. O modo de pôr a mesa, as disposições dos talheres etc. são todos recursos reconhecidos pré-reflexivamente que tiveram importante papel no adestramento das pulsões. “Em outro âmbito, mais imperceptível, dos hábitos e costumes, a alimentação também participa dessa revolução silenciosa que constitui o que foi chamado “*processo civilizatório*”, no qual as maneiras à mesa ocupam tão destacado papel” (CARNEIRO, 2003, p. 83).

As lembranças de gostos, odores e perfumes para muitos de nós são mais significativas do que as próprias palavras. As sensações produzidas pelo alimento residem também no sentimento compartilhado e na representação simbólica que este evoca. Tentamos dizer com isso que as associações entre indivíduo, alimento e apetite ou mesmo o gosto são – até certa medida – arbitrárias e, uma vez estabelecidas, mantêm-se e acabam por adquirir um status de naturalidade. Podemos observar também o jogo social que envolve a alimentação em diversos espaços de sociabilidade. As

greves de fome e o jejum religioso, por exemplo, adquirem prestígio e reforçam sua glória e eficácia simbólica, não devido à ausência do alimento, mas à sua recusa. Negá-lo é nitidamente um ato de protesto e altruísmo, manter-se em estado de fome mesmo com comida à sua disposição é um ato nitidamente de questionamento da cultura.

O que, por vezes, nos escapa acerca da alimentação é o fato de não nos darmos conta que desde o surgimento da cultura o alimento deixou de significar apenas nutrição. Desde então, a alimentação passou de um caráter unicamente de necessidade biológica para um caráter duplo: representações simbólicas (que remetem a união, altruísmo, enfim, como forma de difundir a coerção, coesão e *reconhecimento* social⁵⁰) e reposição nutricional.

Alimentação não é (apenas) nutrição. Alimentação é reconhecimento. A nutrição é uma consequência do reconhecimento e não o contrário. O ser humano sempre come em grupo. Mesmo nos tão criticados *fast foods*, os agentes sociais permanecem aos grupos, tecendo redes de sociabilidade. Em pesquisas de campo feitas na França, observa-se que apenas uma pequena parcela de pessoas alimentam-se isoladas, “*a refeição em alimentação coletiva continua uma prática socializada, somente 12,4% dos indivíduos comem sozinhos. A escolha é, portanto, uma atividade de espetáculo que posiciona socialmente o indivíduo*” (POULAIN, 2004, p. 61). Ao se observar no dia a dia que o horário do almoço e o cafezinho são estimados, isso não se deve à nutrição advinda deles, mas o que aquilo representa no universo simbólico para o grupo (hora do descanso). Se o almoço atrasa e o café não vem, o desagrado não é de ordem nutricional. Se, mesmo nos dias de hoje, com toda a facilidade que temos para adquirir alimentos e prepará-los, insistimos em comer em grupos, aos bandos, tomamos mais esse dado como mais uma evidência de que o alimento não é apenas nutrição. Ao analisar a importância da alimentação na vida cotidiana dos agentes, Poulain (2004) nos coloca (de forma rebuscada aquilo que os ditados populares nacionais já afirmavam) a respeito da alimentação que ela possui o poder de fazer absorver virtudes ao ingerir o alimento:

Comer é incorporar, fazer suas as qualidades de um alimento. [...] Isso é verdadeiro também no plano psicológico. De um ponto de vista

⁵⁰ Mesmo as tradições de guerra que antecedem as batalhas com jantares são formas de respeito e reconhecimento entre os generais. A respeito disso, Sun Tzu fala, em seu livro *A arte da guerra* que uma das formas de “causar grande irritação ao inimigo” (para obter vantagem na guerra, pois o inimigo agiria pela emoção e não pela razão, conduzindo-se, inevitavelmente, a armadilhas) é desrespeitar os rituais de trocas alimentares entre os generais. A urina no lugar do vinho é capaz de conduzir uma nação à derrota, devido ao que representa esse tipo de ofensa. A resposta, em muitas situações, foi a ira encolerizada e irracional que conduziu as tropas às próprias covas.

subjetivo, imaginário, o comedor acredita ou teme, a partir de um mecanismo que depende do pensamento “mágico”, apropriar-se das qualidades simbólicas do alimento segundo o princípio: “eu me torno o que eu como” (POULAIN, 2004, p. 197).

A sociologia da alimentação comumente ocupa-se em compreender quais os impactos sociais e as formas de institucionalização da vida social via alimentação. Mesmo na sociedade *fast food*⁵¹, a magia dos rituais não deixa de estar presente. Ao se misturar publicidade⁵² com padrões sociais já difundidos e compartilhados, podemos observar fatos como o evidenciado pelo documentário *Super Size me: a dieta do palhaço* (SPURLOCK, 2004), no qual o diretor demonstra que determinados grupos da sociedade dos EUA reconhecem e cantarolam com desenvoltura o hino do *Big Mc*. Equivocam-se, porém, ao tentar reproduzir o hino da própria nação. Basta observar também a maneira como a publicidade do *fast food* organiza o marketing da comida rápida, o ideal de união, satisfação e prazer coletivo são sempre retomados como forma de incentivar o consumo, tido como “quase que natural”. Na vida corrida e mecânica, disciplinada e orientada para a produção, no modo “*fast*” da vida, o “almoço/jantar de negócios” é uma versão adaptada dos ritos de alimentação, dessa vez voltada para a produção. A carga simbólica presente no ato de evocar um “almoço de negócios” representa quase sempre algum tipo de aproximação ou benefício mútuo. Utilizando-se dessa característica já presente na cultura, dos ritos de integração/coerção gerados pela alimentação, os “almoços de negócios” são boas estratégias para prolongar e estreitar⁵³ laços de relações sociais e estender a jornada de “produção/trabalho” de modo a

⁵¹ A julgar a estrutura dominante presente nas culturas que observamos no que se refere aos ritos alimentares, fica evidente a ojeriza do imaginário social ao *fast food*. Antes de tudo, o *fast food* não é apenas uma questão “nutricionalmente ruim”, como também um padrão de cultura que tem crescido e encontrado a tradição da “comida caseira” resistindo ao seu crescimento – padrões alimentares em conflito. Trata-se de uma luta de forças entre um modo que cresce e um outro que está perdendo espaço. Para o imaginário social, transformar rituais de interação social, nos quais nitidamente se “perde muito tempo”, no simples ato animal de comer para nutrir-se e retornar à labuta, colocar a nutrição do corpo em meros atos mecânicos de ingestão de alimentos, dar à alimentação uma característica pré-humana (pré-cultural) gera nitidamente uma resposta vinda do lado tradicional da cultura, que coloca a alimentação em um plano de ritualização e interações sociais bem maiores. “Não, você tem que comer o “almoço!” O *fast food* custa a ser aceito pelo imaginário social como “alimento”, mesmo que possua uma dose cavalari de calorias, o que o colocaria em uma hierarquia superior no quesito “quantidade calórica”.

⁵² É importante neste momento observar que a publicidade não tem o poder de “criar desejos”, como alguns insistem em defender. Prova disto é a necessidade que a publicidade tem de um “público alvo”, ela apropria-se de padrões culturais já existentes e com base em tais padrões elabora estratégias de marketing visando a maior apreciação do produto pelo cliente.

⁵³ Prolongar e estreitar no sentido de prolongar o “período de cooperação” e estreitar mais ainda as relações, gerar uma maior “intimidade” entre as partes. Aliás, não apenas na língua portuguesa o verbo “comer” possui dupla conotação (nutricional e sexual), fato que evidencia o caráter de estreitamento da intimidade simbolizado pelo ato de nutrir-se. A tradição manda que o pedido de casamento seja feito durante um almoço ou jantar.

potencializar o uso do tempo para a produção racionalizada e disciplinada. Não apenas isto, a carga simbólica presente na alimentação, sua função integradora, cumpre um papel que o cristianismo tentou resgatar com a comunhão: transformar todos em uma só carne, em um só corpo, “*as refeições feitas em comum passam, em múltiplas sociedades, a criar, entre os que delas participam, um vínculo de parentesco artificial [...] Uma alimentação comum pode portanto produzir os mesmos efeitos que uma origem comum*” (POULAIN, 2004, p. 155). A análise alimentar no campo sociológico deve, portanto, estudar a comida não pelo que ela é no seu aspecto biológico, mas o que ela representa no jogo social. Desde as épocas mais remotas, é possível observar a alimentação não apenas como forma de nutrir o corpo, mas também como forma de distinção e prestígio social. A relação entre o (bom) alimento e a (boa) virtude⁵⁴ foi registrada nas mais diversas épocas e locais. Ao descrever as ordens dominantes da nova Europa surgidas, principalmente, nas regiões de maior influência “bárbara”, Montenari (2003, p. 36) faz a seguinte colocação:

[...] a imagem do guerreiro valoroso é também aquela de um homem capaz de ingerir quantidades enormes de comida e de bebida [...] “eu sei em qual arte estou apto a me pôr à prova: aqui não há ninguém que coma mais rápido do que eu”, proclama Loki na saga islandesa de Edda; e convida os presentes a competir com ele em volta de um prato repleto de carne. Logi aceita o desafio, e o vence, comendo “toda a carne e também os ossos e até o prato”.

Não é de se admirar que padrões de reconhecimento social estejam difusos por toda a cultura européia. O convívio simultâneo de várias culturas que se arrastou durante milênios serviu não apenas para gerar características bastante típicas em regiões geograficamente próximas, mas também para tornar capaz a difusão de valores entre as mais diversas culturas, ao ponto de observarmos o surgimento de agentes sociais como Carlos Magno, rei dos Francos, Lombardos e posteriormente imperador sacro-romano que, como todo “bom rei”, é o bom retrato dos valores de uma cultura. Herdeiro das culturas antes tidas como bárbaras, a relação entre a alimentação e virtude já acima destacadas aparecem em diversos registros, um em especial destacado por Montenari (2003, p. 36-37) nos coloca a respeito de Carlos Magno que, em um momento quando “*um de seus comensais havia bestialmente descarnado e esmigalhado grande*

⁵⁴ Situação parecida pode-se observar em crenças populares observadas na região de Natal/RN, onde se atribui a razão para o “porte afeminado” de alguns agentes sociais a grande quantidade de ingestão de “frango com hormônio”, atribuindo-se assim um padrão de comportamento “indesejado” a um alimento, a partir do que perdura uma nítida recusa da cultura tradicional ao novo modo de produção de frango (escala industrial), comida típica da região.

quantidade de ossos [...], não hesita em reconhecer que deve tratar-se de um 'fortíssimo soldado' e a identificá-lo com Adelchi, filho do rei dos lombardos. 'Comia como um leão que devora a presa', dizia-se dele".

Empregamos aqui “bom rei” no sentido sociológico do termo utilizado por Bourdieu. A investidura em uma posição social “*transforma ao mesmo tempo a representação que a pessoa investida faz de si mesma, bem como os comportamentos que ela acredita estar obrigada a adotar para se ajustar a tal representação*” (BOURDIEU, 1998, p. 99). Nesse sentido, ainda de acordo com Bourdieu (1998, p. 101-102), “*o porta-voz autorizado é aquele ao qual cumpre, ou cabe, falar em nome da coletividade; é ao mesmo tempo seu privilégio e seu dever, sua função própria [...] o herdeiro que respeita a si próprio tenderá a se comportar como herdeiro e acabará sendo herdado pela herança*”. Associamos aqui a ideia do “bom rei” não a virtudes ou valores louváveis por nossa atual moral, mas àquele que cumpriu com aquilo que sua posição social lhe coube e apenas pôde cumpri-la aquele agente social que absorveu e reproduziu os ritos e valores sociais de sua cultura. Como mesmo afirma Souza (2006, p. 42), “*seguir a regra, ou melhor, dar a 'impressão' de se estar seguindo a regra, equivale a maximizar vantagens na medida em que o grupo recompensa melhor as ações aparentemente motivadas pelo respeito às regras*”.

Na Europa da idade média, a capacidade de ingerir grandes quantidades de comida era um valor disseminado na cultura como um todo, chegando-se ao ponto da falta de o “bom apetite” ser motivo de pré-julgamentos de ordem moral. Reforçando essa idéia, Montenari (2003, p. 37-38) nos coloca:

[...] ao extinguir-se a dinastia carolíngia em 888 [...] o duque de Espoleto, Guido, foi convidado pelo bispo de Metz como possível candidato ao trono da França, lhe foram preparados “muito alimentos, segundo o costume dos francos”; mas vem-se a saber que Guido se contentava com pouco, e justamente por causa disso – nos assegura um escritor do século 10º, Liutprando de Cremona – O trono lhe foi recusado. Os seus eleitores consideravam que entre os atributos de um rei não pode faltar um robusto apetite. Segundo o mesmo escritor, o “rei dos gregos” Mocéforo Focas (o imperador Bizâncio) era uma pessoa desprezível porque apreciava as verduras e a sobriedade.

Carneiro (2003) nos coloca caso parecido ao falar a respeito de uma crônica russa que fala sobre o príncipe de Kiev, que decidiu por converter o seu povo e convocou representantes das quatro grandes religiões do mundo para que apresentassem-lhe os princípios norteadores de cada uma, de forma a escolher a que mais tenha “a cara de seu povo”. O futuro rei, ao escolher entre quatro religiões uma

única para o seu povo, tomou uma decisão individual, que por sua vez gerou um fato social, ou seja, a mudança do comportamento religioso. Indivíduos em posições estratégicas na cultura e com grande capital simbólico parecem ter essa capacidade, a de gerar campos. Algumas interpretações poderiam cair no erro de, a partir de tal exemplo, tentar evidenciar que pessoas isoladas são capazes de criar fatos sociais a partir de decisões individuais (portanto particulares). Tal erro consiste em desconsiderar o rei russo enquanto uma construção social de sua sociedade, criado ao redor da mais “refinada cultura”, conhecedor e admirador de toda literatura de seu povo (portanto, ciente de seus costumes e valores) e apreciador das maravilhas de sua terra: o rei representa nada mais do que um humano educado de tal forma a “ter um universo dentro de si”, o rei russo nada mais era do que a expressão em carne e osso da cultura russa. Sua decisão, portanto, não foi individual, mas coletiva, como nos mostra Carneiro (2003, p. 118-119):

A crônica russa da época conta que, em 986, quando o príncipe de Kiev, Vladimir, decidiu converter o seu povo, convocou ao seu palácio representantes das quatro grandes religiões (católicos romanos, cristãos ortodoxos, judaísmo e islamismo). Um dos elementos determinantes de sua opção pela ortodoxia teria sido de ordem alimentar, pois os eslavos não poderiam aceitar a proibição do álcool e do porco pelos muçulmanos, igualmente interdito pelos judeus [...]. O catolicismo, por sua vez, impunha uma enorme quantidade de dias de sucessivos jejuns. Restou, portanto, a ortodoxia bizantina, bem menos rígida nas exigências disciplinares em relação à comida.

O status social pode ser reconhecido através da análise da disposição da comida à mesa ou mesmo da disposição dos assentos ao redor dela. Assim ocorre nas famílias “tradicionais”. O chefe da família e patriarca senta-se sempre em um local específico, assim como os demais membros. Cada local é reservado a uma função; sentando-se sempre em um local específico ao alimentar-se, A “cabeceira” da mesa, reservada sempre ao “homem da casa”, ainda hoje é lembrada no típico ditado popular que afirma: “quem senta na ponta paga a conta”. De acordo com a tradição, a “ponta” é reservada ao patriarca, ao responsável, ao “homem”. A passagem demonstra que o status social pode ser reconhecido através da análise da disposição da comida à mesa (assim também o é nas famílias, estando o “chefe da família” e patriarca sentado sempre em um local específico ao alimentar-se. Para analisar-se o valor de um homem, bastaria ver a disposição dos alimentos ao seu redor. A essa questão, Carneiro (2003, p. 111) nos coloca que:

O rei Pedro III de Aragão [...] queria que à mesa fossem assinaladas com precisão matemática as diferenças de condição: “uma vez que no serviço é justo que algumas pessoas sejam honradas mais do que outras, segundo a condição de seu estado”, lemos nas *Ordinacions* de 1344, “queremos que em nossa bandeja seja colocado alimento necessário para oito pessoas”; alimento para seis será colocado na bandeja dos príncipes reais, dos arcebispos, dos bispos: alimento para quatro, nas bandejas dos outros prelados e cavaleiros que sentam à mesa do rei.

A sociabilidade concernente ao ato do reconhecimento e aceitação no grupo segue também a mesma lógica de ter o alimento como uma esfera não verbalizada dos padrões de aceitação, de boas vindas, entre tantos outros significados de reconhecimento. A esse respeito, Wagner (1966, p. 74) nos coloca em relação às visitas que:

resume-se sempre que o hóspede deve ter fome e boas vindas sem comida ou bebida, ou sem uma coisa e outra, não são de modo algum boas vindas. [...] O hóspede não deve comer sozinho, de modo que o mal da singularidade é afastado quando comemos com ele [...] O dever do ritual para um amigo ou viajante proporciona a desculpa para o que de outro modo poderia ser tachado de extravagância ou sensualidade.

Philip reforça ainda a ideia nos colocando que a alimentação, em muitas situações, não está diretamente ligada à nutrição, ela é “*nutrição também para a mente e para a alma, que penetra em todas as nossas atividades, em todos os nossos pensamentos, em todas as nossas emoções, em todos os nossos esforços para dar estilo e sentido ao que fazemos*” (WAGNER, 1966, p. 79). O alimento aparece com um significado ainda maior do que a nutrição, ele é muito mais do que calorias, muito mais do que combustível do motor humano. Assim como afirma em seu ensaio “*O alimento como ritual*”, “*mesmo nos níveis mais rudes da gastronomia [...] as necessidades nutricionais são esquecidas no prazer completamente distinto do paladar*” (WAGNER, 1966, p. 73).

Os rituais alimentares visam sempre enriquecer a alma, algumas vezes chegando até mesmo a deixar de lado o aspecto nutricional (o momento máximo e de maior respeito de nossas atuais missas católicas: “o sangue de cristo e o corpo de cristo”, que são representados respectivamente pelo vinho e pela hóstia, é nitidamente um ritual que visa nutrir a alma e engrandecer o espírito utilizando-se da eficácia simbólica da alimentação para gerar laços mais fortes, incentivando inclusive o altruísmo e reforçando a coesão social). A alimentação pula, nesse aspecto, do campo meramente biológico para o cultural. A influência dos padrões alimentares apresenta-se com tal

força que, mesmo em situações em que são nítidas carências nutricionais, o corpo (enquanto uma construção social) nega a ingestão do alimento em potencial mesmo em estado de nítido desequilíbrio biológico. Wagner (1966) reforça esse argumento ao demonstrar que em plena segunda guerra mundial, mesmo em situações de alto nível de tensão social, *“muitos alimentos não estavam sendo consumidos e, em alguns casos, eram quase completamente rejeitados. Os laboratórios da Intendência do Exército, em Chicago, instituíram um amplo programa de pesquisa para determinar as reações do soldado a alimentos, a fim de evitar a rejeição, e ao mesmo tempo, melhorar o tempero”* (WAGNER, 1966, p. 98). Tentamos com isso demonstrar que, até mesmo o apetite, algo de ordem “natural e instintiva”, pode ser moldado pela cultura e fatores de ordem psicológicas, fazendo com que quase desapareça. Fosse a alimentação algo de caráter plenamente instintivo, não observaríamos tais fenômeno.

Observamos como até o século X o valor do homem media-se pela sua capacidade de alimentos. A exaltação do apetite robusto e a capacidade de satisfazê-lo era a prova cabal do reconhecimento social. Porém, como demonstra Montenari (2003), já nos séculos XII e XIII, a Europa passava por mudanças estéticas que serviriam, principalmente, como fonte de distinção social. Ele observa ainda a respeito da disposição estética dos alimentos que

o nascimento das “boas maneiras”, de uma ritualidade convival baseada na elegância mais do que na força; nas formas mais do que na substância [...] Justamente nos ambientes cortesês da passagem do século 12 ao 13, essas “maneiras” começam a se tornar mais precisas, como sinais de uma diferença social atribuída não mais (ou não mais somente) à quantidade, mas à qualidade e aos padrões de consumo (WAGNER, 1966, p. 79).

Dessa forma, gradualmente “a maneira” de comer vai tomando novos contornos e distinguindo cada vez mais as classes sociais a partir de suas habilidades em lidar com suas pulsões. A forma de se portar diante do alimento e o status social que isso pode proporcionar pode variar ao sabor do tempo e das épocas, porém, podemos observar que o conceito de “boa alimentação” e o “boa virtude” estão sempre associados. Aliás, não é de hoje que temos exemplos mitológicos da relação entre a alimentação e a incorporação de qualidades divinas. A busca incessável pelo prazer despertado pela alimentação e pelas virtudes que podem ser despertadas por ele é tema recorrente nas mais diversas mitologias ao redor do globo. Eden, no hebraico, significa delícia e a

queda do paraíso se dá em decorrência de um fruto⁵⁵. Na Grécia, Tântalo foi condenado à punição perpétua por ter servido aos homens a ambrosia, alimento típico dos deuses e que sua ingestão era suficiente para tornar um humano comum em imortal. Não só isso. Segundo Carneiro (2003), foi o alto valor de mercado das especiarias na Europa uma das influências que possibilitou que o homem se lançasse aos mares. A “descoberta” do mundo novo foi também influenciada pela ambição por determinados gêneros alimentícios. Foi o bloqueio comercial dos Turcos às rotas das especiarias que propiciou uma das condições para o grande desenvolvimento da indústria naval tanto portuguesa como espanhola. Como as rotas para as especiarias estavam bloqueadas por terra, a solução era lançar-se ao mar. Influência direta desse desenvolvimento naval, o comércio de uma especiaria rica em energia, o açúcar, foi o responsável por uma das maiores forças de migração que a humanidade já conheceu. Mais utilizado como status de nobreza do que para fins terapêuticos, o açúcar (ou a paixão pelo que ele representava) foi o responsável pela migração de milhões de africanos durante pelo menos três séculos.

A pimenta moveu as nau dos descobridores e o açúcar produziu a escravidão africana, deslocando massas humanas entre continentes, a ponto de um historiador afirmar que “o açúcar – ou melhor, o grande mercado de commodities que o demandou – foi uma das massivas forças demográficas na história mundial” (CARNEIRO, 2003, p. 77).

Os exemplos de situações em que o alimento tem fundamental importância na organização social não são privilégios apenas de épocas passadas. Se bem observarmos, a própria mutação no mundo do trabalho atual derivada, em parte, do avanço da iniciativa capitalista e o surgimento das megacorporações de iniciativa privada⁵⁶ podem, também, ser observadas através da análise da relação alimentar.

Temos observado, desde o início da década de 1980, a multiplicação da oferta de alimentos semiprontos (frangos congelados, gêneros pré-cozidos, pizzas, sanduíches etc.) e redes de alimentação coletiva, nas quais a aceitação cultural desses gêneros⁵⁷ deu

⁵⁵ Apesar dos significados figurados da bíblia cristã, é recorrente em várias línguas que alimentação e prazer tenham um mesmo significado. Devorar alguém representa não apenas prazer, mas virilidade, desempenho. A doçura do amor, a lua-de-mel etc. são alguns entre vários exemplos que podem ser dados para demonstrar a nítida associação entre alimentação e prazer.

⁵⁶ Vale lembrar que não se trata de uma redundância. Rompemos com a ideia de que o capitalismo possa desenvolver-se apenas através da iniciativa privada, da iniciativa do espírito aventureiro. O próprio Estado mantém práticas capitalistas nas quais os ganhos não necessariamente são redistribuídos para seus cidadãos de forma “não igualitária”. As ditaduras capitalistas na América do Sul são bons exemplos.

⁵⁷ Que não foram tão bem aceitos em outros lugares, como na França. Fato que reflete também a grande relutância do povo francês na aceitação de modelos de economia liberal. A não aceitação do modelo alimentar proposto pelas megacorporações conseguiu manter, até certo ponto, padrões culturais que

margem ao surgimento de um exército de pessoas (mais exatamente mulheres) com tempo ocioso que poderia ser convertido em mão de obra no âmbito da indústria. Foi o processo de transferência das atividades domésticas da cozinha para a fábrica uma das razões que deu margem ao surgimento da mulher brasileira enquanto mão de obra capitalista qualificada. É válido ainda observar que, independentemente da ordem da relação cronológica entre o surgimento no mercado de gêneros semiprontos e redes de alimentação coletiva, a entrada da mulher no mercado de trabalho sofreu grande influência devido à fácil aceitação desses dois novos gêneros alimentares no mercado. Essa mudança na alimentação facilitou a implementação da mulher enquanto mão de obra especializada nos moldes da atual economia de mercado.

Não foram poucas as situações em que um fenômeno como este ocorreu. Foi também graças à alimentação que surgiram algumas das mudanças estruturais que posteriormente possibilitaram o desenvolvimento da primeira revolução industrial. Deixemos mais claro o que tentamos dizer com isso.

Após a grande peste que dizimou boa parte da população européia no século XIV, a Europa encontrou-se em uma situação peculiar. Antes da peste, grandes parcelas de terras foram desmatadas para alimentar a grande população. Como as técnicas eram precárias, era necessário o desmatamento de grandes áreas, o que resultou também na diminuição das florestas, hábitat natural de grande variedade de animais, entre eles o porco, uma das espécies mais apreciadas na Europa da idade média. A grande diminuição das florestas resultou no “monopólio” e na apropriação dos “bosques” pelas elites, a partir de então, qualquer um que fosse pego caçando sem permissão estaria sujeito a severas punições.

Mesmo após a peste, as leis sobre as terras continuaram a vigorar, porém, de forma um pouco mais amena. As terras antes cultivadas, ao tornarem-se abandonadas, deram lugar a vastos prados naturais. A solução mais viável encontrada pelos camponeses para restabelecer seus regimes alimentares foi a criação de animais de pequeno porte. Como abater animais de grande porte como bovinos requeria uma grande quantidade de pessoas, pela razão clara da grande quantidade de carne e pela

dificultaram a inserção do modelo liberal, fato este que ocorreu na Europa como um todo e na França, em particular. A modificação no mundo do trabalho que levou a mulher para uma jornada além da esfera doméstica exigia também uma modificação drástica na forma de alimentar-se. Na terra dos *gourmet*, a última coisa em que se pode pensar em modificar são as relações do francês com a *boa comida*. Este apresenta-se como um dos fatores que levou o povo francês a conceber determinados modelos econômicos como “inadmissíveis”. Já no Brasil, por sua vez, a aceitação benevolente do novo modelo alimentar propiciou a inclinação para um novo modelo social de trabalho que seria aceito sem tanta relutância.

falta de conhecimento para sua conservação, a ovelha acabou tomando posição de destaque, pois oferecia carne e matéria prima para proteção da chamada “pequena-idade-do-gelo” (que também poderia ser oferecida pela pele bovina, mas, por razões já explicadas, a criação foi desencorajada) que ocorreu na idade média (entre os séculos XII e XVII). Vários campos destinados à criação de ovelha e à herança de uma política autoritária sobre as terras deram condições ideais para o surgimento daquilo denominado como a época em que as cabras devoravam homens. Com a demanda por grande quantidade de matéria prima para tecidos, gradativamente, as ovelhas foram tomando o lugar dos camponeses no processo de apropriação das terras. Estavam lançadas as bases para o início da revolução industrial. Grande quantidade de matéria prima (ovelhas, lã) e grande quantidade de mão de obra necessitando de trabalho.

Após ter reforçado a ideia do quanto o alimento está presente na organização social, será nossa intenção no próximo capítulo demonstrar quais são os reflexos da falta dele.

Capítulo IV: A fome e sua lógica de reprodução

O assunto preliminar é que se deve comer “segundo a qualidade da pessoa” (MONTENARI, 2003, p. 109).

4. 1 A necessidade da revisão dos modelos

Constantemente, observamos em nossos jornais e telejornais “especialistas” explicarem a necessidade do investimento no agronegócio, a necessidade do aumento da produção agrícola, entre tantas outras manifestações que insistem em dizer que o problema alimentar está ligado diretamente à produção e à logística dos alimentos.

Com alguns poucos reais, podemos manter a subsistência de um ser humano. A comida é de relativo fácil acesso, é barata. Se houvesse de fato essa grande escassez de alimentos (que geraria a fome, daí a necessidade de mais investimento no agronegócio, como dizem), não seria de se admirar que seu preço fosse elevado⁵⁸. Não só isto. As grandes campanhas contra o “desperdício de alimentos” são até certo ponto questionáveis. O lado ético e moral e do respeito ao meio, de não tirar mais do que se necessita, parece-nos um comportamento louvável. Porém, por mais que se deixe de estragar alimentos, nenhum indício leva a crer que esse “excedente” será destinado àqueles que têm fome.

Para se ter uma ideia da produção alimentar no Brasil, por exemplo, apenas a produção de amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, milho, soja, trigo, triticale na safra referente a 2005/2006 alcançou a marca de 118.985.2 mil toneladas⁵⁹ (devemos lembrar que estes são os dados “registrados”).

Para não nos confundirmos tantos números, basta dizer que isto, se dividido por uma população de 180 milhões de habitantes, resultaria em 6610,2 quilos por pessoa ao ano ou 18,3 quilos por dia para cada pessoa, se a distribuição fosse feita de forma exata para cada cidadão, caso tivéssemos uma alimentação vegetariana⁶⁰. Ainda que 60% da produção alimentar estragasse, teríamos mais de 6 quilos de grãos por dia para cada pessoa, o que seria o suficiente para gerar uma nação de Budas. Deixamos, portanto, claro desde já que o grande obstáculo no combate a fome não está ligado ao aumento da

⁵⁸ É de se convir que a alimentação consome boa parte da renda da *ralé* brasileira, porém, isso se dá não devido ao custo de produção do alimento (que é relativamente barato), mas à manutenção de baixos salários. Não que o fator econômico seja proeminente. O que mantém os baixos salários e os legítima é a crença coletiva (nunca verbalizada) de que *aquele* indivíduo ou grupo de indivíduos detentor *daquele habitus* precário tem um valor social que justifica o seu baixo salário.

⁵⁹ Fonte: Ministério da agricultura (<http://www.agricultura.gov.br/>).

⁶⁰ Tendo em vista que grande parte dos grãos transformam-se em rações para a indústria de carnes.

produção de alimentos, por mais que se argumente que grande parte dos cereais é destinada para a alimentação do gado, ainda assim sobriaria alimento se quantificássemos outras áreas de produção além dos cereais ou mesmo incluíssemos nos dados a produção de carnes, ovos, pescado etc. Reduzir o problema da fome simplesmente à produção e à distribuição de alimentos trata-se de um reducionismo que precisa ser revisto com a maior urgência possível. Não falta alimento no mundo, pelo contrário, no Brasil põem-se fogo neles, nos EUA, é prática comum dos governos pagarem os agricultores para não produzir. Manutenção da “indústria da fome”? Não nos parece o caso, como já argumentamos anteriormente. Mesmo com essas práticas, os alimentos continuam a sobrar, a apodrecer, a perderem seus prazos de validade. O acesso à alimentação não depende, nos nossos dias, da produção agrícola, mas do reconhecimento mútuo entre os seres humanos enquanto humanos e não enquanto mais-valia e mercadorias. Poderíamos colonizar Júpiter e transformá-lo em um gigantesco plantio de todos os tipos de alimentos, mantendo-se as atuais estruturas sociais, nem assim as pessoas deixariam de passar fome, nem assim existiria alimento suficiente. O fator “desenvolvimento econômico” não é condição *sine qua non* para a diminuição da pobreza e/ou da fome.

Da mesma forma, não é distribuindo comida que se mata fome (uma vez que o próprio conceito de fome está intimamente ligado à segurança alimentar). O não acesso à moradia digna, ao trabalho e à educação, estas, sim, são as condições que engendram a fome, pois auxiliam na reprodução daquilo que temos chamado de *habitus-precário*. Ela nada mais é do que a expressão biológica da exclusão social. A fome é o fim último da exclusão e não a condição primeira desta. Não é necessário produzir mais alimentos e o problema da fome não é um problema de terra. A fome, portanto, não se caracteriza, nos dias de hoje, por falta de produção agrícola, mas sim por redes de relações sociais que tecemos no dia a dia.

Aquele processo que denominamos “fome endêmica” caracteriza-se, justamente, por ser um processo de exclusão social surgido devido a muitos fatores. O germe da fome que conhecemos nos nossos dias (endêmica) está presente na naturalização das estruturas sociais. No passado, a fome assolou a humanidade durante milênios e essa mesma ordem de organização social é reproduzida, de certa forma, até os nossos dias. O fenômeno habitual, repetido durante milênios, da escassez de alimentos acabou chegando aos nossos dias na forma de um fantasma do passado. A fome pode ter sido superada por grande parte da humanidade, mas não o medo dela.

O médico brasileiro insistiu no fato da fome e da miséria apresentarem-se como criações de nossa sociedades, *“fenômenos artificialmente criados pelos homens que desenvolvem um tipo de economia que visa tão somente o atendimento do capital e não das necessidades do homem”* (CASTRO, 2003, p. 14). Afirma ainda que entre outras coisas, Josué de Castro não diferenciava a fome do subdesenvolvimento, *“Ao retratarmos a fome no Brasil estamos evidenciando o seu subdesenvolvimento econômico, porque fome e subdesenvolvimento são a mesma coisa”*.

Notadamente, o subdesenvolvimento não faz parte do projeto de nenhuma nação que tenhamos conhecimento. Tanto o subdesenvolvimento como a pobreza e a fome representam tudo aquilo que nenhum de nós deseja, algo que não está como meta traçada por qualquer mente sã. Como imaginar então que a fome, uma instituição que não possui o apoio dos agentes sociais, continue a manter-se? Como pode-se pensar que ela reproduz-se apesar do repúdio coletivo em relação ao fenômeno? Se isso ocorre, só pode se dar se os indivíduos que geram o fenômeno não tomarem conhecimento do fato. Neste capítulo, iremos nos ater a essas questões. Quais os mecanismos que permitem a reprodução dessa instituição repudiada por todos?

Não podemos tomar o discurso individual como um testemunho válido, embora sincero, de cada indivíduo. Ninguém, em sã consciência, falaria a favor da fome. Esquecemo-nos, porém, que somos constantemente controlados por mecanismos de autoengano que nos fazem cometer crimes que, aos nossos olhos, não passam de ações comuns, mas que aos olhos de observadores de fora enquadram-se como atentados contra à humanidade, *“o fulcro do auto-engano não está no esforço de cada um em parecer o que não é. Ele reside na capacidade que temos de sentir e de acreditar de boa-fé que somos o que não somos”* (GIANNETTI, 2004, p. 106). Quando dizemos que o problema da fome é invisível é porque ele realmente o é. Nos são negadas as práticas que geram e reproduzem continuamente o fenômeno independentemente da vontade dos indivíduos. Após um breve panorama sobre as virtudes incorporadas pelos alimentos, após uma visão geral do que “comer quer dizer”, teremos como a questão central neste capítulo compreender “o que não comer significa. O que passar fome quer dizer?”.

4. 2 As consequências psicossociais da fome

Cria-se, assim, um terrível círculo vicioso: nas zonas de fome, a produção não aumenta, por falta de trabalho suficiente e disciplinado, e sem aumentar a produção, a fome continua sabotando os planos de trabalho construtivo (CASTRO, 2003, p. 81-82).

Ciente das interferências que o biológico pode causar no plano do social, Castro (2003) evidencia em sua obra os impactos diretos da má alimentação na condição psicossocial do agente, demonstrando o ciclo vicioso que encarcera os famintos em um sistema de reprodução da própria marginalidade. Constantemente, Castro chama atenção para a necessidade de não se trocar a causa pelo efeito no estudo da fome. Os famintos, segundo Castro, possuem características peculiares em seu modo de comportamento causado justamente por um fator externo comum a todos do grupo (a má alimentação), assim como afirmava, a “presença constante da fome sempre fora a grande força modeladora do comportamento moral de todos os homens desta comunidade: dos seus sentimentos dominantes. Vê-los agir, falar, lutar, sofrer, viver e morrer era ver a própria fome modelando, com suas despóticas mãos de ferro [...]” (CASTRO, 2003, p. 33). Ainda de acordo com Castro:

A fome age não apenas sobre os corpos das vítimas [...] mas também age sobre seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta moral. Nenhuma calamidade pode desagregar a personalidade humana tão profundamente e num sentido tão nocivo quanto a fome, quando atinge os limites da verdadeira inanição. [...] Além desta ação direta sobre a personalidade dos homens [...] desorientando-os ou desajustando-os, as fomes periódicas agem desorganizando ciclicamente a economia regional e criando um meio social extremamente receptivo às atividades tanto do banditismo quanto do misticismo. [...] Em tempos normais, o grupo humano que aí vive é disciplinado, trabalhador, industrioso e de uma honestidade a toda prova. Todas essas belas qualidades desaparecem como que por encanto nos períodos de fome [...] As crianças possuem muitas vezes quociente de inteligência de média elevada, mas que seu rendimento escolar é precário porque são incapazes de uma atenção mais prolongada ou de um esforço mental contínuo (CASTRO, 2003, p. 79-81-82).

A fome, segundo ele, modela a personalidade dos indivíduos, tendo como característica fundamental a radicalidade nos traços da personalidade. O impacto diretamente social existente na relação face a face entre os indivíduos estigmatizados e os socialmente inseridos, segundo Goffman (2006), “*Pode-se acrescentar que a pessoa*

estigmatizada algumas vezes vacila entre o retraimento e a agressividade, correndo de um para a outra, tornando manifesta, assim, uma modalidade fundamental na qual a interação face-to-face pode tornar-se muito violenta” (GOFFMAN, 2006, p. 26). Ou extremamente dóceis e medrosos ou nervosos e valentes. Observamos então um duplo impacto, relacionado a questões biológicas⁶¹ e sociais que comprometem o desenvolvimento do autocontrole e o cálculo prospectivo, entre tantas outras economias emocionais essenciais para a reprodução da vida material na sociedade. Como assinalava Castro, parte dos traços desse tipo de personalidade estigmatizada é formada pela fome. Ela age, na maioria das vezes, de forma silenciosa, degenerando os tecidos e a personalidade dos indivíduos, transformando-os em algo *meio-homem, meio-bicho* (CASTRO, 2007) e solidificando um *campo* que há tempos no nordeste brasileiro vem gerando um *habitus* específico (da preguiça e da violência), como assinalava Castro:

As congestões da córnea, os olhos injetados e vermelhos, dando um ar de maldade à expressão fisionômica [...] é outro sintoma da falta de vitamina B2 [...] A lenda do mau gênio destes camaradas de olhos injetados talvez tenha sua razão de ser [...] neste fenômeno de natureza nutritiva. As avitaminoses, [...] acarretam uma grande irritabilidade nervosa, tornando seus portadores mais irascíveis e descontrolados, portanto, meio irresponsáveis. A sua valentia traduz muitas vezes paradoxalmente a sua fraqueza nervosa e o estado de miséria de seus nervos desvitaminados e superexcitados (CASTRO, 2006, p. 143).

[...] na insuficiência alimentar quantitativa e na forçada adaptação orgânica a esta situação permanente residem as explicações da apregoada preguiça dos povos equatoriais. A preguiça no caso é providencial: é um meio de defesa de que a espécie dispõe para sobreviver, e funciona como o sinal de alarma numa caldeira que diminui a intensidade de suas combustões ou para mesmo automaticamente, quando lhe falta o combustível (CASTRO, 2006, p. 56).

A partir das observações feitas, nota-se à primeira vista que as carências nutricionais “acarretam [...] uma grande irritabilidade nervosa, tornando seus portadores mais irascíveis e descontrolados, portanto, meio irresponsáveis”. Fato este que contribui para a reprodução de um *habitus-precário*, devido à incapacidade do estabelecimento de rotinas ou mesmo previsibilidade de ações. E não apenas isto. A “vagabundagem típica” atribuída à *ralé* passa também pela questão alimentar. A impossibilidade do desenvolvimento de uma “ideologia do desempenho” (SOUZA, 2006, p. 40) não passa

⁶¹ Ligadas à estética que modela o corpo do faminto, tal como à condição biológica que incapacita o cálculo prospectivo.

somente pelo não desenvolvimento de uma ética ascética ou a ética do trabalho como um fim e não um meio. A alimentação é uma das variáveis a ser considerada na equação. Além disto, existe ainda a influência da alimentação na condição prática da vida cotidiana. A alimentação *deve* aparecer sempre como mais uma variável para a compreensão do fenômeno de reprodução social da *ralé*. Como observa Castro (2006, p. 127), “*a reduzida capacidade de trabalho dessa gente que se cansa ao menor esforço, que não é capaz de acompanhar o ritmo muscular do trabalhador das regiões de melhor alimentação, é um mal de fome e não de raça*”. Essa é também uma das razões de sua miséria emocional, uma vez que se a internalização das regras ocorre na “práxis”, a incapacidade do desenvolvimento de atividades devido à falta de combustível para a máquina humana gera uma pré-disposição, uma inclinação à reprodução daquilo que Jessé Souza denomina por *habitus-precário*, assim como assinalava Castro: “*a verdade é que a moleza do ‘cabra de engenho’ [...] é um mal e fome. É a falta de combustível suficiente e adequado à sua máquina, que não lhe permite trabalhar senão num ritmo roceiro e pouco produtivo*” (CASTRO, 2006, p. 129).

Como demonstra o médico brasileiro, a fome enquanto fenômeno social não se apresenta unicamente naquela forma tão difundida nas nossas televisões, nas quais observamos seres humanos no mais avançado estado de desnutrição. A fome age diariamente, como já observava João Cabral de Melo Neto⁶², moldando não apenas os corpos, como também a personalidade dos indivíduos. Como se todos esses fatos já não bastassem, a condição de faminto os impele a uma relação espaço-tempo em que o presente é o único espaço permitido.

Se você estiver passando fome, sem perspectiva de refeição à vista e com o estômago ardendo no vazio, não há ganho prospectivo ou prêmio de juro que o faça abrir mão de alimentar-se agora. Um bocado de arroz, desde que imediatamente disponível, valerá mais que um fino banquete, regado a vinho, mas só no mês que vem. O preço da espera, não importa a promessa de juros, seria fatal. Um mendigo esfomeado a quem se dá a chance de uma refeição boca-livre vai se entupir de comida e, ainda por cima, enfiar o que puder nos bolsos. [...] O maximizar agressivo do prazer, por exemplo, implica valorizar o presente, isto é, agarrar e desfrutar ao máximo o momento que se oferece, ainda que isso possa representar algum custo ou dor de cabeça mais à frente (GIANNETTI, 2007, p. 84-85).

⁶² “Morremos de morte igual, mesma morte severina: que é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte de fome um pouco por dia (de fraqueza e de doença é que a morte Severina ataca em qualquer idade, e até gente não nascida)”.

Quando o espectro da morte violenta anda perto, o aqui-e-agora se assenhora da ação: a capacidade de espera define, e a propensão ao risco prospera. Não há promessa de juro futuro que pareça justificar renúncias ou sacrifícios correntes [...] Desejar violentamente uma coisa”, observa o pré-socrático Demócrito, “é tornar-se cego para tudo o mais”. É o caso do desespero provocado por experiências agudas de privação (fome, sede, etc) ou por paixões desgovernadas, tentações violentas ou o pânico (“extrema ignorância em momento muito agudo”) (GIANNETTI, 2007, p. 163-166).

A partir das observações do economista e filósofo Eduardo Giannetti, relacionando-as com a sociologia de Josué de Castro e os conceitos de *habitus-precário* e *ralé*, podemos compreender melhor quais as razões que levam os famintos ao seu processo de exclusão.

A condição de “faminto” desregula tudo aquilo que compreendemos por autocontrole, característica esta essencial para o desenvolvimento social e material na sociedade contemporânea. A negação do direito alimentar não resulta apenas na desnutrição. A condição de faminto cria uma situação de espaço-tempo na qual o autocontrole não vale a pena ser trabalhado. É também através do cálculo racional e prospectivo de perdas e ganhos no futuro que o faminto faz suas (não) projeções, chegando à conclusão “legítima” de que a contenção de suas vontades/pulsões não consistirá em dividendos que justifiquem o esforço.

[...] A baixa esperança de vida leva a duração da existência a ser ainda mais incerta. Se o risco de morte tende a aumentar a impaciência por bens e satisfações no presente, se o espectro da morte prematura por causas externas (moléstia, violência, calamidades, etc) nunca anda longe e se nada assegura, portanto, que ainda se estará vivo até a próxima lua, então por que se afligir com um difuso, longínquo e duvidoso amanhã? Em nome do que deixar de gozar sem peias o dia fugaz? A conclusão é irresistível. A resultante dessa poderosa conjugação de fatores é direta e unívoca como uma flecha: viver intensamente as possibilidades do momento e deixar que o amanhã cuide de si (GIANNETTI, 2007, p. 220).

As condições biológicas que a fome gera não são as únicas responsáveis para tal pré-disposição. Isso se deve justamente devido ao fato de o alimento não significar apenas nutrição. A cultura adicionou um ingrediente a mais à alimentação humana, fazendo com que a nutrição do corpo torne-se também sinônimo de nutrição da alma. É através da alimentação, desde tempos remotos, que absorvemos as mais diversas virtudes⁶³ necessárias para nosso reconhecimento social. Porém, assim como demonstra

⁶³ A exemplo disto, a óstia na simbologia católica.

Jessé Souza, se o sentido social é criado pragmaticamente, a negação da alimentação gera um problema de duplo caráter⁶⁴.

Obedecer a uma regra social é antes de tudo uma prática “aprendida pragmaticamente”, e não um “conhecimento dentro da cabeça das pessoas”. A prática social pode ser articulável, ou seja, ela pode explicitar razões e explicações para o seu “ser deste modo e não de qualquer outro” quando desafiada a isto, mas, na maior parte das vezes, esse pano de fundo inarticulado permanece implícito, comandando silenciosamente nossa atividade prática e abrangendo muito mais que a moldura das nossas representações conscientes (SOUZA, 2006, p. 19).

O que tentamos demonstrar é o fato de a fome ter sérias consequências psicossociais que incapacitam ou dificultam a reprodução material na atual sociedade, mais do que em qualquer outra época. A necessidade de um aparelho cognitivo altamente controlado e racionalizado, como nunca visto antes na história, é algo que apenas pode-se manter se tivermos como base a segurança alimentar, sem ela, é impossível se pensar qualquer em uma das características essenciais para a reprodução material na atualidade.

4. 3 As implicações da fome no autocontrole e cálculo prospectivo

Obedecer uma regra é antes de tudo uma prática aprendida e não um conhecimento (SOUZA, 2006, p. 33).

Para Bourdieu a ênfase seria [...] no condicionamento pré-reflexivo, automático, emotivo, espontâneo, em uma palavra, “inscrito no corpo” de nossas ações, disposições e escolhas (SOUZA, 2006, p. 33).

Temos como questão central neste trecho deste capítulo demonstrar como a fome interfere diretamente no autocontrole dos agentes sociais. Vivemos na sociedade do conhecimento, um dos princípios norteadores da distinção social é o conhecimento racionalizado. O saber, mais do que nunca, está ligado à aceitação e ao reconhecimento social. Porém, para a aquisição do conhecimento socialmente aceito no ocidente, outro dispositivo se faz necessário para a incorporação do conhecimento racionalizado ocidental. O autocontrole está diretamente ligado à capacidade de antever o amanhã, de

⁶⁴ Além da questão nutricional e seus reflexos no comportamento como já citado, o lado do reconhecimento social e “virtudes adquiridas” através da incorporação do alimento.

fazer cálculos prospectivos de ganhos e perdas possíveis no decorrer do tempo e de controlar suas pulsões para atingir objetivos traçados. Ele possui lugar singular no processo civilizador e na construção do *habitus-primário*. (SOUZA, 2006). A capacidade de antever o futuro e de agir sobre ele de forma planejada requer uma grande dosagem de contenção das nossas pulsões.

O animal humano que a natureza produziu não se resignou à sua condição natural. Ele se distanciou gradualmente de suas pulsões instintivas e passou a submetê-las, de forma mais ou menos deliberada e sistemática, ao filtro de suas escolhas e visões do amanhã. O pano de fundo dessa mudança radical foi a ampliação da percepção do tempo – um extraordinário alargamento da faculdade de imaginar o futuro e reter na memória a experiência passada visando conhecer e modificar o amanhã. A progressiva conquista da dimensão temporal levou a uma crescente abstração do momento vivido: ao refreamento da tirania do aqui-e-agora e ao lugar de honra que passado e futuro vieram a ocupar em nossa vida mental (GIANNETTI, 2007, p. 82-83).

Próspero (*prosperu*) vem do latim: *pro* – a favor de + *spero* – esperar. A prosperidade depende de um autocontrole ligado ao “saber esperar”, saber aguardar para agir no momento que nos renda o maior ganho possível. A construção do autocontrole é algo que remonta à própria existência humana. O dom de saber esperar para agir no momento mais adequado ou conter um impulso para aumentar os ganhos ou evitar perigos é uma briga não apenas do mundo civilizado. Este foi, inclusive, um dos empreendimentos de Max Weber ao fazer seus apontamentos e elucidar o processo de formação do espírito do capitalismo através da influência do asceticismo protestante e a ideologia de “dominação do mundo”. Um dos fatores que tornou nossa sociedade tão diferente das demais foi o tempo de trabalho que conseguimos poupar na modificação da natureza. A segurança alimentar por longos prazos⁶⁵, surgida após um grande desenvolvimento técnico e também após o declínio demográfico devido a guerras e pestes, gerou uma “condição material” que garantiu a capacidade do aproveitamento otimizado da máquina humana. Esse fato aliado à influência do surgimento da ética protestante e do pensamento ascético gerou um terreno propício para o desenvolvimento da capacidade de autocontrole necessária ao surgimento do *ethos* capitalista. Pagar

⁶⁵ “A infância extralonga do animal humano – o prolongado e oneroso processo de maturação que se estende do nascimento até que ele esteja apto a se defender e prover o próprio sustento – estabelece o imperativo da manutenção de uma “rede protetora” que garanta alimento, abrigo e aprendizado durante os anos formativos. Esse mecanismo precisa contemplar não apenas a prole, mas as grávidas e mães lactantes que inevitavelmente dependerão, por algum tempo, de amparo alheio” (GIANNETTI, 2007, p. 213).

agora (na forma de venda de força de trabalho ou investimento já acumulado) para obter *crédito*⁶⁶ à frente, trabalhar e dedicar-se no reino dos homens para ganhar o reino dos céus. O esforço cognitivo para a manutenção de um projeto a longo prazo em meio a um mundo com cada vez mais mecanismos de encaixe e desencaixe (GIDDENS, 2002) é uma tarefa dolorosa em diversos aspectos. Não ceder aos impulsos na era da abundância é uma difícil tarefa que necessita de uma super dosagem de algo que o ser humano começa a adaptar-se apenas nos últimos séculos, com o processo civilizador e a grande contenção dos impulsos. A nossa relação de tempo e espaço deve sempre ser analisada à luz das condições materiais e sociais em que nos situamos. No que se diz respeito às consequências sociais danosas da não incorporação de dispositivos cognitivos de autocontrole, evidenciamos a seguinte passagem:

Estudos longitudinais com crianças que participaram nos “testes de gratificação postergada” indicam que a capacidade de espera em idade pré-escolar está correlacionada com resultados de longo prazo em suas histórias de vida. As crianças que já a partir dos quatro anos, revelaram maior disposição e aptidão à espera obtiveram notas mais altas no ensino médio, maior taxa de acesso à universidade e melhor desempenho acadêmico. Na idade adulta, elas apresentaram outros traços pessoais e sociais correlatos, como menor incidência de tabagismo e abuso de drogas, menor índice de delinquência e de conflitos familiares sérios [...] Pequenas diferenças no início da jornada – a disposição de esperar alguns segundos ou minutos adicionais para obter um ganho extra na satisfação de um desejo – podem se compor dramaticamente ao longo dos anos, em inúmeras situações e dilemas do cotidiano, de maneira a produzir discrepâncias palpáveis nas trajetórias futuras de vida (GIANNETTI, 2007, p. 91-92).

Tentamos com isso evidenciar que a capacidade de “saber resistir/esperar” aos impulsos das mais variadas ordens do desejo tendo como objetivo concretizar um cálculo prospectivo trata-se de uma capacidade cognitiva essencial para a incorporação de um *habitus* socialmente aceito. O autocontrole é uma peça indispensável para a incorporação da racionalidade ocidental. Ele faz parte daquilo que Giddens (2002) denominou por *casulo protetor*, essencial para o sentimento de segurança no mundo, algo diretamente ligado à incorporação do autocontrole⁶⁷. Pelo fato de não compreender as estruturas, os ritos não surtem efeito e o autocontrole não pode ser incorporado de

⁶⁶ Termo derivado do verbo latino *credere*: ‘confiar, acreditar’. Ter *crédito* significa, portanto, ser merecedor de confiança, ou seja, de que acreditem naquilo que se promete ou penhora fazer (GIANNETTI, 2007, p. 96).

⁶⁷ Pesquisas feitas com *testes de gratificação postergada*, como evidência Giannetti (2007), demonstram tal associação.

forma satisfatória. O processo fica inacabado. A ausência econômica e as disposições morais coletivas que permitem a manutenção da fome afetam não somente o estado nutricional, como também o cognitivo. Os ritos alimentares, primeiramente, apenas efetivam-se com aqueles que possuem uma condição material para aquisição de comida de forma regular. Se existe o risco da falta, a tensão se instaura, a mesa fica muda, aguardando a chegada da fome que chega e leva não apenas os alimentos, mas também toda uma relação de autoestima e capacidade de cálculos intertemporais mais complexos referente a perdas e ganhos no tempo-espço, assim como nos coloca Giannetti (2007, p. 151):

A formação de um primata inteligente – capaz de abstrair o momento, fazer escolhas de longo alcance e agir com eficácia no tempo – é obra de um lento e custoso processo de educação e preparação: o trabalho anônimo e contínuo de sucessivas gerações de seres humanos sobre si mesmas. Na trajetória de cada indivíduo, [...] a faculdade de antever o futuro e o autocontrole necessário para agir no tempo dependem de um equipamento cerebral e mental que se constitui nas etapas formativas do ciclo de vida.

É o autocontrole que gera o poder de “concentração” (tal aptidão não é “um dado da natureza” humana, antes disso, é uma habilidade herdada socialmente, desenvolvida a partir da sedimentação de séculos de incorporações sociais), característica essencial, entre tantas outras coisas, para a aquisição de conhecimento nos atuais modelos escolares. De modo geral, observa-se que todo grupo de famintos apresenta baixas taxas de autocontrole⁶⁸, fato este que contribui para reprodução do *habitus-precário* que tem como base a falta de habilidade em lidar com a concentração e o cálculo prospectivo. A sua condição material o incapacita e o coloca numa situação espaço-temporal diferente da adotada e reconhecida como válida na atual momento histórico. Cria-se assim um ciclo vicioso. Parte do sistema cognitivo necessário para a aquisição do autocontrole é transmitido através dos ritos alimentares e a condição material e emocional da *ralé* incapacita a aquisição de alimentos, o ritual deixa de ter seus instrumentos mágicos, impedindo assim a mágica social que transforma animais em seres humanos. A alimentação de forma ritual, ou seja, pré-estabelecida e com significados, condicionada, garantida e constante, entre tantos outros dispositivos, gera capacidade de autocontrole, pressuposto básico no *habitus* exigido pelo mercado, o que contribui para uma maior inaptidão para o mercado de trabalho. O problema não é

⁶⁸ Como já evidenciado por Castro (2006).

apenas de ordem moral. É também um problema de ordem social que interfere diretamente em processos biológicos que, quando não satisfeitos regularmente, de forma rotineira, geram pré-disposições biológicas que levam a padrões de comportamentos alheios aos necessários para reprodução material e cultural na atualidade devido à superexcitação nervosa. Para dúvidas sobre o efeito, no comportamento humano, da falta ou excesso de determinadas substâncias, basta recorrer a qualquer estudo sobre as consequências sociais do uso de substâncias como a cocaína. Esta trata-se de um estimulante que, ao inibir o transporte de determinadas substâncias, gera efeitos específicos no organismo. Trata-se de um efeito “artificial” no organismo que impede a chegada de determinadas proteínas que geram uma predisposição do agente a comportamentos específicos, como ausência de medo, ansiedade, agressividade, aumento da força física etc. A fome, por sua vez, trata-se de um “inibidor natural” do transporte de qualquer proteína por uma razão óbvia: elas surgem apenas da ingestão de alimento pelo organismo, não havendo comida, não há proteína para transportar-se. Existindo, portanto, aí um fator de ordem biológica (porém, reflexo de uma ação do social sobre o corpo do indivíduo) que interfere diretamente na organização social. A não alimentação regular gera uma sensação de desconforto no mundo, onde o espaço-tempo dilata-se⁶⁹ no agora.

A fome, a ausência da continuidade alimentar, impede a rotinização⁷⁰ dos ritos alimentares, dificultando assim o desenvolvimento de um estado cognitivo apto ao autocontrole e conseqüentemente ao cálculo prospectivo. A falta de autocontrole dificulta (ou incapacita) a aquisição do *habitus* necessário para aquisição de reconhecimento social e dignidade. A relação incerta com a alimentação e a conseqüente baixa expectativa de vida gera uma condição cognitiva que não satisfaz as exigências morais da atualidade. Ao compreender que quanto mais próximo estamos do estado de natureza, menos temos consciência de passado e futuro, temos auxílio na compreensão do fenômeno e terminamos por não nos surpreendermos ao observar que os moribundos não consigam resultados positivos em suas investidas na atual sociedade. Compreender as consequências psicossociais da não satisfação de uma necessidade biológica se faz necessário para entender as instituições que se estabeleceram ao redor

⁶⁹ Assim como demonstra Giannetti (2007, p. 217), “*as preferências temporais dos indivíduos não surgem do nada. Elas decorrem, em grande medida, de um processo contínuo de adaptação e ajustamento às condições objetivas em que eles atuam e ganham a vida*”.

⁷⁰ Condição básica para a cristalização das instituições segundo Berguer e Luckman (2002).

do ato de comer e de que forma isto pode influenciar na história de vida de cada agente social. Além da questão biológica já citada, o lado material também interfere no processo de reprodução da *ralé*. A alimentação consome boa parte de sua renda, impedindo assim o acesso a outros dispositivos institucionais que auxiliam na incorporação do autocontrole. O próprio investimento em conforto é, também, uma condição para a aquisição de um autocontrole tipicamente moderno. É preciso, também, ter direito ao ócio para todas as classes, porém, na hierarquia moral comumente difundida, o ócio da *ralé* é sempre visto com suspeita. Segundo Giannetti (2007), existem mecanismos de autoengano que naturalizam a violência diária praticada. E o fato de não sentir a violência enquanto forma de violência não muda a condição das partes (violentado e violentador). Jessé Souza (2006) reforça ainda a ideia de uma violência invisível que perpassa a sociedade de forma pré-reflexiva (ou seja, inconsciente e não proposital).

A “ingenuidade” aqui é corolário de uma visão que imagina uma realidade social concreta como não sendo perpassada de fio a pavio por relações de dominação e poder, com o intuito secreto de naturalizar e possibilitar o acesso seletivo e arbitrário de classes inteiras de indivíduos, em detrimento de outras, aos bens e recursos escassos em disputa na sociedade. Como em condições modernas e dominação social se reproduz, necessariamente, dada a suposição de igualdade meritocrática de seus membros, sob forma opaca, pré-reflexiva e imperceptível à consciência cotidiana, o objetivo de uma teoria social crítica, na modernidade periférica, deve ser precisamente explicar as razões e os porquê os desclassificados e oprimidos sociais de toda espécie sentem a humilhação e a privação que efetivamente sentem (SOUZA, 2006, p. 12).

O violentado estará sempre em desvantagem, em situação de constrangimento (um constrangimento abençoado pela cultura – o constrangedor se vê no direito/obrigação e o constrangido aceita, pois julga não possuir autoridade para contestar e julga-se realmente culpado por sua “incompetência”). As práticas diárias de violência naturalizada agem de modo a perpetuar as relações desiguais de hierarquia social. Os processos de autoengano aliados ao *habitus-precário* e sua valorização na hierarquia moral na sociedade auxiliam na perpetuação de padrões sociais que degradam a existência de alguns grupos sociais. As explicações sociológicas que analisam a fome, via de regra, abordam o tema de forma sempre a cair em determinantes econômicas. Economicismos que, por vezes, acabam por limitar a análise do fenômeno. É comum tratar os famintos apenas como “pessoas que não tem

condições materiais de acesso às fontes de suprimentos” (FREITAS, 2003, p. 17), como se a capacidade de reprodução material não fosse o reflexo de uma série de incorporações de instituições sociais que permitem a realização de tarefas socialmente valorizadas. A insistência de permanecer com a herança do marxismo vulgar e associar sempre como única causa da fome a questão econômica não nos parece uma medida prudente.

A “condição material” não é dada, é construída. Imaginemos a seguinte caricatura. Uma família da elite brasileira decide por embarcar em um programa de turismo exótico e viver por uma semana o dia a dia de um cidadão brasileiro que subsiste com a renda de um salário. Para o azar da nobre família, o primeiro ônibus que tomaram foi vítima de um sequestro por uma facção da zona leste do tráfico de drogas. O ônibus foi incendiado. Apenas dois passageiros internados no hospital sobreviveram ao massacre. Ambos com queimaduras leves, recuperavam-se apenas pela grande quantidade de fumaça inalada. E como a vida é uma caixinha de surpresas, enquanto via televisão, um dos sobreviventes (23 anos, economista, filho mais velho da família nobre) observa que a crise imobiliária dos EUA quebrou várias hipotecárias, inclusive a da sua família, a empresa faliu e os bens da família foram tomados para pagar as dívidas. O outro sobrevivente (25 anos, engraxate, não conheceu os pais) apenas aguardava a novela com toda sobriedade. Após duas semanas, ambos são liberados. Estão sozinhos no mundo, ambos sem dinheiro, à solta na selva de concreto. A condição material/econômica inexistente nos dois casos. Porém, o *habitus* herdado por cada um irá gerar uma capacidade superior por parte do “filho da elite” de inserir-se novamente no meio social e usufruir das regalias que este *habitus* proporciona.

As grandes fome contemporâneas não decorrem estritamente da falta de alimentos disponíveis mas no que Amartya Sen chamou incapacidade de obter comida, ou seja, falta de recursos para comprar alimentos, como demonstram os estudos sobre a Índia. Trata-se não simplesmente de um problema de falta de pão, mas de insuficiência do “ganha-pão” (CARNEIRO, 2003, p. 42).

Para se explicar a permanência de grupo de famintos, não podemos nos ater somente à questão material diretamente herdada. O aprendizado de padrões de conduta distingue socialmente mais que o próprio capital econômico em si. A condição que gera um indivíduo e o torna capaz manter relações de reprodução material bem sucedidas está ligada a fatores associados ao *habitus* adquirido.

4. 4 A fome e o autoengano: como enxergar e não ver?

O auto-engano é incompatível com a intenção consciente de enganar-se a si próprio. Pela própria natureza reflexiva e auto-referente, ele não pode ser deliberado ou planejado de forma calculada, como são os exemplos mais notórios do blefe, trapaça, fraude e engano de terceiros. A noção de auto-engano voluntário e deliberado – no sentido em que o mentiroso trama e calcula sua próxima mentira – é uma contradição lógica (GIANNETTI, 2004, p. 120).

[...] a sociedade moderna se singulariza precisamente pela produção de uma configuração, formada pelas ilusões do sentido imediato e cotidiano, que Taylor denomina de “naturalismo”, e Bourdieu de “doxa”, as quais produzem um “desconhecimento específico” dos atores acerca de suas próprias condições de vida (SOUZA, 2006, p. 35).

Nós, cada um de nós, somos os olhos da perpetuação da reprodução da fome, são os nossos olhos que reprimem e denunciam, é o nosso olhar inquisitor que recrimina qualquer ato legítimo que vise matar a fome (legítimo porque está entre os direitos inalienáveis a garantia à alimentação, portanto, o furto de alimentos para matar a fome trata-se de um crime – pois fere a consciência coletiva –, porém, legítimo, pois visa a manutenção de um direito humano inalienável, a vida), mas sempre de uma forma tal que não nos damos conta disso. Como já ressaltamos, comida é bem mais do que alimento, antes de tudo, visamos nutrir a alma, a nutrição do corpo é uma consequência da nutrição da alma e não o contrário. Nesse aspecto, a negligenciação do presenteísmo entre as ferramentas de análise da fome pode gerar preconceitos que auxiliam a reproduzir a lógica de reprodução de expulsão dos famintos. Uma das principais críticas feitas aos programas de transferência de renda, por exemplo, é a de que “o pobre irá comprar com o dinheiro que lhe é dado com cachaça⁷¹”. Mas ora, Qualquer programa

⁷¹ Crítica esta curiosa e tipicamente conservadora (o título de nosso trabalho é nitidamente um sarcasmo em relação a esse tipo de posicionamento). A classe média, ou os filhos dela, possuem o direito legítimo de embriagar-se com as mais diversas drogas, mesmo não tendo-se feito esforço algum para “merecer esse direito”, tendo tido apenas a “sorte” na loteria biológica que permitiu um nascimento em uma família com elevado capital cultural e econômico. No outro lado, aqueles que não ganharam na loteria biológica parecem não “merecer” o mesmo direito a embriaguez, existindo uma ética cultural que defende “que dar dinheiro para pobre comprar cana é errado”, porém o mesmo não se aplica aos filhos da classe média e alta. Para estes não apenas os parentes mais próximos cedem parte de sua renda, como até mesmo desconhecidos corroboram com o “direito a embriaguez” (nos referimos neste momento ao rito de passagem que muitos universitários – enxergando o sucesso no vestibular como, nada mais nada menos, do que a reprodução de um capital cultural pertencente a uma classe social, uma herança que distingue na atual sociedade – são submetidos onde veem-se obrigados a pedir dinheiro em sinais de trânsito – que posteriormente será convertido em adorações ao deus Baco – e em algumas poucas horas estes conseguem adquirir quantias relativamente elevadas de dinheiro com o nítido objetivo de sustentar uma grande festa em comemoração ao seu sucesso intelectual. O mais irônico é que por diversas vezes esses

social que não leve em consideração que os jogos de prazer subvertem, em alguns casos, os jogos de poder⁷² estará condenado ao fracasso. É preferível nunca ceder os trocados do pão. A esmola é socialmente vista como algo negativo, alguns poucos humanistas que restaram ainda justificam seus atos com certo constrangimento moral: “é eu dou esmola, mas apenas para velho e criança”. O fato é que sempre teremos uma boa desculpa para pensar duas vezes antes de ceder um “trocado”. O que fazer com o troco do pão? Dar àqueles que nos pedem diariamente alegando ter fome? Ou comprar cigarros ou chocolate, porque estamos sinceramente com vontade de fumar ou degustar? É um dilema *moral* que passamos por ele várias vezes no decorrer da semana. Não que sejamos ruins, injustos ou mesmo mentirosos. Não se trata disso. Josué de Castro dizia que a fome tratava-se de um fenômeno premeditado pela cultura, de algo que reproduzia-se independentemente da vontade individual de cada um. Souza (2006) coloca a questão na mesma perspectiva:

Desse modo [...] seria efetiva a existência de um consenso básico e transclassista, representado pela generalização das pré-condições sociais que possibilitam o compartilhamento efetivo, nas sociedades avançadas [...] O que existe aqui são acordos e consenso sociais mudos e subliminares, mas por isso mesmo tanto mais eficazes, que articulam, como que por meio de fios invisíveis, solidariedades e preconceitos profundos e invisíveis (SOUZA, 2006, p. 45-46-47).

Existem tipos de comida para tipos de gente, como já observado no capítulo anterior. Portanto, nada mais natural do que não existir comida para aqueles que não são “gente”. Não o são no sentido de que nossas pré-disposições morais fazem com que tenhamos um julgamento moral/valorativo por essas pessoas, tal como afirmou Jessé Souza, que colocam-nas em um patamar não muito diferente de um animal doméstico. Negar o direito à alimentação àqueles que, na hierarquia moral, não se enquadram como “gente” é um processo naturalizado e reproduzido continuamente, podendo ser observados exemplos de sua prática em diversas épocas e locais. A exemplo disso, Montanari já observava que “*há alimentos para camponeses e alimentos para senhores, e quem não se atém às regras é um destruidor da ordem social*” (relato de Sabadino Degli Arienti) (MONTENARI, 2003, p. 112). Existem ainda outras formas de

universitários dividem o mesmo local com famintos e para esses últimos cedemos apenas algumas moedas e ainda o advertimos que não é para comprar de cachaça).

⁷² Em relação à alimentação principalmente. Um bom exemplo de que não temos o controle mesmo sobre nossas escolhas ditas racionais é o fato de o chá ter levado a “*Inglaterra a um tal grau de vício que, para obtê-lo, os ingleses transferiram para a china, em seu pagamento, a maior parte da prata extraída das minas da América*”. (CARNEIRO, 2003, p. 91).

invisibilização da fome que resultam também da falta de incorporação de conhecimentos específicos na sociedade moderna. Ao se comprar em uma rede de supermercados ou em uma feira-livre 1kg de arroz, tanto a *ralé* como as classes mais favorecidas pagam o mesmo valor, o mesmo imposto sobre o arroz. Alguns impostos, como a antiga CPMF ou o Imposto de Renda, tratam-se de impostos proporcionais, os quais são pagos de acordo com o valor de sua força de trabalho, fato que gera uma maior justiça social no valor das taxas cobradas. No caso dos alimentos, ocorre o mesmo que em vários outros seguimentos. O acúmulo (ou não acúmulo) de conhecimento sobre um determinado ramo da vida social influencia na reprodução de um *status quo*, de uma posição social, o conhecimento sobre algo situa e posiciona socialmente. Já não bastasse o desproporcional com alimentação entre a *ralé* e a classe média (limitando assim mais ainda a renda da *ralé* brasileira através do superfaturamento do preço dos alimentos por impostos cobrados de forma indevida), existe ainda a variável do conhecimento específico sobre algo. O argumento comumente utilizado como forma de “defesa” para justificar esse acontecimento trata-se da afirmação de que ambos (ricos e pobres) estariam pagando por um mesmo produto, fato este que “justificaria” o mesmo preço para ambos. Não acreditamos que a questão seja bem esta, uma vez que o “quantum” de cultura investido no “arroz” que será produzido pelas classes mais abastadas⁷³ e os equipamentos disponíveis para uso irão agradar bem mais o paladar, o olfato e a visão, fazendo com que o alimento tenha uma posição diferente em cada situação e em alguns casos podendo ser utilizado, inclusive, como força de trabalho ou moeda de troca. Podemos ainda afirmar que muitos valores em relação ao alimento são transclassistas. O arroz agradará mais o paladar se for “branco e solto”, as carnes são de 1ª, 2ª e 3ª, entre tantos outros exemplos. A diferença está unicamente na quantidade de conhecimento acumulado por um dado ramo da sociedade que consegue otimizar ao máximo a força simbólica presente no ato da alimentação através de conhecimentos incorporados pré-reflexivamente para auxiliar na manutenção de um *status-quo* e reproduzir de forma pré-reflexiva a sua dominação sobre as classes marginalizadas.

⁷³ Podemos, nesse momento, fazer o seguinte questionamento: mas não são aquelas pessoas da *ralé* brasileira que, via de regra, ocupam as funções na cozinha dentro das classes médias e altas? Como afirmar então que se trata de coisas diferentes? O questionamento é pertinente, porém, é de se observar que “o corpo e as ações” da secretária doméstica brasileira estão, sempre que possível, sendo monitorados por seus empregadores, que lhe dão constantes sugestões (leia-se ordens) “na forma de fazer”, para dar à comida “a cara que ela merece ter naquela mesa”.

Capítulo 5: Ensaio sobre a gênese e institucionalização da fome

Todas as instituições sociais, por mais estranhas que nos pareçam, algum dia tiveram uma utilidade positiva para as sociedades que as criaram (CASTRO, 2006).

Uma coisa, no entanto, é fixar a condição de possibilidade de um fenômeno – a razão pela qual ele permanece existindo ao invés de desaparecer. Outra, mais difícil, é explicar por que ele existe tal como existe, ou seja, como o fenômeno adquiriu a sua atual configuração e por que ele ficou assim como se apresenta e não de outro modo (GIANNETTI, 2007, p. 34).

Filha de um tempo em que *a lei era o aço e a razão era a força*⁷⁴, a fome surgiu como uma forma de manutenção das culturas. Iniciamos este capítulo com uma proposta pouco intuitiva: a de que a fome foi uma das razões que levou à prosperidade⁷⁵ dos mais diversos impérios. Em todas as grandes civilizações que tomamos conhecimento, ela (a fome) estava lá, presente e insistindo em permanecer a todo custo. Esse fato, porém, não nos causa muita surpresa. Como afirma Castro, *“a fome coletiva é um fenômeno social bem mais generalizado. É um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta. Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome”* (CASTRO, 2006, p. 32). Devemos lembrar que, nos primórdios da humanidade, as disputas territoriais e conflitos entre culturas davam-se principalmente pelo viés do conflito bélico, daí a concepção de barbárie em contraponto à civilidade. Nesse contexto, as sociedades que desenvolveram a fome⁷⁶ obtiveram uma vantagem em relação às demais culturas.

O surgimento da fome propiciou o aparecimento de uma classe de pessoas bem alimentadas e com disponibilidade de tempo suficiente para dedicarem-se ao “ócio produtivo”, tendo esse ócio os mais diversos efeitos na produção cultural, permitindo o pleno desenvolvimento das mais diversas atividades (tendo sido elas desenvolvidas nas mais diversas áreas, desde a guerra ao descobrimento de vias para a conservação do

⁷⁴ Alusão a Robert E. Howard, criador de Conan, o bárbaro.

⁷⁵ O termo “prosperidade” pode ser questionado neste momento, podendo ser substituído, sem maiores problemas, por “ascensão”.

⁷⁶ Devemos sempre observar que a fome socialmente imposta em forma de estrutura social não se trata de um fenômeno universal. Entre *Os Nuer* (1993), por exemplo, Evans-Pritchard nos relata a inexistência da fome institucionalizada. Esta apenas ocorre devido a intempéries da natureza e, ao ocorrer, não existe a distinção ou favorecimento no que concerne à distribuição de alimentos, todos são submetidos a uma mesma dieta, independentemente de tratarem-se de simples agricultores ou do mais alto chefe religioso.

próprio alimento). Com isso, aquelas culturas que desenvolveram a fome acabaram por obter um saldo positivo em relação às demais, tendo em vista que possuíam uma classe “privilegiada” que poderia dedicar-se às mais diversas atividades para a manutenção do grupo. A fome, *enquanto uma instituição*, assim como todas as demais, teve uma razão para sua gênese, uma razão para o seu surgimento.

Surgida ao lado do ser humano, de mãos dadas com nossa espécie, a sua história confunde-se com a história da humanidade. Nascida nos primórdios devido à recessão de alimentos, foi “instituída” de forma a garantir a manutenção dos grupos. Alguns alimentavam-se melhor, devido à superioridade física ou astúcia, tinham o poder de subtrair tudo aquilo que pudesse dos demais membros. Esses mesmos acabaram por encarregar-se de proteger os demais de ameaças externas, um grupo em que todos fossem debilitados seria uma presa fácil tanto para outros grupos humanos como para os animais sem cultura, *a primeira forma da instituição da fome* parece ter-se dado dessa maneira de forma que beneficiou o todo, gerando guerreiros vigorosos mesmo em épocas de escassez. Sendo a fome necessária para a manutenção da sociedade como um todo naquele momento, por repetir-se continuamente essa necessidade de grandes guerreiros, a fome institucionalizou-se através da rotinização⁷⁷. Ao ser institucionalizada, a fome adquire um caráter de normal/natural, fazendo com que sua existência nenhum estranhamento causasse. Outro modelo teórico cabe neste momento para corroborar com a argumentação acima citada: o surgimento de um conflito permanente institucionalizado que gera (ainda hoje) uma constante de *tensão social*. Vários foram os autores que demonstraram como uma tensão socialmente imposta serve como “mola” para o constante aquecimento do motor da história e da mudança social.

Ao apontar para as constantes de tensão social criadas pela institucionalização de relações de trabalho nos mais diversos períodos históricos, o filósofo alemão Karl Marx analisa sob a ótica da luta de classes as mudanças que a tensão social advinda das relações de trabalho foi capaz de gerar no decorrer da história, chegando mesmo a eleger a luta de classes, advinda da tensão social das relações institucionalizadas de trabalho, como o motor da história.

Max Weber também nos oferece contribuições significativas a respeito, ao demonstrar a tensão social criada a partir da exegese da ética protestante, que gerou uma

⁷⁷ Alertamos mais uma vez ao leitor que o processo de rotinização que engendrou a fome no seu viés de institucionalização cultural pode ter surgido, até mesmo, anteriormente à nossa espécie. Tal modo de organização depende unicamente de padrões e consensos sociais estabelecidos, aceitos e reproduzidos socialmente, foi apenas com o nascimento da cultura que a fome pôde instituir-se socialmente.

tensão social permanente no que se refere aos modos para a obtenção do reino dos céus. A cultura econômica presente durante o *reino católico* no ocidente foi paulatinamente substituída/superada/aceita em detrimento de uma nova tensão social⁷⁸ gerada pela ética protestante que entre outros atributos teria, através do processo de secularização, contribuído para a consolidação do *habitus* capitalista.

A fome foi também uma tensão social institucionalizada e fundamental no desenvolvimento de novas habilidades e técnicas nas mais diversas culturas. A teoria do ócio produtivo cria o elo necessário para o fortalecimento da argumentação aqui desenvolvida. Foi com o surgimento de uma camada de seres humanos bem alimentados, que poderiam dedicar-se ao ócio produtivo, que várias civilizações puderam desenvolver suas habilidades culturais até níveis nunca vistos. Em quaisquer que sejam as civilizações que possamos observar ou existam registros da existência da fome (Maias, Incas, Gregos, Persas etc.), ela pode ter sido um dos fatores estruturais que garantiu a existência de classes que poderiam dedicar-se à observação dos mais diversos fenômenos e à criação dos mais diversos conhecimentos. Enquanto o homem era refém da natureza, a fome foi uma instituição que garantiu a sobrevivência de vários grupos. É impossível de se pensar a opulência dos antigos impérios sem a imposição da fome a uma determinada casta da sociedade que não passava pura tração animal.

A luta pela sobrevivência das culturas na pré-história em muito diverge dos posicionamentos contratualistas românticos adotados pelas ciências humanas. O ambiente em que viviam era de extrema hostilidade e a disputa entre culturas/grupos foi um fator decisivo no desenvolvimento de nossa espécie. Em tempos remotos, a fome foi uma instituição que deu a chance para que determinadas culturas se impusessem perante outras. Foi uma instituição que garantiu o surgimento de culturas “fortes” (no sentido puramente material, não entramos aqui em nenhum tipo de valoração moral de “pior ou melhor”, mais ou menos avançadas). Aquelas culturas que não desenvolveram tal instituição acabaram dominadas ou extintas pelas que as desenvolveram, tendo em vista que as culturas que instituíram a fome viram-se guarnecidas por uma força especializada na violência, fator determinante para a sobrevivência dos grupos humanos antigos devido ao embate constante com as intempéries do meio natural, como também o

⁷⁸ Não podemos esquecer que, sob essa ótica, a tensão social criada pelo *reino católico* em algum momento histórico também foi revolucionário e paulatinamente substituiu um modelo anterior. É de se deixar claro que neste momento não adotamos um posicionamento de evolucionismo histórico, pelo contrário, as mudanças são sempre arbitrárias, os contextos históricos são os maiores responsáveis pela ascensão ou não de um novo modelo de tensão social..

possível confronto com outros grupos humanos ou grandes predadores. Com o ócio produtivo, essas sociedades conseguiram desenvolver setores especializados unicamente na violência racionalizada (soldados bem preparados e nitidamente fisicamente superiores, tendo em vista o aspecto nutricional dedicado a eles além do ócio já citado), o que os colocou em uma situação de superioridade militar em relação aos seus vizinhos (que, por não possuírem tal instituição, seus soldados e sua “elite” via-se em uma situação de igualdade em relação aos demais setores da sociedade, não criando, portanto, “forças especializadas” devido à igualdade de deveres presente no grupo⁷⁹), pois devemos sempre lembrar que a força das leis generalizadas e do poder simbólico são conquistas relativamente recentes na história da humanidade. O poder, no longo decorrer da história da transição para a humanidade, se impôs (a princípio) bem mais pelo lado físico do que pelo simbólico (é fato que, após terminada a guerra, o que prevalecia era um consenso simbólico de “derrota e sujeição”, porém, a condição a priori para esse fato era o embate físico, muscular, mecânico⁸⁰). A atual situação em que vivemos na qual existe a opulência de alimentos nem sempre foi um dado da realidade e é um dado recorrente na história guerras por alimentos e a posterior escravização dos povos derrotados como pura tração animal e sujeitos a regimes de fome.

⁷⁹ Devemos deixar claro que nossa intenção não é valorativa, de julgar melhor ou pior, bom ou ruim, humano ou desumano. Temos por objetivo tentar imaginar o processo trilhado pela fome e as razões que levaram ao seu desenvolvimento nas mais diversas sociedades (tendo em vista que nem todas sociedades desenvolveram tal fenômeno), qual seria a “função social da fome”? A opulência de alimentos é algo recente, portanto, não podemos pensar a origem da fome com os atuais valores de cidadania que prevalecem nos nossos dias. Um fato concreto é que aquelas culturas que acabaram por desenvolver-se conseguiram nitidamente obter vantagens em relação às demais, principalmente no aspecto da violência racionalizada.

⁸⁰ Duvidas a respeito do embate de forças entre o “consenso” e a “violência” podem ser tiradas a partir do exemplo histórico recente da invasão dos EUA ao Iraque. Ainda nos nossos dias, o poderio militar tem a capacidade de tomar decisões que vão contra todo o consenso de várias nações. Nos referimos ao fato de a ONU não ter apoiado a invasão, que ocorreu assim mesmo. Quem, “do lado inimigo”, com o simples poder do convencimento, seria capaz de contes tanques de guerra e porta-aviões?

Referências

- ABBOT, Jennifer; ACHBAR, Mark. *A corporação*. Canadá, 2004. 145min. Título original: *The Corporation*.
- ADAS, Melhem. *A fome: crise ou escândalo*. São Paulo: Moderna, 1988.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BOÉTIE, Étienne de la. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: RT, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1998.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- CARNEIRO, Henrique. *Comida e sociedade: uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- CASTRO, Ana Maria. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. São Leopoldo, 22 set. 2008. Ed. 274. [online] Disponível em: <<http://www.unisinos.br/ihuonline/uploads/edicoes/1222111736.2356pdf.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2008.
- CASTRO, JOSUÉ. *Homens e caranguejos*. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2007.
- CASTRO, Josué. *Fome: um tema proibido*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- CASTRO, Josué. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- DAWKINS, Richard. *Deus, um delírio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- DURKHEIM, Emile. *As Regras do Método Sociológico*. 1. ed. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- DURKIN, Martin. *The Great Global Warming Swindle*. Londres: Canal 4 BBC, 2007 (90min).
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- FREITAS, Maria C. S. *A Agonia da Fome*. Salvador: Edufba; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.
- GEORGE, Susan. *O mercado da fome: as verdadeiras razões da fome no mundo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.
- GIANNETTI, Eduardo. *Autoengano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GIANNETTI, Eduardo. *O valor do amanhã: ensaio sobre a natureza dos juros*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARTOG, Simon. *Muito além do cidadão Kane*. Londres: Canal 4 BBC, 1993 (90min).
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento selvagem*. São Paulo: Papyrus, 1989.
- MADELEY, John. *O comércio da fome*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MELO NETO, João Cabral. *Morte e vida severina e outros poemas em voz alta*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- MONTENARI, Massimo. *A fome e a abundância: história da alimentação na Europa*. Bauru: EDUSC, 2003.
- MONTEIRO, Carlos Augusto. *Da privação ao excesso de comida*. Revista Pesquisa FAPESP (Saúde), São Paulo. Acessado em: 20 dez. 2008. Disponível em: <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/?art=6&bd=1&pg=1&lg=>
- POULAIN, Jean-Pierre. *Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar*. Florianópolis: Ed da UFSC, 2004.
- PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- REIS VELOSO, João Paulo; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti (Org.). *A nova geografia da fome e da pobreza*. Rio de Janeiro: José Olimpo, 2004.
- RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. 1. ed. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- SIEBENEICHLER, Flávio Beno. *Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- SIMPÓSIO. *FOME: um desafio à civilização*. Rio de Janeiro: Edições Cruzeiro, 1966.
- SOUZA, Jessé (Org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma Sociologia Política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG, 2006b.
- SPURLOCK, Morgan. *Super size me: A dieta do palhaço*. EUA, 2004 (96 min).
- VELLOSO, J. P.; ALBUQUERQUE, R. Cavalcante de. (Org.). *A nova geografia da fome e da pobreza*. Rio de Janeiro, Brasil, 2004.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)